



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ROGÉRIO CASTRO FERREIRA**

**CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE REGIONAL NO TOCANTINS: AS  
MICRORREGIÕES TOCANTINENSES MEDIANTE OS INDICADORES  
SOCIOEDUCACIONAIS**



**PORTO NACIONAL-TO  
2015**

**ROGÉRIO CASTRO FERREIRA**

**CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE REGIONAL NO TOCANTINS: AS  
MICRORREGIÕES TOCANTINENSES MEDIANTE OS INDICADORES  
SOCIOEDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira

**Linha de Pesquisa:** Estudos Geoterritoriais

Porto Nacional (TO)  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins**  
**Campus Universitário de Porto Nacional**

C287 Ferreira, Rogério Castro

Cartografia da desigualdade regional no Tocantins: as microrregiões tocaninenses mediante os indicadores socioeducacionais. / Rogério Castro Ferreira. – Porto Nacional, TO: UFT, 2015.

133 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

**Bibliotecária: Janira Iolanda Lopes da Rosa CRB-10/420**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ROGÉRIO CASTRO FERREIRA

**CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE REGIONAL NO TOCANTINS: AS  
MICRORREGIÕES TOCANTINENSES MEDIANTE OS INDICADORES  
SOCIOEDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

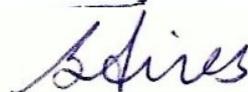
Aprovado em 30 de setembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Presidente:** Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira (Orientador)  
Universidade Federal do Tocantins



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Berenice Feitosa da Costa Aires (Avaliador interno)  
Universidade Federal do Tocantins



---

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Avaliador externo)  
Universidade Federal de Goiás

PORTO NACIONAL-TO  
2015

Dedico este trabalho, para quem me ensinou que o “mundo ensina e não quer pagamento”, minha eterna avó/mãe Ermilina Rodrigues (vulgo Milô) (*in memoriam*). A ela, que queria apenas que eu concluísse o ensino médio, eu dedico este sonho realizado.

Dedico também aos pilares de sustentação da minha vida. Maria Ducinéia Ferreira Castro e Antônio-Neto Ferreira. À minha esposa Suelen e minha filha Isis.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e coragem.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins, pela oportunidade de realização do meu sonho de cursar o mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter me concedido bolsa de estudo para a realização do trabalho. Sem esse apoio seria quase impossível concluir a pesquisa.

A meu cônjuge Suelen Mandu, pelo companheirismo, compreensão e afetividade em todos os momentos, e por acreditar, até mesmo quando duvidei que pudesse continuar.

À minha linda e amada filha Isis, sendo meu amuleto da sorte e inspiração para continuar.

Ao Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira, pela valorosa orientação, atenção, incentivo, dedicação e pela amizade. Saiba que seu sonho de um mundo mais justo, igualitário e fraterno por meio da educação também virou meu sonho.

Ao Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira, por sempre acreditar que os acadêmicos do curso de Geografia (Porto Nacional) podem chegar muito longe, como foi meu caso. A, você, professor, amigo e companheiro de entoadas musicais o meu muito obrigado.

Ao Coordenador do Programa de Mestrado, Prof. Dr. Sandro, sempre pronto e solícito para nos ajudar tanto nos trâmites burocráticos quanto nas inquietações da pesquisa.

Aos professores do programa, pela aprendizagem, profissionalismo e descontração.

À Prof. Dra. Mariléia Oliveira Bispo pela paciência e colaboração na presente pesquisa. A você, professora, o meu muito obrigado.

Ao Prof. Ms. Rafael José de Oliveira pela calma e valorosa ajuda, com os dados estatísticos para composição do Índice de Desigualdade Sócio Educacional.

Ao Daniel de Freitas pela amizade e contribuição na composição dos pesos do Índice de Desigualdade Socioeducacional.

A Daniel Araújo e Gilney Cardoso pela valorosa ajuda na preparação dos mapas.

A Ordália Guilherme pela providencial ajuda nos momentos em que não conseguia mais raciocinar.

Aos meus colegas de turma do mestrado, Angelita, Carlos Eduardo, Daniella, Débora e Danilo. Pelo bate-papo descontraído, amizade, socialização de sonhos, frustrações e alegrias.

Aos mestrandos e amigos Rosaly, Ricardo Marcílio Sheryda e Helbaneth pelas boas conversas e incentivos.

Aos eternos amigos da graduação em Geografia, Túlio, Willian, Reijane, Silvia Helena, Emerson, Rafael, Josevaldo e Roniscley.

Aos amigos de todas as horas, Erasmo Rosa, Ibis Alan, Carla Seibert, Mirian, Paulo Henrique, Eduardo Manzano e Heloisa Lotufo. A vocês eu agradeço pela paciência de escutar minhas angustias, frustrações, alegrias e, sobretudo, ao incentivo de buscar meus objetivos.

A todos os funcionários do Programa de Mestrado, Ronaldo, Gilvânia, Raimunda, Martinha e Poliana, sempre prestativos nas informações necessárias para o bom andamento das atividades do programa.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

"A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une."

(Milton Santos)

## RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho foi analisar a estrutura e os condicionantes da desigualdade socioeducacional no Tocantins enquanto um dos determinantes do comportamento da desigualdade regional. Dessa forma, tem a intenção de desenvolver, de forma empírica e conceitual, uma abordagem das relações originais entre educação e desigualdade regional. Além disso, o presente estudo elabora um novo indicador sintético e analítico denominado Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed), que parte da compreensão de que as relações sociais de produção capitalista são desiguais e projetam tais desigualdades, próprias das condições de acesso ao mercado, na estruturação das escolas, de acordo com os bens materiais e simbólicos que dispõem os beneficiários desse serviço. O caminho percorrido da pesquisa passa pelo crivo da discussão sobre o conceito de região que permeia a Geografia, ligando a uma reflexão sobre globalização, desenvolvimento e desigualdade em contextos regionais. A seguir, discute sobre os indicadores socioeconômicos, fazendo um panorama do desempenho dos indicadores socioeconômicos no Brasil e no Tocantins, além de analisar indicadores educacionais ligados às séries históricas das taxas de transição do ensino fundamental. Finalmente, a cartografia da desigualdade socioeducacional tocantinense é mostrada diante das condições socioeconômicas, socioculturais, infraestruturais e educacionais que permeiam o universo escolar tocantinense através do Idsed.

**Palavras-chave:** Região. Desigualdade Regional. Índice de Desigualdade Socioeducacional.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the structure and constraints of the socio educational inequality in Tocantins as one of the determinants of regional inequality behavior. Therefore, it intends to develop an empirical and conceptual way, an approach of the original relations between education and regional inequality. In addition, this research develops a new synthetic and analytical indicator called Socio Education Inequality Index (SEII), in which part of the realization that the social relations of capitalist production are unequal and designed such inequalities, own market access conditions, in the school structuring according to the symbolic and material goods that are available to service's beneficiaries. The way we in which conduct our research was through of discussions about the region's concept that pervade the Geography, relating to globalization reflection, development and inequality in regional contexts. Then, we discuss the socioeconomic indicators, making an overview of socioeconomics development in Brazil and Tocantins. We also analyze education indicators linked to historical series of transition's rates from elementary school. Finally, the socio educational inequality's mapping is presented in front of the socio-economic, socio-cultural, infrastructural and educational conditions which pervade the tocaninense school universe through of Socio Educational Inequality Index.

**Keywords:** Region. Regional Inequality. Socio Educational Inequality Index.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Divisão geográfica do Estado do Tocantins por microrregião.....	19
Figura 2: Evolução da noção de Região após 1970.....	27
Figura 3: Mapa da divisão política-administrativa da Amazônia Legal.....	39
Figura 4: Mapa das Tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - 2010...	43
Figura 5: Traçado da Rodovia BR-153 e Ferrovia Norte-Sul (FNS). ....	47
Figura 6: Diagrama Unifilar da Ferrovia Norte-Sul (FNS). ....	51
Figura 7: Mapa do Indicador Socioeconômico do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.....	101
Figura 8: Mapa do Indicador Socioeconômico do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.....	101
Figura 9: Mapa do Indicador Sociocultural do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013. ....	103
Figura 10: Mapa do Indicador Sociocultural do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013. ....	103
Figura 11: Mapa do Indicador de Infraestrutura e Recursos – 2013. ....	106
Figura 12: Mapa do Indicador de Escolarização – 2013. ....	106
Figura 13: Mapa do Índice de Desigualdade Socioeducacional do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013. ....	108
Figura 14: Mapa do Índice de Desigualdade Socioeducacional do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013. ....	108

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da noção de Região 1870-1970 .....	25
Quadro 2: Pátios Multimodais no Tocantins. ....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série Histórica do IDH – Tocantins e Brasil.....	59
Gráfico 2: Série Histórica dos indicadores do IDH – Tocantins/Brasil. ....	60
Gráfico 3: Taxa de crescimento do PIB no Tocantins.....	61
Gráfico 4: Percentual de renda apropriada pela população tocaninense. ....	62
Gráfico 5: Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres.....	63
Gráfico 6: Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares per capita em salários mínimos por microrregião – 2010. ....	66
Gráfico 7: Taxa de matrícula da Educação Básica do Tocantins. ....	69
Gráfico 8: Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano): Brasil, Tocantins. ....	71
Gráfico 9: Evolução do Ideb dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano): Brasil, Tocantins. ....	72
Gráfico 10: Evolução do Ideb – ensino médio (1º ao 3º ano): Brasil, Tocantins.....	75
Gráfico 11: Ensino fundamental – Indicador Socioeconômico do Idsed – 2013.....	102
Gráfico 12: Ensino Fundamental – Indicador Sociocultural do Idsed – 2013. ....	104
Gráfico 13: Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) do 5º e 9º ano do ensino fundamental – 2013. ....	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução demográfica dos municípios acima de 50.001 habitantes, 1991-2010.....	57
Tabela 2: Evolução demográfica dos municípios entre 20.001 a 50.000 habitantes, 1991-2010.....	57
Tabela 3: Tocantins: distribuição dos municípios por faixas de tamanho populacional, 1991-2010.....	58
Tabela 4: Tocantins: Indicadores de renda, Desigualdade e Pobreza.....	64
Tabela 5: Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares Per Capita em salários mínimos.....	65
Tabela 6: Tocantins - Domicílios particulares permanentes por abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário.....	67
Tabela 7: Tocantins - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade.....	67
Tabela 8: anos finais do ensino fundamental (Ideb 2013): ranking entre os estados.....	73
Tabela 9: Ensino médio (Ideb 2013): ranking entre os estados.....	74
Tabela 10: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1991/2010.....	77
Tabela 11: Ensino fundamental - taxa de aprovação - 2010-13.....	78
Tabela 12: Ensino fundamental - taxa de reprovação - 2010-13.....	79
Tabela 13: Ensino fundamental - taxa de abandono - 2010-13.....	80
Tabela 14: Ensino fundamental - taxa de distorção idade/série - 2010-14.....	82
Tabela 15: Número de questionários aplicados e respondidos por microrregião.....	94
Tabela 16: Categorização das referências em relação ao seu indicativo.....	95
Tabela 17: Exemplo do valor do atributo dado a uma das variáveis do Indicador Socioeconômico.....	95
Tabela 18: Exemplo do valor do atributo dado a uma das variáveis do Indicador Sociocultural.....	96
Tabela 19: Composição do peso das variáveis do Indicador de Infraestrutura e Recursos segundo a sua porcentagem.....	96
Tabela 20: Composição do valor do atributo da referência “Média de alunos por turma”.....	97
Tabela 21: Valor atribuído a cada classe de variáveis do Indicador de Escolarização.....	97

## LISTA DE SIGLAS

<b>AC</b>	Análise de Correspondência
<b>DATASUS</b>	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>Enem</b>	Exame Nacional de Ensino Médio
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Ideb</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDG</b>	Índice de Desigualdade de Gênero
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHAD</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
<b>IDH-M</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>Idsed</b>	Índice de Desigualdade Socioeducacional
<b>Inep</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPEA-DATA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
<b>IPM</b>	Índice de Pobreza Multidimensional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNDR</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>Pnud</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Polamazônia</b>	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
<b>Polocentro</b>	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>Saeb</b>	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>Seplan-TO</b>	Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
<b>SPVEA</b>	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
<b>Sudam</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
<b>Sudene</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>Unesco</b>	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA O DESENVOLVER INVESTIGATIVO</b> .....	22
1.1 Conceito e/ou noção de Região: contextualização .....	22
1.1.1 Evolução do conceito de Região de 1870 aos dias atuais – Século XXI.....	23
1.2 Globalização e Desenvolvimento regional no Brasil.....	30
1.3 Atuação das Políticas Regionais na Amazônia e Tocantins: desenvolvimento e/ou desigualdades?.....	36
1.3.1 Políticas Regionais na Amazônia: um esboço .....	36
1.3.2 Políticas Regionais no Tocantins: um esboço .....	44
<b>CAPÍTULO II DESIGUALDADE REGIONAL ILUSTRADA PELOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS</b> .....	52
2.1 Discutindo sobre os indicadores socioeconômicos .....	52
2.2 Análise dos indicadores socioeconômicos do Tocantins.....	56
2.3 Desempenho educacional frente aos indicadores educacionais .....	76
2.3.1 Aprovação, Reprovação, Abandono e o fenômeno da distorção idade/série.....	77
<b>CAPÍTULO III ANÁLISE REGIONAL DA DESIGUALDADE A PARTIR DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL (IDSED): METODOLOGIA E APLICABILIDADE</b> .....	84
3.1 O fenômeno da desigualdade socioeducacional .....	84
3.2 Proposituras do Idsed: por que ainda é importante estudar as desigualdades regionais no sistema educacional? .....	87
3.3 Idsed: notas metodológicas.....	91
3.3.1 População e descrição da amostra .....	92
3.3.2 Composição dos pesos dos indicadores e das variáveis .....	94
3.3.3 Cálculo do Idsed .....	98
3.3 Idsed: análise regional entre as microrregiões tocantinenses .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
<b>APÊNDICES</b> .....	123

## INTRODUÇÃO

As recentes transformações políticas, econômicas e socioculturais no Tocantins fizeram com que a dinâmica regional apresentasse significativas alterações, sobretudo depois da separação política do Estado de Goiás<sup>1</sup>. Segundo Santos, R. (2008) a propagação de novas tecnologias e novas formas organizacionais promoveram uma maior complexidade das atividades agrícolas, industriais e de serviços no território tocantinense. Desta forma, exigiu “[...] um maior grau de saber, de conhecimento intelectual e níveis cada vez maiores de informação, tornando mais variada e densa a organização produtiva e social atualmente no Tocantins” (SANTOS, R., 2008, p. 46).

A complexidade gerada a partir de então criou áreas detentoras de maior especialização técnica do que outras. Assim, adquirem sobre as demais o poder de comando com a difusão de técnica, nas quais ocorrem de forma descontínua no espaço, erigindo regiões hegemônicas e regiões submissas, ou seja, dependentes (SANTOS, 2012). Esse processo descontínuo no espaço acaba por gerar desníveis regionais, tanto temporais como espaciais.

Diante dessa conjuntura, a Cartografia da Desigualdade Regional no Tocantins, formada mediante os indicadores socioeducacionais, consistiu em um esforço coadunado em permitir uma melhor compreensão de como tem se desenvolvido regionalmente o estado tocantinense, voltado, sobretudo à Educação Básica a partir dos fundamentos socioeconômicos, socioculturais, infraestruturais e educacionais que sedimentam o seu sistema de ensino através da relação de seus agentes sociais e públicos. Mediante a premissa apresentada, o desafio remete ao necessário estudo dos fundamentos teórico-conceituais de modo a reunir subsídios e responder à questão essencial aqui levantada: como se apresenta a desigualdade socioeducacional tocantinense enquanto indutora das desigualdades regionais?

Na busca da resposta desse questionamento, a proposta principal do trabalho foi analisar a estrutura e os condicionantes da desigualdade socioeducacional no Tocantins enquanto um dos determinantes do comportamento da desigualdade regional.

Os objetivos específicos do trabalho foram discutir a noção de região transversalizando com a ciência geográfica na busca pela compreensão do processo de

---

<sup>1</sup> Trata-se da mais nova unidade administrativa do Brasil. O Estado do Tocantins foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e instalado, na região Norte, em 1º de janeiro de 1989, com área de 277.620.914 km<sup>2</sup>.

desenvolvimento e desigualdade regional, políticas desenvolvimentistas e planejamento regional com enfoque no Brasil e no Tocantins; analisar as condições socioeconômicas que fragilizam o processo escolar e que inibem o prevalecimento dos fatores de desenvolvimento social e econômico regional; desenvolver um indicador do processo socioeducacional que permita uma maior compreensão dos desarranjos escolares e das desigualdades regionais; cartografar as desigualdades socioeducacionais entre as microrregiões do Tocantins de modo a permitir maior sentido à formulação das políticas públicas educacionais e de desenvolvimento regional.

Destarte, o presente estudo procurou desenvolver um novo indicador sintético e analítico denominado Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) composto por quatro indicadores divididos em duas classes. A primeira classe (per capita/ amostragem) configura o Indicador Socioeconômico e Sociocultural e a segunda (informações escolares) o indicador de infraestrutura e recursos e o de escolarização. Embasado nas técnicas tradicionais de decomposição de medidas de desigualdade, dentre outras, o referido índice tem a finalidade de apresentar em que medida a rede estadual de ensino do Tocantins reflete, em sua estruturação, as desigualdades que são inerentes e próprias do modo de produção capitalista e, por conseguinte, projeta tais desigualdades no resultado de sua ação. Ou seja, na esteira do pensamento de Pierre Bourdieu (2002; 2005; 2014), esse deve ser um indicador para averiguar a lógica de 'reprodução' do *Campo* e do *Habitus* capitalista na composição escolar, seja enquanto estrutura estruturada, seja enquanto estrutura estruturante.

Nesse sentido, de acordo com Ortiz (1983), Bourdieu define *campo* como um espaço social que possui estrutura própria e relativamente autônoma quanto a outros espaços sociais. Cada campo possui hierarquias e disputas, entre dominantes e dominados, por determinados bens simbólicos e conseqüentemente por posições sociais. E o *Habitus*, segundo Nogueira e Nogueira (2004, p. 28), na concepção de Bourdieu, seria a mediação entre a estrutura e a prática. “[...] Cada sujeito vivenciaria uma série de experiências, em função de sua posição nas estruturas sociais, que efetivariam sua subjetividade, constituindo uma espécie de matriz de percepções e apreciações, que orientaria suas ações nas situações posteriores”.

Diante desse contexto, é importante ressaltar que a desigualdade, no presente estudo, foi tratada como sendo uma característica das sociedades capitalistas, com traços específicos de cada formação social, mas que pode ser enfrentada por meio de políticas públicas voltadas ao planejamento participativo.

Com relação ainda às desigualdades próprias do modo de produção capitalista, parte-se do entendimento de que a força do capital se manifesta no território a partir dos interesses econômicos que se projetam sobre o mesmo, demandando ao mesmo tempo projeto de desenvolvimento e investimentos variados articulados ao provimento de infraestruturas sociais, dentre elas, a de educação (HARVEY, 2006). Porém, “o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos” (HARVEY, 2006, p. 137).

Desta forma, os espaços de uma determinada região são articulados na produção capitalista em tempos diferentes e de forma desigual, à medida que se tornam interessantes à acumulação capitalista. Segundo Santos (2011), o resultado desse processo é a formação de espaços intrarregionais com níveis de integração, de ocupação, de uso, de apropriação e desenvolvimento tecnológicos e de valores diferenciais, o que fatalmente subtrai de parte dos agentes sociais regionais a substancialidade de sua cidadania.

Estes valores diferenciais no aspecto educacional remetem ao que Bourdieu e Passeron (2014) denominam de violência simbólica. Para estes autores, as relações de força encontram-se sempre dissimuladas sob a forma de relações simbólicas. Essas relações de força presentes na ação pedagógica são consideradas como sendo concomitantemente autônomas e dependentes, isto é, dependem das relações de força presentes em uma determinada estrutura social e ao mesmo tempo conseguem constituir-se como instituição autônoma para a reprodução dessa mesma estrutura. Assim, a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social, exercida pelos “membros educados” de uma determinada sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Em outras palavras, o ensino materializado na ação pedagógica tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima, à medida em que impõe e sugere arbítrios culturais.

Nesses termos, ao pleitear uma Cartografia da Desigualdade Regional formada mediante os indicadores socioeducacionais, o presente estudo teve o esforço de entender as relações casuais entre educação e desigualdade, analisando de forma empírica e conceitual a atual conjuntura socioeducacional tocantinense entre as suas microrregiões. Assim, o ponto de interesse foi o estudo do desenvolvimento da desigualdade regional no Tocantins sob a ótica da desigualdade ligada à educação. Dentro dessa análise, recaíram as discussões conceituais próprias da Geografia Regional. Nessa análise conceitual, privilegiaram-se os estudos

referente às noções de Região, de desenvolvimento e de desigualdade regional, de políticas desenvolvimentistas, de planejamento regional e de desigualdade sócio educacional no mundo globalizado, com base em autores como Arrais (2009; 2007), Santos (2012; 2011; 2008), Corrêa (2005), Gomes (2008), Bourdieu e Passeron (2014), Bourdieu (2002; 2005), entre outros.

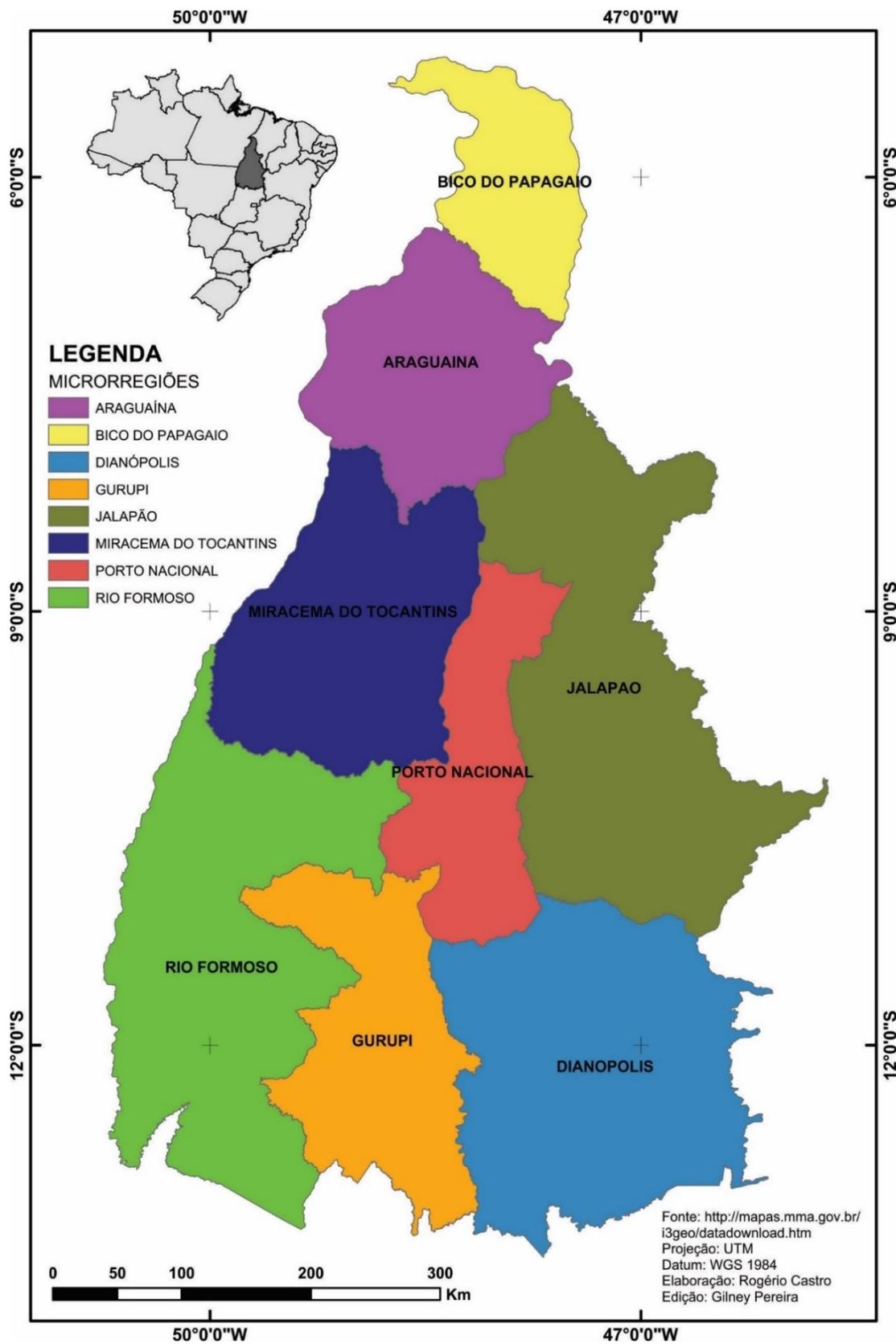
Em relação à análise empírica, buscou-se fazer uma análise socioeconômica tocantinense entre suas microrregiões embasada em indicadores socioeconômicos (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Índice de Gini, e suas respectivas variáveis), indicadores educacionais (taxas de transição: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série) e, diante desses indicadores foi desenvolvido um novo indicador denominado como Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed), em que se utiliza dos pressupostos estatístico-metodológicos da análise multivariada dos dados.

Vale ressaltar quanto ao recorte espacial para a aplicação da pesquisa optou-se pela divisão estratégia das oito microrregiões tocantinenses, feita pelo IBGE em 1990, sendo elas: Araguaína com 17 municípios, Bico do Papagaio com 25 municípios, Dianópolis com 20 municípios, Gurupi com 14 municípios, Jalapão com 15 municípios, Miracema do Tocantins com 24 municípios, Porto Nacional com 11 municípios e Rio Formoso com 13 municípios, totalizando 139 municípios. Além de melhor especializar as desigualdades regionais voltadas à educação, essa divisão considera a condição de homogeneidade físico-territorial e socioeconômica das regiões<sup>2</sup> (Figura 1).

---

<sup>2</sup> Essas microrregiões foram definidas pelo IBGE em 1990. Para a identificação das microrregiões, o IBGE selecionou dois indicadores básicos: **a estrutura da produção e a interação espacial**. Assim, “o primeiro implica na análise da estrutura da produção primária com base na utilização da terra, orientação da agricultura, estrutura dimensional dos estabelecimentos, relações de produção, nível tecnológico e emprego de capital e no grau de diversificação da produção agropecuária, a estrutura da produção industrial [...] Já o indicador de interação espacial fica por conta da área de influência dos centros sub-regionais e centros de zona enquanto elementos articuladores dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais de distribuição de bens e serviços ao campo e a outras cidades” (IBGE, 1990, p. 10).

Figura 1: Divisão geográfica do Estado do Tocantins por microrregião.



Para o levantamento dos dados estatísticos, o trabalho utilizou como principais fontes as que estão esboçadas abaixo.

- ✓ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Estado @, Cidades@, Perfil dos Municípios Brasileiros, Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra);
- ✓ Censo da Educação Superior (Inep);
- ✓ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- ✓ Departamento de Informática do SUS (DATASUS);
- ✓ Anuário Estatístico do Estado do Tocantins (Seplan-TO);
- ✓ Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea-Data);
- ✓ Qedu aprendizado em foco;
- ✓ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.

É de fundamental importância ressaltar que embora a intenção metodológica do presente trabalho implique em um modelo quantitativo no esforço de tecer considerações que sejam futuramente incorporadas na discussão do tema em tela, a interpretação será qualitativa e compreenderá uma discussão em torno de questões sociais, históricas e de classe que ensejem a problemática em voga.

Dessa forma, propôs um relato empírico e explicativo que apresente o fenômeno da desigualdade socioeducacional e o desempenho da expansão desigual do sistema educacional no Tocantins a partir de dois momentos temporais: o primeiro, a partir da contextualização dos Censos e das taxas de transição, tendo como referencial de partida o ano de 1991; e o segundo, se dá a partir da contextualização do Idsed, com base nos dados do Inep do ano de 2013.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro expõe uma contextualização sobre a noção de região que permeia a ciência geográfica, ligando a um pensamento político e de base territorial, a fim de nortear a reflexão sobre desenvolvimento e desigualdade em contextos regionais no Brasil e no Tocantins. O Capítulo II, com o intuito de entender a lógica da atual conjuntura das desigualdades socioeducacionais no Tocantins, discutiu sobre os indicadores sociais e suas variáveis, bem como as condições socioeconômicas e educacionais no Tocantins frente aos indicadores sociais.

Por fim, o Capítulo III discutiu sobre os fundamentos das desigualdades socioeducacionais, argumentou sobre as proposituras de criar um novo indicador, bem como

sua metodologia e, finalmente, traz à tona a cartografia da desigualdade socioeducacional tocantinense a partir do Idsed, mostrando as condições socioeconômicas, socioculturais, infraestruturais e educacionais que permeiam o universo escolar tocantinense. Ademais, são apresentadas as considerações finais.

## CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA O DESENVOLVER INVESTIGATIVO

### 1.1 Conceito e/ou noção de Região: contextualização

O termo região é um conceito-chave para os geógrafos, contudo é utilizado também nas mais diversas esferas, fazendo parte tanto da linguagem do senso comum como também incorporado ao discurso dos cientistas sociais quando estes discutem a dimensão espacial. Na visão do senso comum, por exemplo, a noção de região está relacionada basicamente aos princípios de localização e o de extensão. É comum usar, no cotidiano, expressões como - “região mais pobre”, “região mais rica”, “a região baixa” – para referenciar um conjunto de áreas onde existe um domínio de determinadas características que a diferenciam de outras áreas (GOMES, 2008).

Outro sentido bastante comum sobre região é o de unidade administrativa, relacionada eminentemente com a divisão regional, que é exercida frequentemente pela hierarquia e controle na administração dos Estados. Gomes (2008, p.54) alerta que muitas instituições e grandes empresas “[...] utilizam este tipo de recorte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios dentro do mesmo sentido de delimitação de circunscrições e hierarquias administrativas”.

Na geografia, o uso da noção de região é muito mais complexo. Isso se deve, sobretudo ao pluralismo teórico-metodológico em torno de seu conceito. É fato que em volta do desenvolvimento do conceito de região surgiu, ao longo da história do pensamento geográfico, um intenso debate, centrado, segundo Corrêa (2005, p.184) “[...] na procura de um conceito e um método que fornecessem à geografia a sua identidade, diferenciando-a tanto das ciências naturais como das ciências sociais”. Tal busca deu margem a consideráveis debates e divergências entre geógrafos contemporâneos, planejadores regionais, cientistas regionais e cientistas sociais em geral. Em outras palavras, a noção de região possui uma variedade de acepções na geografia que servem, segundo Gomes (2008), como elementos-chave de um sistema explicativo que abarca contextos políticos, político-institucionais, econômicos e culturais.

Partindo dessa premissa, a presente pesquisa não teve como intenção responder de forma definitiva o que é a *região*, e sim, reconhecer a existência da sua noção e seu emprego

dentro da ciência geográfica. É importante frisar que reconhecer aqui significa mais do que meramente distinguir a existência; significa, segundo a concepção de Gomes (2008, p. 49) “[...] aceitar seu uso, [...] significa conceber nesta multiplicidade a riqueza e o objeto propriamente de uma investigação científica”. Desse modo, propõe-se, a *priori*, uma abordagem histórico-conceitual sobre a noção de região, para posteriormente elucidar os elementos básicos da pesquisa, a saber: desenvolvimento/desigualdade regional; políticas regionais; e desigualdade socioeducacional.

### **1.1.1 Evolução do conceito de Região de 1870 aos dias atuais – Século XXI**

A palavra região deriva do latim *regione*. Segundo Corrêa (2005, p. 183), sua raiz está no verbo *regere*, que significa governar, “[...] o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política”. Nos tempos do Império Romano, *regione* era a denominação utilizada para se referir à unidade político-territorial em que se dividia o império, isto é, era a designação dada às áreas em que estavam subordinadas as regras gerais e hegemônicas do referido império, mesmo que estas dispusessem de uma administração local.

Gomes (2008, p. 52), ao fazer uma breve reconstituição histórica sobre a origem do conceito de região, destaca três consequências atreladas à sua discussão. A primeira é que o conceito de região tem “[...] implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial”. Essa consequência tem origens no próprio Império Romano, que subdividia suas áreas, formando fraturas regionais que representavam a extensão espacial do seu poder central hegemônico.

Após o esfacelamento do Império Romano, a Igreja seguiu com esse tipo de divisão do espaço, utilizando as unidades regionais como estabelecimento de sua hierarquia administrativa. Gomes (2008) afirma que essa subdivisão regional foi a origem do poder autônomo dos feudos, dominante na Idade Média. Com o nascimento do Estado moderno no continente europeu, em meados do século XVIII, surgiram novas discussões. O Estado, no intuito de se legitimar, utilizava-se, predominantemente, do discurso da união regional frente a um inimigo comercial, cultural ou militar.

Em segundo lugar, a discussão de temas como política, atividades econômicas, cultura, está “[...] relacionada especificamente às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc., e de suas representações” (GOMES, 2008, p. 52). Questões como a relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade

espacial, cultural, econômica, política e física ligadas à formação dos Estados-Modernos fizeram renascer as discussões em volta dos conceitos de região, comunidades territoriais, nação etc.

E, por fim, em terceiro, a geografia foi o campo privilegiado dessas discussões ao abrigar “a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema”, afirma Gomes (2008, p. 52).

O conceito de região, com o passar do tempo, ganhou várias conotações. A mais comum diz que é uma porção da superfície terrestre que se diferencia das demais. Fato que, ao verificar o Dicionário Aurélio, constata-se o significado de região como um: “Território que se distingue dos demais por possuir características (clima, produção, etc.) próprias” (FERREIRA, 2004, p. 1723). No entanto, como já explicitado, para a Geografia, esse conceito é mais complexo, pois percorre caminhos estreitos em busca de uma identidade eminentemente geográfica.

Corrêa (2005), no intuito de esclarecer, para os não geógrafos, os diferentes significados que os geógrafos atribuem ao conceito de região, elaborou um estudo para colocar em evidência como estes, ao longo da história da Geografia, consideram o termo região. O mesmo subdivide, a princípio, três acepções importantíssimas de região estabelecidas pelos pesquisadores geógrafos entre o início do século XIX (quando a Geografia é institucionalizada) até aproximadamente a década de 1970 (Quadro 1).

O Quadro 1 demonstra, de maneira simples e resumida, a evolução das concepções sobre região dentro do contexto da geografia clássica. A primeira acepção apoia-se nos dados da natureza. Isso porque bem antes da Geografia alcançar o status acadêmico, era a Geologia, em meados do século 19, que tinha como um dos conceitos-chave o de região. Gomes (2008) mostra como exemplo dessa notória fonte ao discurso geográfico da época a obra de Vidal de La Blache, intitulada *Tableau de la géographie de la France*, em 1903. Segundo o mesmo, a inspiração da divisão regional tinha ecos de sua leitura dos geólogos.

Outro exemplo é o trabalho de L. Gallois, discípulo de Vidal de La Blache, que, em 1908, escreveu a obra intitulada *Régions naturelles et noms de pays*, onde segundo Gomes (2008, p. 55) “buscava a relação entre as tradicionais regiões galo-romanas e uma certa unidade fisionômica natural básica”. Para Gallois, as divisões da superfície terrestre eram o produto de estudo da geografia humana, pois se acreditava que a influência da região natural

era decisiva na configuração de uma sociedade. Visualiza-se a partir dessa afirmativa, uma matriz determinista ambiental. O conceito de região natural nasce, pois, “[...] desta ideia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade” (GOMES, 2008, p. 55).

**Quadro 1: Evolução da noção de Região 1870-1970.**

	PERÍODO	MATRIZ	NOÇÃO	CARACTERÍSTICAS
<b>1ª ACEPÇÃO</b>	1870 a 1920	Determinismo Ambiental: ligada à visão darwinista e neo- lamarckiana	Região natural	A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural.
<b>2ª ACEPÇÃO</b>	1920 a 1950	Historicismo de base neokantiana	Região- Paisagem	A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural [...] resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.
<b>3ª ACEPÇÃO</b>	1950 a 1970	Lógico positivista	Região Homogênea e Funcional	A região é considerada a partir de propósitos específicos, não tendo <i>a priori</i> , como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica [...] A região natural e a região-paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos.

Fonte: Adaptação do autor, da obra de CORRÊA (2005).

Para Corrêa (2005, p. 184), “entender a ação combinada dos processos naturais e o impacto da ação humana sobre a região natural são, ainda hoje, de grande interesse para os geógrafos em geral”. Porém, o mesmo alerta que a região natural não mais se constitui na referência espacial-chave entre os geógrafos para explicar diferenças no processo de desenvolvimento econômico e social.

A segunda acepção origina-se de uma reação à matriz positivista. Corrêa (2005, p. 185) diz que “[...] a matriz agora é o historicismo de base neokantiana, enfatizando a separação entre ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter ideográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço”.

Gomes (2008) afirma que os geógrafos dessa corrente acreditavam que a natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, porém é sempre a sociedade, com seu nível de cultura, de educação, dentre outros fatores, que tem a responsabilidade da escolha. O mesmo enfatiza que a esta perspectiva possibilista, as regiões “[...] existem como unidades básicas do saber geográfico, não como morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente” (GOMES, 2008, p. 56). Nasce desse pensamento, a noção de região geográfica ou região-paisagem. Esta acepção se estende de 1920 a 1950.

Por fim, a terceira concepção emerge em meio à revolução teórico-quantitativa, de base eminentemente lógico-positivista, em meados da década de 1950. É importante frisar que essa acepção não elimina as anteriores. Corrêa (2005) afirma que, a partir desse período, houve um aumento de estudos recortando os países em diferentes tipos de regiões homogêneas e regiões funcionais. As primeiras “em torno de características consideradas como fixas e as segundas aos diversos fluxos que percorrem o espaço” (CORRÊA, 2005, p. 187).

Moreira (2006, p. 158) alerta que os geógrafos dos anos de 1950, quando olhavam o mundo, viam a “paisagem de uma história humana que mal mudara de página no trânsito dos séculos XIX-XX. Viam a sombra das civilizações antigas com suas paisagens relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas”. O mesmo ressalta que,

O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração, e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade. Pouco importava se o dito e o visto não coincidissem exatamente. (MOREIRA, 2006, p. 158)

A região, a partir dessa afirmativa, tinha como característica básica a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos, isto é, era a forma matricial da organização do espaço terrestre. Nos anos 1960 e 1970, a vinculação entre essas numerosas regionalizações e o sistema de planejamento regional era muito nítida (CORRÊA, 2005).

Com a incorporação de novos paradigmas à Geografia, a partir da década de 1970, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético, como também nas geografias humanista e cultural.

Corrêa (2005, p. 187) alerta que além desse fator, adicionalmente, o conceito de região despertou o interesse de não geógrafos ou “daqueles que, de alguma forma, se interessam pela dimensão espacial da sociedade”. Em decorrência disso, novos conceitos de região foram produzidos, o que ampliou consideravelmente o pluralismo conceitual. Citando Anne Gilbert, Corrêa (2005) afirma que três conceitos de região foram desenvolvidos após 1970<sup>3</sup> (Figura 2).

**Figura 2: Evolução da noção de Região após 1970.**



Fonte: Adaptação do autor, da obra de CORRÊA (2005).

O primeiro conceito refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas. Vista como formação socioespacial, a região é entendida como “a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (CORRÊA, 2005, p. 187). Os elementos ligados a esta vertente giram em torno de uma regionalização da divisão social do trabalho, da reprodução da força de trabalho, do processo de acumulação capitalista e dos

<sup>3</sup> O referido trabalho citado por Corrêa refere-se à obra intitulada “*The New regional Geography in English and French-speaking Countries*” de 1988.

processos político-ideológicos (CORRÊA, 2005). Trata-se de uma visão que se aproxima, ou afina-se, com o conceito de formação socioeconômica formulado por K. Marx. Gomes (2008, p. 66) afirma que para Marx, o conceito de formação socioeconômica corresponderia “[...] aos produtos histórico-concretos dos diversos modos de produção”. Continuando com este raciocínio, o mesmo diz que:

Cada modo de produção apresenta, pois, um conjunto de formações socioeconômicas, com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem em comum as características que dão unidade ao modo de produção. Cada uma destas unidades deve, pois organizar seu espaço de uma maneira própria, sendo esta a base de uma regionalização, ou do princípio de diferenciação do espaço em cada momento histórico (GOMES, 2008, p. 66).

Desse tipo de reflexão surgiu, também, a ideia da região como uma totalidade socioespacial. Santos enfatiza que a região é, nessa perspectiva, “síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social” (SANTOS, 2008 apud GOMES, 2008, p. 66). Para este autor, nas condições atuais da economia mundial, “região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna, ela é definida do exterior [...] e seus limites mudam em função de critérios diversos” (SANTOS, 2008, p. 40).

Corrêa (2005) menciona alguns importantes autores que, com uma abordagem fundada no marxismo, discutem o conceito de região. São eles: Luis Coraggio; Doreen Massey; e Neil Smith.

O segundo conceito de região, que surgiu após a década de 1970, é ligado à Geografia Humanista (apoiada pelas filosofias do significado) e à Geografia Cultural Renovada (ligada aos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos).

A região é considerada, nesta perspectiva, como foco de identificação, sendo definida como um “[...] conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e, assim, um elemento constituinte de uma identidade” (CORRÊA, 2005, p. 188). Os geógrafos dessa corrente buscaram chamar a atenção para elementos como a consciência regional e o sentimento de pertencimento, no intuito de revalorizar a dimensão regional como espaço vivido.

Gomes (2008, p. 67) indaga que, nesse sentido, a região existe

[...] como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial [...] a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional.

Assim, para compreender, entender e analisar uma região é preciso viver a região. As obras de J. L. Piveteau, Yi-Fu Tuan e André Frémont são exemplos, segundo Corrêa (2005), dessa abordagem.

Por fim, o terceiro conceito de região é entendido como meio para interações espaciais. Para Corrêa (2005, p. 188) “trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas”. Os estudos de Allan Pred, Derek Gregory e Claude Raffestin são exemplos de pesquisas que seguiam esta abordagem de região pós-70.

As interações espaciais são constituídas por um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Contudo, para além dessa definição, Corrêa (2006, p. 280) alerta que as interações espaciais devem ser vistas como:

[...] parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes [...] transformando os lugares.

A partir desse quadro sumário, pode-se concluir que os três conceitos de região que surgiram após 1970 têm em consonância o fato de estarem apoiados na ideia de persistência da diferenciação de áreas. Segundo Corrêa (2005), os diversos estudos que emergiram pós-70 não compartilhavam da tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo.

Pode-se inferir, também, que a região esteve no centro de múltiplos debates que ainda na atualidade dão gás às discussões epistemológicas da Geografia. Dentre as novas discussões, Castro (1994, p. 162) diz que,

[...] a identidade socioespacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional.

Castro (1994, p. 162) complementa esse discurso afirmando que a preocupação com a região, enquanto problema de investigação, e com o regionalismo, enquanto um dos conteúdos possíveis da primeira, deriva das suas “possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças”.

Somado a estes fatores, tem-se ainda como moeda corrente nos mais variados discursos geográficos o conceito de globalização. Para Gomes (2008, p. 71), em geral, o termo globalização expressa a ideia de uma “[...] economia unificada, de uma dinâmica cultural hegemônica, de uma sociedade que só pode ser compreendida como um processo de reprodução social global”.

Santos (2011, p. 23) afirma que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Isso fez com que o discurso geográfico sobre região e seus conteúdos, como o do regionalismo, se tornasse ainda mais complexo, pois aumentou consideravelmente a fragmentação articulada da superfície terrestre. Para Corrêa (2005), essa fragmentação se exprime na divisão territorial do trabalho, caracterizada tanto por especializações produtivas, como também sociais, culturais e políticas. Devido a essa fragmentação, os recortes regionais atuais são múltiplos e complexos e nem sempre feitos de forma igualitária, pelo contrário, incorporam um aumento do padrão de desenvolvimento desigual capitalista.

Sabendo disso, os tópicos abaixo apresentam uma discussão que analisa a relação entre desenvolvimento regional e globalização, e, posteriormente, debate as políticas regionais na Amazônia e Tocantins.

## **1.2 Globalização e Desenvolvimento regional no Brasil**

O debate sobre a natureza da região e, conseqüentemente, a discussão sobre o desenvolvimento regional nasce em um momento em que o mundo, sob o prisma do capitalismo industrial, já está concomitantemente unificado e dividido, surgindo a ideia de uma economia mundial. As regiões não são mais autônomas, pelo contrário, são dependentes de processos gerais e universais, em maior ou menor grau. Este fenômeno é causado, sobretudo pelo advento da globalização (CORRÊA, 2005).

A globalização fez com que o processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem fosse acentuado. Os geógrafos, em especial, perceberam as mudanças na organização espacial que a economia mundial provocou e que foram aguçadas pela globalização econômica (CORRÊA, 2005). Seus numerosos conceitos de região desenvolvidos constituíram e constituem “[...] respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado”, explica Corrêa (2005, p. 191). Em outras palavras, nesse mundo globalizado, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características e novas definições, onde, segundo Santos (2011), a globalização, com a projeção dos sistemas técnicos e da informação, altera o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas.

Para esse autor, a globalização, além de representar uma existência de um novo sistema de técnicas, proporcionado pelo avanço da ciência, é também “[...] o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2011, p. 24).

Segundo Therborn (2001), a globalização surge como um processo que envolve cinco tipos centrais de discurso. Inicia-se pelo econômico, passa pelo sócio-político, alcança o discurso dos estudos antropológicos e culturais, contempla as preocupações ambientais planetárias e, por fim, a globalização surgiu "como centro de um discurso e de um protesto sócio-críticos, como uma nova forma que assumem as forças adversas: o inimigo da justiça social e de valores culturais particulares" (THERBORN, 2001, p.124). O autor sustenta a ideia de que o fenômeno da globalização implica, evidentemente, em uma desigualdade entre a humanidade global.

Assim, pode-se dizer que a globalização econômica e a economia mundial não geraram a homogeneização. Gomes (2008) enfatiza que a globalização, de certa forma, parece não ter conseguido suprimir a diversidade espacial. Para esse autor, se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial, não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação “[...] O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas” (GOMES, 2008, p. 72).

Para Corrêa (2005, p. 189-190), o capitalismo industrial, na verdade,

[...] criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes [...] As regiões preexistentes, refeitas ou recém-criadas [...] tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico passou a se tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos.

Santos (2011) chama a atenção para a tendência dos territórios a uma compartimentação generalizada. O mesmo afirma que a compartimentação é onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local da sociedade nacional. Esses movimentos, segundo o autor, “são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto” (SANTOS, 2011, p. 80).

Essa fragmentação articulada, promovida pela globalização, aumenta a complexidade, implicando na afirmação, denominada por Corrêa (2005), de múltiplos mosaicos, nos quais se encontram irregularmente superpostos. Já para Santos (2011), a fragmentação revela um cotidiano em que há parâmetros exógenos, ou seja, externos e sem referência ao meio. Segundo o mesmo, “a assimetria na evolução das diversas partes e a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de regulação, tanto interna quanto externa, constituem uma característica marcante” (SANTOS, 2011, p. 81).

Atualmente, com a globalização, pode-se inferir que a compartimentação da totalidade da superfície da terra é feita não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Santos (2011, p. 81) afirma que hoje “[...] todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase histórica”. O território mostra alterações de densidade quanto às coisas, aos homens, aos objetos, ao movimento das coisas, dos homens, do dinheiro, das informações e também quanto às ações políticas (SANTOS E SILVEIRA, 2005).

Sabendo-se desses fatores, pergunta-se: *o desenvolvimento regional voltou à cena política?* Essa premissa parte do debate da necessidade atual em se discutir o desenvolvimento regional na perspectiva de uma reflexão metodológica que não separe “teoria e prática”, a fim de estimular um debate que não desconsidere a ação, e sim, estimule a sua reflexão (ARRAIS, 2009).

A ação é entendida como uma propriedade tanto dos indivíduos como dos atores sociais. Segundo Arrais (2009, p. 2), a ação não é “[...] uma propriedade do espaço, mas dos

grupos sociais”. Segundo esse autor, para o estudo do desenvolvimento regional é imprescindível qualificar os atores sociais a partir de sua ação. No Brasil, por exemplo, o Estado foi um ator chave na distribuição de recursos no território, onde sua ação no espaço regional, principalmente a partir da década de 1950, “[...] traduziu os interesses dos grupos hegemônicos nacionais em associação com os grupos regionais” (ARRAIS, 2009, p. 2). Em outras palavras, o território brasileiro é uma espécie de palco onde se materializam espacialmente grandes transformações espaciais provenientes de uma ação racionalizada preparada “[...] a partir de um discurso político-ideológico que emana principalmente do seio dos planejamentos governamentais” (SANTOS, R., 2008, p. 35).

Desde 1930, determinadas ações do governo brasileiro têm se dedicado a uma ideologia desenvolvimentista com o objetivo de reestabelecer o crescimento e a ocupação econômica do território nacional. A implantação do Estado Nacionalista do governo Vargas (1930-1945) é um ótimo exemplo de como essa ideologia foi aplicada para conduzir os problemas econômicos do país relacionados à emancipação econômica, à ocupação do território, à industrialização, às relações cidade-campo, entre outros fatores. Para Ianni (1996, p. 123) o Estado, neste período, foi levado a assumir novas tarefas e a desempenhar papéis decisivos, “[...] com a finalidade de resolver os problemas econômicos e financeiros mais urgentes do País”.

Assim, o problema da ocupação econômica do território é um postulado da própria criação do Estado Nacional, que representa os interesses dos ideólogos desenvolvimentistas (IANNI, 1996). Para os detentores dessa ideologia, a exemplo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, os próprios governos militares, entre outros, a questão do desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil é algo que deve ser colocado em prática de forma imperativa, mesmo que haja forças sociais e políticas não favoráveis. Tal ideologia remete a uma postura política dos atores sociais baseada em uma filosofia unilateral. O crescimento econômico e o progresso socioeconômico são considerados como fenômenos naturais e necessários à sociedade. Santos, R. (2008) argumenta que,

A formulação de novas concepções sobre desenvolvimento, planejamento, intervencionismo estatal e emancipação econômica implicam na elaboração de uma estratégia política para o desenvolvimento segundo o qual a prosperidade dependia essencialmente do desenvolvimento industrial do País [Isso fez com que desembocasse a ideologia das “fronteiras ideológicas”], tal ideologia supõe que a ordem pública determina o processo do desenvolvimento, como um discurso de que o fundamental é ter a certeza de que toda a sociedade, mesmo à custa de sacrifícios, constrói um futuro melhor. Deste modo, ela atua como forte catalisadora da mobilização política. (SANTOS, R. 2008, p. 38-39).

Santos (2011, p. 76) enfatiza que, com o aumento da globalização no mundo, o Brasil passou a ser “[...] um território nacional da economia internacional”. Isso significa que mesmo que se tenha forças ativas atuais de origem externa, as normas públicas são da competência nacional. Segundo este autor, o Estado nacional, em última análise, é o que retém o monopólio das normas, “[...] sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia” (SANTOS, 2011, p. 77). Para ele, ao contrário do que vários pesquisadores repetem impunemente, o Estado continua forte.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o Brasil incorporou a técnica do planejamento como instrumento estatal de política econômica, uma vez que precisava fazer uma intervenção na economia capaz de responder ao momento econômico e à emergência do Estado burguês. Arrais (2007, p.26) destaca que o que se colocava naquele período era,

[...] a necessidade do controle do território, o que demandou políticas que estimulassem a integração do mercado interno e a regulação das relações entre capital e trabalho, considerando que se tratava de um país que iniciava sua caminhada para a industrialização [...] O planejamento regional sistemático surgiu, dessa forma, a partir do reconhecimento, por parte do governo federal, de uma desigualdade entre as regiões do país, especialmente em relação à distribuição de renda e infraestrutura, concentração industrial e densidade populacional.

Ora, isso se deve pelo fato de que o Estado nacional é o que regula o mundo financeiro e constrói infraestruturas (SANTOS, 2011). Até meados da década de 1960, a palavra planejamento compareceu sempre associada à montagem da estrutura político-administrativa do Estado, onde evidenciava um padrão planejado de reprodução do capital, em oposição a um padrão espontâneo (ARRAIS, 2007). Porém, as mudanças políticas, a partir de 1964, interferiram categoricamente no entendimento da função do território do Estado. Referindo-se à questão do Estado nos governos militares, Moraes (2005, p. 100) afirma:

As noções de modernização e desenvolvimento perdem seu componente social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infraestruturas. A ‘região-problema’ dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia.

Carleial (1993, p. 37) frisa que por meio da criação de órgãos voltados para a questão regional (exemplo: Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), da concessão de incentivos fiscais e financeiros direcionados ao capital privado e da intervenção produtiva mediante a instalação de empresas, mostram que a realidade brasileira até a década de 1970 indicava que o “[...] desenvolvimento do capital auxiliado pela ação do Estado [...] foram capazes de criar uma

economia nacional integrada que eliminou as economias regionais como “ilhas”, estabelecendo uma matriz produtiva densa e complexa que se especializa por todo território nacional”. Esta ação representa o objetivo de preencher os vazios da estrutura produtiva e territorial da época.

Na visão de Arrais (2007), passado esse período, e adentrando o período de democratização, marcado pela constituição de 1988 e sua tendência descentralizadora, considerando como prioritária a escala municipal, dois pontos parecem importantes em relação ao planejamento. O primeiro, segundo o teórico, foi o reconhecimento da necessidade de combater as chamadas desigualdades regionais (educação, saúde, saneamento básico, etc.), enquanto que o segundo foi a exigência do “Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento governamental e a indicação, de forma regionalizada, das metas da administração pública” (ARRAIS, 2007, p. 26).

O Brasil, na década de 1980, passava por recorrentes crises, cujas determinações encontravam-se ligadas na incapacidade de financiamento do Setor Público, na falência de um processo de entrada de capitais externos associado, sobretudo, à não solução da dívida externa (CARLEIAL, 1993). Estes foram alguns dos motivos para que o planejamento regional reconhecesse a necessidade dos dois pontos acima mencionados.

Arrais (2009, p.4) alerta, ainda, sobre dois outros importantes pontos relacionados ao planejamento e ao desenvolvimento regional no Brasil. O primeiro diz respeito ao “reconhecimento da ampliação da diversidade territorial brasileira, resultado da progressiva inserção diferencial de várias regiões à economia internacional”. Enquanto que o segundo refere-se “à própria mudança na concepção de intervenção do Estado, o que significa que não podemos considerar as novas experiências fora do contexto da política nacional”.

Volta-se aqui ao questionamento anterior – “*o desenvolvimento regional voltou à cena política?*”. Baseando-se nas argumentações já feitas, a resposta a esta questão é sim. Porém, se o desenvolvimento regional está sob os olhos da ação política, surge outra questão: o que define uma política regional? Na concepção de Arrais (2009), o que define uma política regional é a escala. Segundo o mesmo trata-se,

[...] em primeiro lugar, de uma política regionalizada e regionalização é ação. Uma política regionalizada é aquela que expressa o quadro de intenções de diferentes atores sociais em uma dada base territorial, aqui qualificada de região. Dessa forma, uma política regional não se confunde com uma política setorial. Na política regional, a demanda pelas ações tem por objetivo alterar as feições de uma determinada região, assim como no caso clássico do Nordeste brasileiro (ARRAIS, 2009, p. 3).

A mudança dos aspectos de uma região a partir de uma determinada política regional relaciona-se com a própria natureza da interpretação sobre o significado e os fatores responsáveis por essa desigualdade (ARRAIS, 2009).

Pensando nessa afirmativa, o tópico abaixo apresenta uma discussão sobre as ações das políticas regionais na Amazônia e no Tocantins e os discursos de desenvolvimento, com o intuito de entender, posteriormente nos próximos capítulos, as desigualdades socioeducacionais geradas por tais ações.

### **1.3 Atuação das Políticas Regionais na Amazônia e Tocantins: desenvolvimento e/ou desigualdades?**

O presente trabalho tem como direcionamento buscar uma melhor compreensão de como tem se desenvolvido regionalmente o estado do Tocantins voltado, sobretudo à Educação Básica, no intuito de chegar a uma “cartografia” que possa expressar, mesmo que inicialmente, as desigualdades socioeducacionais, intrínsecas e próprias do modo de produção capitalista presente entre as microrregiões. A partir dessa premissa, faz-se necessário analisar, a priori, a atuação das políticas regionais de desenvolvimento na Amazônia e, por conseguinte, no Tocantins.

#### **1.3.1 Políticas Regionais na Amazônia: um esboço**

No campo científico da Geografia, as políticas públicas de investimento para o desenvolvimento regional são conhecidas como políticas territoriais, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional (COSTA, 1997).

No Brasil, o planejamento territorial inicia-se a partir de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República (SANTOS, R., 2013). Após a revolução de 1930, desencadeia-se um intenso fortalecimento da inserção do país no sistema capitalista industrial. Isso fez com que o Estado passasse a desempenhar um papel centralizador político-administrativo. Assim, surge uma burguesia industrial nacional forte. Para Santos, R. (2013) as políticas territoriais a partir de Vargas, exigem do Estado

[...] uma ação mais racional, moderna e centralizadora gerando um re-arranjo territorial [...] A partir do estabelecimento desta política territorial do governo federal, iniciou-se um processo de divisão regional do território nacional para garantir o desenvolvimento do capitalismo industrial que estava chegando ao país. O governo federal começou a instituir regiões por meio de decretos (SANTOS, R., 2013, p. 100).

A partir de então, algumas das políticas territoriais instituídas tinham, explícitas em seu planejamento, a ocupação do Oeste – marcado pelo discurso ideológico neocolonialista, com o lema “Marcha para o Oeste” – e da Amazônia. Fato este que, em 1953 é criada a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, instituída pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Simultaneamente com a criação desta superintendência, criou-se também a Amazônia Legal (Decreto-Lei de agosto de 1953).

Em busca de uma consolidação do desenvolvimento regional na Amazônia e impregnado da ideologia desenvolvimentista, Vargas, e posteriormente Juscelino Kubitschek, institui vários incentivos fiscais e políticas de investimento na região (SANTOS, R. 2013). A sua concretização foi concebida através de decretos e consolidada pelas políticas públicas de investimento provenientes da SPVEA, Planos Nacionais de desenvolvimentos, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, entre outros. Lira (2011, p. 40) alerta que a SPVEA “[...] marca de maneira planejada e institucionalizada, a presença do Estado, controlador e ‘organizador’ das finanças públicas na Amazônia.” Com as medidas feitas pelo governo, por meio da SPVEA, a região passa a ter atuação direta do Estado. No entanto, em 1966, no governo de Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

A Sudam é uma autarquia governamental, que tem por objetivo principal promover o desenvolvimento da região Amazônica, por meio da geração de incentivos fiscais e financeiros capazes de atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Santos, R. (2013) assevera que a atuação da Sudam atende diretamente aos objetivos, diretrizes e instrumentos da Política de Desenvolvimento Nacional Integrada e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Segundo o mesmo, tal política é executada “[...] em articulação com o Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia, órgãos e entidades públicas dos Governos federal, estaduais e municipais que atuam na região e a sociedade civil organizada” (SANTOS, R. 2013, p. 143).

É nesse cenário, sobre o prisma do capitalismo que a Amazônia Legal se materializa. A mesma é uma região arquitetada por um recorte espacial que engloba várias unidades federativas, sem levar em conta as características morfogeológicas, de vegetação ou geográficas, mas eminentemente para fins político-econômicos. Sua atual área de abrangência é constituída por nove estados da federação, sendo: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (até a oeste do meridiano de 44°).

Totalizando uma área de cerca de 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a aproximadamente 61% do território brasileiro (ver Figura 3).

A Figura 3 mostra a configuração territorial da Amazônia. É interessante observar que três regiões brasileiras compreendem a cobertura da Amazônia Legal, respectivamente: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa configuração corrobora com as ideias de Lira (2011) e Oliveira (1991) de que a Amazônia Legal é um território planejado pela burocracia administrativa do Regime Militar. Para estes, está região nada mais é que uma reinvenção, ou melhor, uma (re)articulação de um território amazônico, criado e/ou recriado no gabinete dos governos militares sob a lógica do capitalismo num processo de interiorização e ocupação da região.

Desse modo, a Amazônia Legal seria uma (re) criação de uma região e a dilatação das áreas de ocorrências da floresta, em uma tentativa de ocupar espaços que erradamente foram considerados vazios (LIRA, 2011). Uma articulação geopolítica de conteúdo modernizador feita pelos promotores do Regime Militar e construída de forma muito racional por meio da articulação de interesses nacionais e internacionais. Uma aliança entre Estado e capital estrangeiro. Ou, segundo Becker e Egler (1994), uma aliança entre capital privado interno, externo e público, principalmente nos governos militares.

Lira (2011, p. 28) afirma que a “[...] Amazônia brasileira e Amazônia Legal dialeticamente, se contradizem, se confirmam e se negam, dentro de um contexto onde se define a natureza da geografia e as ideologias geográficas” (LIRA, 2011, p. 28). Para o mesmo, existe um embate dialético entre a Amazônia brasileira (do ribeirinho, do indígena, do seringueiro, do posseiro) com a Amazônia Legal (do capital e da tecnologia), que faz surgir a “Amazônia Illegal”, representação do conflito que se estabelece no território, impetrada pelo modo de produção capitalista.

Figura 3: Mapa da divisão política-administrativa da Amazônia Legal.



Fonte: IBGE – Geostatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal, 2011.

Assim, ao discutir as políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, o autor verifica a presença de “várias Amazônia” dentro da mesma região, onde apesar de comporem o mesmo território, há a necessidade de desassociá-las. Segundo este autor:

Amazônia Brasileira estou me referindo à região visível, um território palpável, uma região que por si já é uma região onde o homem do lugar sinta e conheça sua geografia, enfim, uma região que não necessite de instrumentos técnicos e/ou ideologias para definir seus contornos [...]. a Amazônia Legal é uma região criada pelos governos militares e/ou paramilitares, com o intuito de reafirmar a soberania nacional na região e desenvolvê-la de maneira “segura”. Tudo isso sobre o patrocínio do capital estrangeiro, (liberalista) encontrando neste “novo” tipo de parceria, uma brecha para apropriar-se das riquezas minerais e vegetais da verdadeira Amazônia brasileira (LIRA, 2011, p. 28-29).

Partindo dessas discussões, é importante destacar os principais programas institucionalizados para região. Como já explanado, foi por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que as políticas de desenvolvimento para a região amazônica se deram. Tais planos sedimentaram as diretrizes básicas para os programas de integração e desenvolvimento da região amazônica brasileira arquitetada, sobretudo pelo Regime Militar.

Para Oliveira (1991, p. 89), à Amazônia e ao Planalto Central, estava reservada a “[...] estratégia dos polos agropecuários e agrominerais, com dupla finalidade: abrir o acesso às riquezas naturais aos grandes grupos econômicos e reorientar os fluxos migratórios predominantes na direção Nordeste/Sudeste para Nordeste/Amazônia”. Para isso, o projeto de integração nacional precisava integrar a região amazônica ao contexto nacional, em decorrência ao cenário mundial. Precisava necessariamente de uma ocupação demográfica e econômica de forma planejada.

Segundo Santos, R. (2013), as políticas territoriais da Amazônia foram fomentadas a partir da criação de polos de desenvolvimento, a fim de estimular,

[...] o processo de desenvolvimento, urbanização e, sobretudo assegurar a geopolítica territorial do capital na região. Os programas de desenvolvimento como o Polo-Centro, Polo-Amazônia, etc. foram instituídos a partir de políticas de desenvolvimento baseada na filosofia das teorias locacionais. Isto é, estabeleceu-se um desenvolvimento polarizado ou de formação de polos de crescimento como propõe François Perroux. (SANTOS, R., 2013, p. 147)

O I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972/74) já tinha como constituição básica a “ocupação dos espaços vazios”, uma vez que os Militares queriam preenchê-los, isto é, garantir esforços estratégicos para ocupar os espaços, com empreendimentos capitalistas na região (Bolwerk, 2014). É neste prisma, que surge em 1974, o Polamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) criado por

meio do Decreto nº 74.607 de 25 de setembro de 1974. Este programa veio para territorializar os grandes monopólios da Amazônia.

Vejamos o que diz o Decreto nº 74.607,

Art. 1º É criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia (BRASIL, Decreto nº 74.607, 1974).

Os planos federais previam a implantação de diversos polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral. Segundo Monteiro (2005)

Ancoravam-se, portanto, numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios, e, em decorrência destes, impulsionar processos de desenvolvimento por meio do surgimento de uma cadeia de ligações para frente e para trás das atividades produtivas consideradas “chave”. Alguns dos polos que integravam o Polamazônia eram Carajás, Trombetas e Amapá. Este programa criou os polos de Carajás, Trombetas e do Amapá (MONTEIRO, 2005, p. 188).

Segundo Santos, R. (2013), ao contrário do que se pretendia (uma “concentração descentralizada” de desenvolvimento na região), o resultado foi “[...] o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intra-regional”. Isto gerou a ampliação das desigualdades sociais, e o motivo é simples – a periferia tornou-se mais dependente do centro, tanto em âmbito nacional como também internacional.

Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975/79) tinha a finalidade de articular a exploração de minérios com o potencial hidroelétrico da Amazônia Oriental. Esse PND delineava uma Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia como o objetivo principal de “transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente” (OLIVEIRA, 1991, p. 93). Ainda no ventre do II PND é criado o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) por meio do Decreto nº 75.320 de 29 de janeiro de 1975. Este programa buscava desenvolver no Brasil Central um polo de desenvolvimento baseado no uso de práticas agrícolas modernas e de sua integração com o mercado (interno e externo) através de assistência técnica, financeira e de infraestrutura. No caminho inverso, desestimulava a agricultura de subsistência.

Santos, R. (2013, p. 149) assevera que em nível ideológico, o Polocentro procurava “repassar a ideia de que a principal justificativa dos programas de desenvolvimento agrário seria o mais eficiente padrão de desenvolvimento social e bem-estar das populações atingidas.” No entanto, o objetivo era de fato conquistar o Cerrado, atingindo frações

territoriais mato-grossenses e goianas cobertas pelo Cerrado na área da Amazônia Legal e no Centro-Oeste (SANTOS, R. 2013).

Segundo Bolwerk (2014, p. 38), o Polocentro funcionava como “[...] apoio do governo militar para alavancar as políticas de entrada de capital na região, bem como introduzir novas rotas de migrações numa área extensa geograficamente.” Outro programa criado com essa finalidade foi o Prodecer – Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado. Este programa foi criado a partir do acordo bilateral entre o governo brasileiro e o japonês em 1974, durante o governo Marechal Geisel. Esse acordo visava a principalmente a cooperação técnica e econômica para desenvolvimento da área do cerrado.

O Prodecer atuou no cerrado do Centro-Oeste e na Amazônia Legal, que, visava de acordo com Oliveira (1991, p. 94) “à produção de arroz, e particularmente de soja, voltando para exportação, principalmente para o Japão”.

Tanto o Prodecer, o Polocentro, quanto o Polamazônia partem de um desenvolvimento apoiado em uma filosofia do desenvolvimento polarizado, frutos das políticas públicas do Estado Keynesiano<sup>4</sup>. Em suma, as políticas deliberadas por estes programas de investimentos em sua maioria se dirigiam diretamente ao grande capital (SANTOS, R., 2013).

O Estado brasileiro, pensando em reforçar as políticas regionais voltadas para redução das desigualdades sociais inter e intrarregionais, criou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto de lei nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007). Esse novo instrumento político é considerado nacional porque, diferente das políticas regionais anteriores como a Sudam, Sudene, abrange todo o território nacional e é centralizada pelo governo federal, representado pelo Ministério da Integração Nacional. Arrais (2009, p. 4-5) argumenta que:

A PNDR demonstra o retrato regional brasileiro, focando regiões urbanas e rurais, regiões estratégicas para a segurança nacional, bem como regiões com fragilidade ambiental e social. Essa complexidade dos arranjos, entretanto, esbarra em nossa tradição política centralizadora, por um lado, mas também na concepção estadualista

---

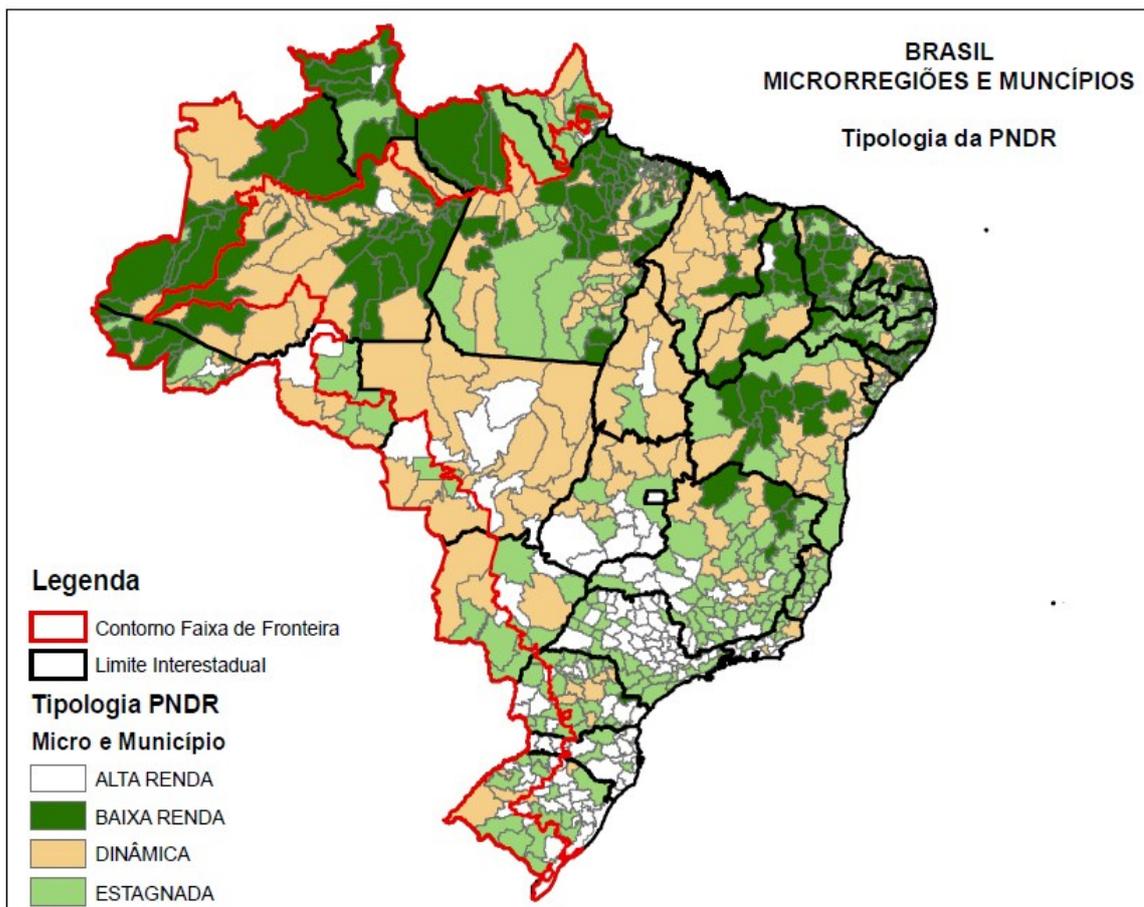
<sup>4</sup> Segundo Carvalho e Ferreira (2007) John M. Keynes defendia a intervenção moderada do Estado, afirmava que não havia razão para o socialismo do Estado, pois não seria a posse dos meios de produção que resolveria os problemas sociais. Ao Estado competia incentivar o aumento dos meios de produção e a boa remuneração de seus detentores

que impõe dificuldades na gestão financeira das políticas nacionais com foco regional.

Alguns autores afirmam que apesar da PNDR ser acional, a atuação no território não poderia ser homogênea, já que partiu do reconhecimento da existência da desigualdade regional. Arrais (2009, p. 4) assevera que “[...] a visão territorial fundamenta-se em uma tipologia que considerou, no nível microrregional, o rendimento domiciliar médio e o crescimento do PIB *per capita*, o que resultou na classificação das microrregiões brasileiras como *baixa renda, estagnada, dinâmica e alta renda*”

Essa classificação gerou o Mapa das Tipologias da PNDR (Figura 4). Esse mapa traduz a diversidade regional no Brasil, rompendo, em uma primeira leitura, a visão de oposição homogênea entre o Nordeste “atrasado” e um Sudeste “moderno”.

**Figura 4: Mapa das Tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - 2010.**



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2010 (BRASIL, 2014).

Em relação ao estado do Tocantins, observa-se que das 8 microrregiões instituídas pelo IBGE, 6 estão classificadas como dinâmicas, 1 (Microrregião de Gurupi) apresenta estagnação e apenas 1 concentra alta renda, sendo a Microrregião de Porto Nacional (MRPN).

Sabendo-se desse fator, é necessário fazer um diagnóstico sobre as políticas regionais no Tocantins.

### **1.3.2 Políticas Regionais no Tocantins: um esboço**

O povoamento do Tocantins inicia-se no início do século XVIII com a descoberta das minas auríferas de Goiás. Segundo Lira (2011, p.122), a ocupação do norte de Goiás, hoje Tocantins, deu-se em três períodos, sendo: “1) o período da mineração: descoberta do ouro (1725) e da hidrovía do Tocantins; 2) período republicano: a ferrovia, a Marcha para o Oeste”; e 3) o período pré e pós-64: Brasília, Belém-Brasília e Amazônia Legal”. Esse processo de ocupação confunde-se com a própria história de interiorização do Brasil, que, segundo Prado Júnior (1986), foi orientado pelas atividades da mineração, localizadas, especialmente, em Minas Gerais; Goiás, incluindo-se o antigo norte goiano, hoje Tocantins; Mato Grosso e Bahia, onde surgiram vários núcleos urbanos; e pela disseminação das fazendas de gado, mormente nos sertões nordestinos, nos cerrados mineiros e goianos, do mesmo modo abrangendo o antigo norte de Goiás, e nos campos sulistas, conduzindo também à formação de povoados nessas áreas.

Assim, a origem dos núcleos de povoamento no antigo norte goiano está, diretamente, associada à mineração e à fazenda de gado. Mais recentemente, o processo de urbanização foi impulsionado, sobretudo, pela construção da BR-153 e pela emancipação da própria região e conseqüente criação do Estado do Tocantins e de sua Capital, Palmas.

O Tocantins é o estado mais jovem da federação brasileira. O mesmo foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e instalado, na região Norte, em 1º de janeiro de 1989. Este jovem filho da federação, com pouco mais de 20 anos, ainda está se estruturando para receber o grande capital, traduzidos pela chegada das grandes multinacionais. São investimentos em infraestrutura e a introdução do conhecimento técnico-científico, sobretudo para o setor agropecuário. Segundo Santos, R. (2012, 2013), essa estruturação se traduz na construção da Ferrovia Norte-Sul, de usinas hidroelétricas e de outros projetos que estão inclusos no PAC – Programa de Aceleração para o Crescimento, do governo federal. Esse fato corrobora com a ideia de Milton Santos (2012), quando diz que as regiões constroem um espaço territorial a partir de parâmetros externos, advindos da expansão do mercado global.

Santos, R. (2012) afirma que a criação do Tocantins interferiu substancialmente para que houvesse um grande “*desarranjo espacial*”, tanto do ponto de vista cultural como do socioeconômico, em relação ao antigo norte goiano. Diz ele que,

Esse desarranjo regional desencadeou uma aceleração no processo de produção de reprodução dos espaços urbanos (a construção de palmas principalmente) e em processo de agravamento dos conflitos sociais no campo, oriundo das reivindicações dos movimentos sociais, pelo ao menos daqueles mais organizados. Quanto ao aspecto cultural, as comunidades tradicionais são diretamente impactadas por essa reestruturação do território (SANTOS, R. 2012, p. 150).

Além desses fatores, o processo de urbanização planejada pelas políticas públicas de investimentos, tanto do capital nacional quanto internacional contribui, também, para esse desarranjo espacial. A ocupação demográfica e, principalmente o processo de integrar economicamente a Amazônia ao contexto nacional e internacional, foi o motivo para esse processo meticulosamente ser planejado (SANTOS, R. 2012). Para Santos, R. (2012, p. 151), este fato trouxe “benefícios apenas para uma pequena parcela da população, aquelas classes sociais de poder aquisitivo mais elevado”.

A promulgação da Constituição de 1988 gerou uma descentralização política entre governo federal e estadual. Uma das determinações está relacionada a transferência da regulamentação das emancipações política-administrativa municipal da União para os estados. No Tocantins, as elites políticas regionais aproveitaram das prerrogativas constitucionais e iniciaram um intenso processo de emancipação municipal. Fato esse que depois da emancipação política-administrativa do estado de Goiás, o Tocantins, com até então 79 municípios, criou mais 44. Para Santos, R. (2013, p. 157), o procedimento político e a iniciativa de criação de novos municípios “representam uma política de promoção para desenvolvimento regional. Mas esse quadro evolutivo de criação de novos municípios no Tocantins efetivamente não traduz em melhores condições sociais para a população”.

É importante observar que o cenário tocaninense é (assim como acontece nas demais regiões) planejado racionalmente e de forma estratégica, apoiado pelo uso do conhecimento técnico-científico e pelos financiamentos feitos pelo poder público e privado. O discurso dos promotores do desenvolvimento é permeado pela utópica fala de prosperidade para toda a região, melhoria de vida, menos desigualdades sociais, a saída do isolamento político-econômico, etc. Porém, as mazelas sociais sempre aparecem. Sobre essa premissa, Santos, R. (2012, p. 151) diz que o fato é simples, “[...] tudo é planejado não para equacionar as questões

sociais e sim, para favorecer a acumulação capitalista, em outras palavras, o Estado paga o ônus e os donos dos meios de produção extraem a mais-valia”.

Programas de desenvolvimento como o Polocentro, Polamazônia, Prodecer, entre outros, são criados exclusivamente para oxigenar os empreendimentos econômicos. Estes programas constituíram no antigo norte goiano e, constituem no atual Tocantins, verdadeiros agentes promovedores da reestruturação territorial. Partindo dessas discussões é importante destacar alguns dos principais eixos de desenvolvimento regional no Tocantins.

Os investimentos em infraestrutura são fundamentais no processo de modernização do espaço regional. Os corredores de transporte multimodal<sup>5</sup>, por exemplo, são alternativas para cristalizar vias de escoamento de produção. No Tocantins, destacam-se os corredores: Rodovia Belém-Brasília<sup>6</sup> e, mais recente, a Ferrovia Norte-Sul (FNS) (Figura 5). O primeiro corredor divide o estado entre leste e oeste, interligando a região com os estados de Goiás, Pará e Maranhão conforme pode ser observado na Figura 5.

A Rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, representa uma das obras de infraestrutura mais importantes no direcionamento do processo de ocupação demográfica e econômica no antigo norte goiano. Santos, R. (2013) assevera que nem Brasília, em 1958, havia sido concluída, quando Juscelino Kubitschek resolveu pôr em prática o projeto de construção de rodovias. A Belém-Brasília percorre quase toda a extensão paralela ao Rio Tocantins, cortando os estados do Goiás, Tocantins, Maranhão e o Pará. Tem o total de 3.566,3<sup>7</sup> km, dos quais 803 percorrem o estado do Tocantins. Tal rodovia foi responsável pelo surgimento de diversos povoados que mais tarde se tornariam municípios, como Araguaína, Gurupi, Guaraí, Colinas do Tocantins, entre outros.

Para Lira (2011), a Belém-Brasília se constituiu

[...] no novo eixo de desenvolvimento econômico e populacional da região do Tocantins, se transformando em uma área de atração de deslocando a economia e a urbanização do vale do Tocantins para o divisor de água a sua margem esquerda [Para este autor] A rodovia desequilibrou a economia regional no ponto de vista de

<sup>5</sup> Segundo o Decreto de Lei 9.611/98 em seu artigo segundo define transporte multimodal como: “Art. 2º Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal”.

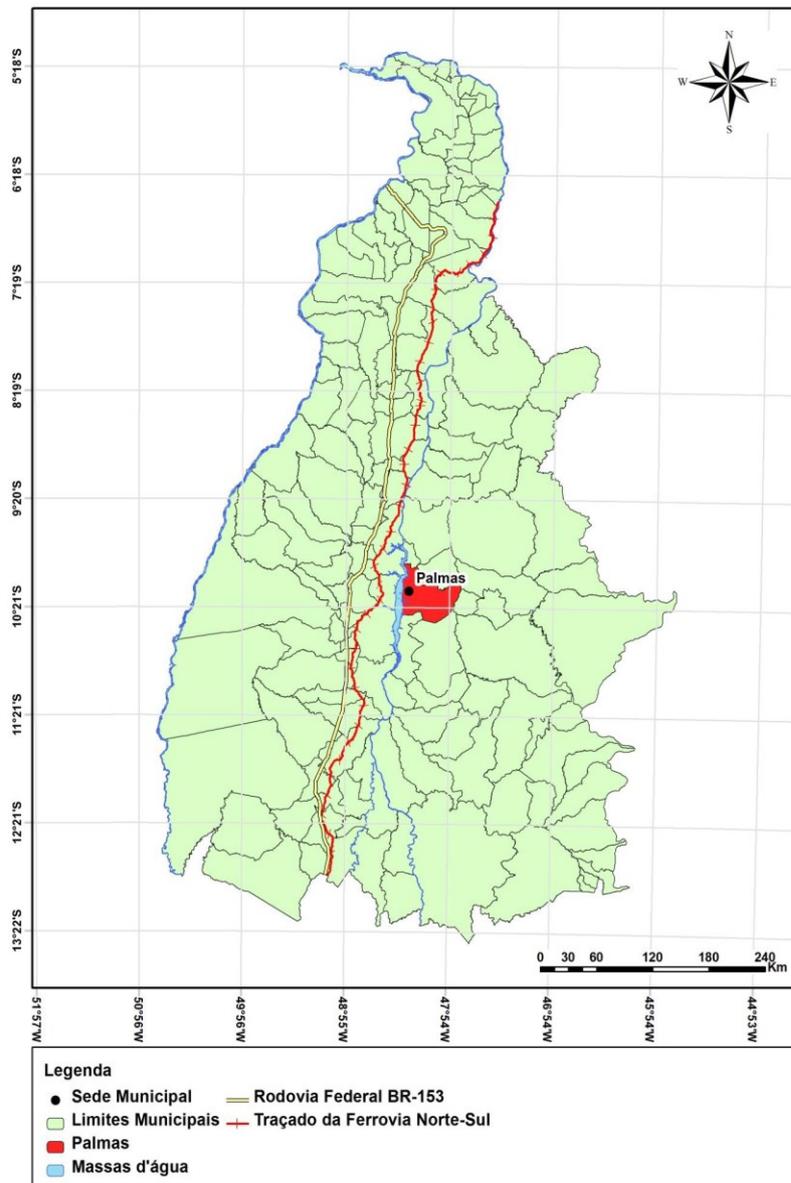
<sup>6</sup> Esta rodovia recebeu vários nomes. Chamou-se Rodovia Transbrasiliana, logo no início de sua construção, quando foi fundada a Cang (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), em 1941. Depois de Anápolis-Belém, Rodovia Bernardo Sayão e Rodovia BR-14. E finalmente BR-153 ou Belém-Brasília.

<sup>7</sup> DNIT, 2015. Disponível em: < <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/rodoviasfederais/>> Acessado em: jan. 2015.

desagregação de valores “antigos” e agregação de “novos” valores (LIRA, 2011, p. 152).

A BR-153 se transformou em centro econômico, enquanto as outras regiões foram marginalizadas no processo de desenvolvimento da região. Para Lira (2011), essa situação só veio a melhorar parcialmente com a construção de uma ponte sobre o Rio Tocantins, na cidade de Porto Nacional em 1979. Assim, este autor conclui que “o que veio para ‘integrar’ e desenvolver, toda a região do Tocantins, como era o discurso da época, só 20 anos depois é que é dado o verdadeiro, mas ainda insuficiente sinal de integração regional” (LIRA, 2011, p. 155).

**Figura 5: Traçado da Rodovia BR-153 e Ferrovia Norte-Sul (FNS).**



Fonte: SEPLAN, 2012a.

Para Bolwerk (2014, p. 117), a Rodovia BR-153 caracteriza não apenas a nova inserção do capitalismo na região, mas “[...] efetivamente a viabilização de novas rotas de comunicação, novas formas de dominação, isto é, com a construção da BR-153 cria-se a necessidade emergencial da ocupação e urbanização dos espaços geografizado”. Assim, o mesmo conclui que com a construção da BR-153, viabilizou “um processo de ocupação, urbanização do espaço dentro da lógica do capitalismo tardio que chegou a região” (BOLWERK, 2014, p. 117). Ademais, com a criação do estado do Tocantins, a desigualdade regional, impetrada pelas profundas disparidades regionais que o estado recebeu como herança do velho sistema administrativo do Goiás, continua a desafiar as atuais autoridades governamentais. Em suma, com sua criação, as políticas de desenvolvimento tiveram que ser redesenhadas, em função de ter um governo próprio e ter mais autonomia política-administrativa (SANTOS, R., 2013).

A Ferrovia Norte-Sul (FNS), segundo corredor de transporte multimodal destacado, representa a nova espinha dorsal do espaço tocaninense. A referida ferrovia possui 4.787 km de extensão total, destes 863 km percorrem o território tocaninense, correspondendo a 20%. Quando concluída, percorrerá 26 municípios tocaninenses, sendo: Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Babaçulândia, Araguaína, Nova Olinda, Palmeirante, Tupiratins, Guaraí, Tupirama, Fortaleza do Tabocão, Rio dos Bois, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Pugmil, Oliveira de Fátima, Fátima, Brejinho de Nazaré, Crixás do Tocantins, Aliança do Tocantins, Gurupi, Cariri do Tocantins, Figueirópolis, Alvorada e Talismã (VALEC, 2014).

Além do Tocantins, os estados da federação que receberão seu traçado são: Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Tocantins, essa ferrovia favorece a integração do estado com as regiões Centro-Oeste e Centro-Sul do País. A empresa responsável pela construção, organização e administração da ferrovia é a Valec<sup>8</sup> – Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. Tal processo administrativo é

---

<sup>8</sup> A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, nos termos previstos na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. A função social da Valec é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária. E, de acordo com o Art. 8º da Lei em referência, compete à Valec, em conformidade com as diretrizes do Ministério dos Transportes: Administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária, nas ferrovias a ela outorgadas; Coordenar, executar, controlar, revisar, fiscalizar e administrar obras de infraestrutura ferroviária, que lhes forem outorgadas; Desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária; Construir, operar e explorar estradas de ferro, sistemas acessórios de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados e, ainda, instalações e sistemas de interligação de estradas de ferro com outras modalidades de transportes; Promover o desenvolvimento dos sistemas de transportes de cargas sobre trilhos, objetivando seu aprimoramento e a absorção de novas tecnologias; Celebrar contratos e convênios com órgãos nacionais da

realizado por meio de licitações. Estas, por sua vez, permitem o uso da área para a formação e exploração dos pátios de integração multimodal da FNS em Araguaína, Aguiarnópolis, Porto Nacional entre outras localidades, conforme apresenta o quadro a seguir:

**Quadro 2: Pátios Multimodais no Tocantins.**

Pátio	Aguiarnópolis
Localização	Aguiarnópolis, próximo às rodovias BR-226 e BR-230
Área Total Aproximada	10,5 ha (hectares)
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos/combustíveis, cargas em geral/containers (minérios)
Empresas	Não operando. Falta de interesse das empresas
Pátio	Araguaína
Localização	Município de Araguaína, localizado próximo ao entroncamento das rodovias estaduais TO 424 e TO 222, a 22 quilômetros da cidade de Araguaína.
Área Total Aproximada	50 ha.
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos/combustíveis, cargas em geral/containers (minérios)
Empresas	Voetur – movimentação de grãos Renova – biocombustível Global – combustível Rodoposto Eldorado – combustível Cotril – carga geral/fertilizante
Pátio	Colinas
Localização	Município de Palmeirante, próximo à rodovia TO 355.
Área Total Aproximada	40 ha.
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos/combustíveis, cargas em geral/containers (minérios)
Empresas	Novaagri – movimentação de grãos Fertilizantes Tocantins – fertilizantes
Pátio	Guaraí
Localização	Município de Tupirama, próximo à rodovia TO-336
Área Total Aproximada	30 ha (hectares)
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos/combustíveis, cargas em geral/containers (minérios)
Empresas	Bungue – combustível/carga geral Distribuidora Tabocão – combustível/carga geral
Pátio	Porto Nacional
Localização	Porto Nacional, localizado na rodovia TO-336
Área Total Aproximada	70 ha.
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos/combustíveis, cargas em geral/containers (minérios)

**Continua...**

administração direta ou indireta, empresas privadas e com órgãos internacionais para prestação de serviços técnicos especializados; e Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu estatuto social. Texto extraído do site da Valec. Disponível em <<http://www.valec.gov.br/ConhecaQuemSomos.php>> Acessado em: dez de 2014.

Empresas	Exito – carga geral Gecon – fertilizantes Novaagri – movimentação de grãos Los Grobo Ceagro – movimentação de grãos Petrobras – combustível Raízen – combustível Norship – combustível
Pátio	Gurupi
Localização	Gurupi, próximo às rodovias BR-280 e BR-153
Área Total Aproximada	70 ha (hectares)
Tipos de Carga	Commodities agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers.
Empresas	Processo de elaboração do edital de licitação para arrendamento das áreas para as empresas

Fonte: VALEC, 2015.

Os produtos que são e serão transportados pela FNS estão basicamente associados à cadeia produtiva do agronegócio como fertilizantes agrícolas e grãos (*commodities*). Encontram-se também combustíveis e minérios com possibilidades concretas de implementos agrícolas, da mesma maneira encontram-se mercadorias industrializadas associadas à produção da indústria de transformação dos produtos agrícolas.

É importante destacar que o trecho que de fato está em operação corresponde a 719 km e vai do Pátio Multimodal de Açailândia (MA) ao Pátio de Porto Nacional (TO), conforme pode ser observado na Figura 6. Este trecho foi concluído em 2010 e custou aproximadamente R\$ 1,65 bilhões financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (VALEC, 2014).

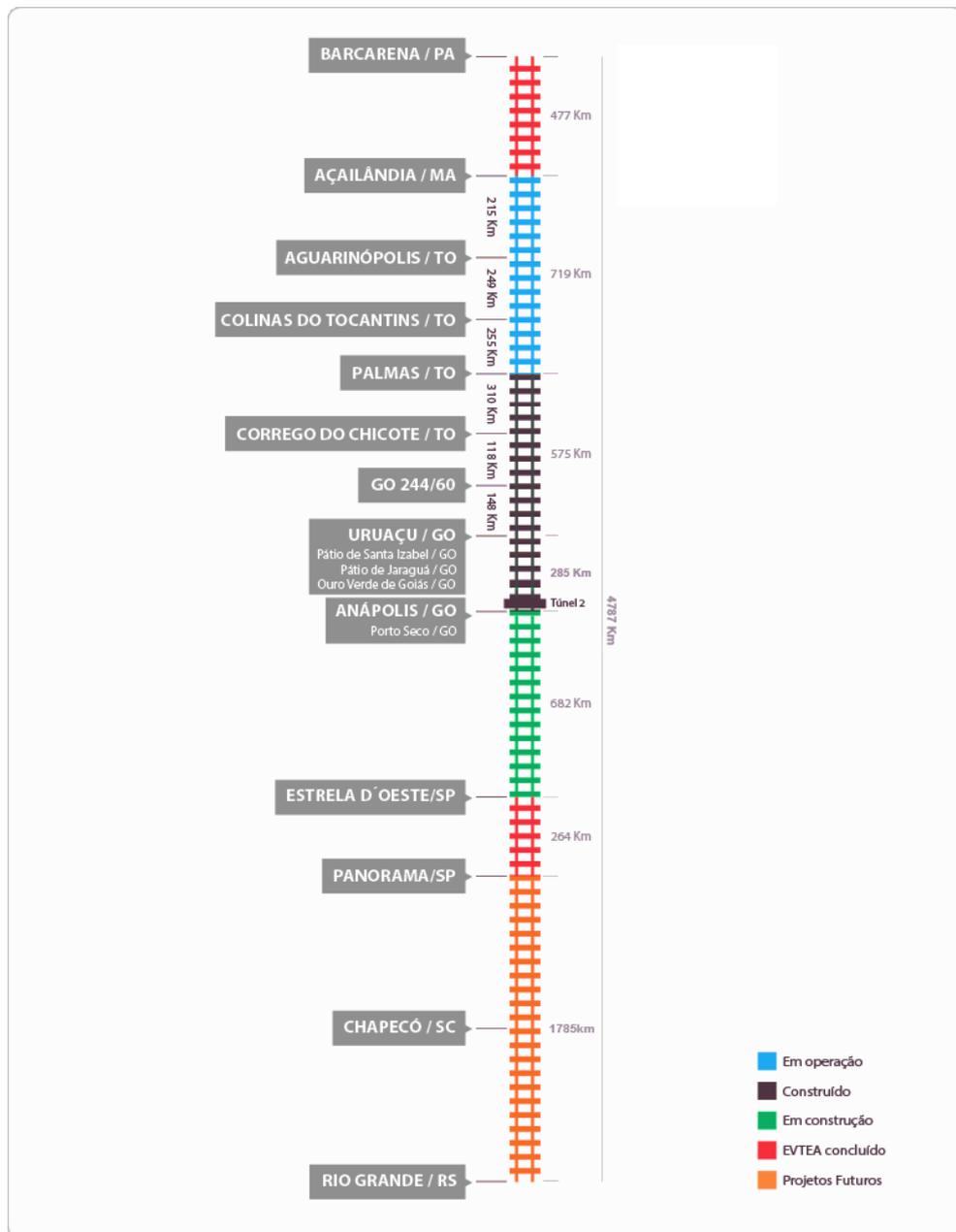
Os recursos para a construção da ferrovia têm parceria do capital público com o da iniciativa privada. Para Santos, R. (2013, p. 169), entre os objetivos da criação desta ferrovia, está “o estímulo do desenvolvimento econômico e integração territorial da malha viária intermodal nacional [...] Ampliar o escoamento de matéria-prima para os portos do norte brasileiro e fomentar o desenvolvimento regional”.

Em suma, tais projetos de desenvolvimento assentados na criação de corredores de exportações estão atrelados eminentemente aos interesses das transnacionais, que “[...] na busca da mais-valia, procuram reorganizar o território de forma a selecionar locais estratégicos para seus investimentos” (SANTOS, R., 2013, p. 170).

Toda essa discussão sobre a contextualização do conceito de Região Geográfica e seus desdobramentos, desenvolvimento regional e as atuações das políticas regionais de

desenvolvimento tanto no contexto da Amazônia Legal quanto no Tocantins, foram feitas para dar subsídios para a discussão posterior sobre os indicadores sociais, sobretudo os voltados à educação e aos condicionantes e impactos das políticas regionais. Ora, para que se possa analisar as desigualdades socioeducacionais é preciso antes saber em qual contexto regional os sujeitos estão inseridos. Assim, com o intuito de entender a atual conjuntura das desigualdades socioeducacionais no Tocantins, o Capítulo II discutirá sobre desigualdade regional ilustrada a partir dos indicadores socioeconômicos.

**Figura 6: Diagrama Unifilar da Ferrovia Norte-Sul (FNS).**



Fonte: VALEC, 2014.

## CAPÍTULO II DESIGUALDADE REGIONAL ILUSTRADA PELOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Os técnicos e burocratas da gestão estadual utilizam os indicadores sociais como uma importante ferramenta para o ordenamento de políticas e programas de planejamento estaduais, empresariais e da sociedade civil. Segundo Bolwerk (2014, p. 65), para além da perspectiva no entendimento das séries-históricas para compreender os avanços e retrocessos, “[...] os indicadores são importantes instrumentos de diagnóstico, avaliação e tomada de decisão”. Assim, caracterizam-se como importante campo de análise e reflexão os estudos da política, planejamento regional e, mais precisamente, da ciência geográfica. Diante dessa conjuntura, o presente capítulo discute sobre os indicadores sociais e suas variáveis, bem como as condições socioeconômicas e educacionais no Tocantins frente aos indicadores sociais.

### 2.1 Discutindo sobre os indicadores socioeconômicos

Um dos principais indicadores para se analisar e avaliar o desenvolvimento humano em um determinado território é o que foi desenvolvido pelos economistas Mahbub ul Haq (paquistanês) e Amartya Sen (indiano/ ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998), intitulado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento humano não ocorre apenas a partir do crescimento da economia esses dois pesquisadores incorporaram outros dois importantes indicadores na composição desse índice: *a expectativa de vida ao nascer (longevidade/saúde) e a educação (alfabetização e taxa de matrícula)*.

Segundo a ONU, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Entretanto, apesar de expandir a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento. Assim, a ONU assevera que: democracia, participação, equidade sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH<sup>9</sup>.

Atualmente, os três pilares que compõem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma: a) saúde: medida pela expectativa de vida; b) educação: o acesso ao conhecimento é medido por média de anos de educação de adultos (número médio

---

<sup>9</sup> Para maiores esclarecimentos acesse: [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)

de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos) e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; c) renda: e o padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de similaridade de compra (PPP) constante, em dólar.

O impacto desse índice, no início dos anos de 1990, foi tão grande que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o adotou para estabelecer o *ranking* entre as nações do mundo, servindo à Organização das Nações Unidas (ONU) como instrumento para apontar as melhores estratégias para o desenvolvimento das nações. O Índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto; os países com IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e os países com IDH até 0,499 têm o desenvolvimento humano considerado baixo.

Compreendendo a importância desse instrumento para a escala intranacional, a Fundação João Pinheiro, órgão do Estado de Minas Gerais, o adaptou para aplicá-lo, inicialmente, aos municípios mineiros, desenvolvendo o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A sua positividade levou a que esse órgão replicasse o índice para todos os municípios brasileiros, e conseqüentemente a outras regiões do globo. Para avaliar o nível de desenvolvimento humano de municípios, as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda – porém alguns dos indicadores usados são diferentes. Segundo a ONU, ainda que meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados para avaliação de núcleos sociais menores. No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é elaborado a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE.

Como já explanado, existem aspectos que o IDH não contempla. Com isso, surgiram outros indicadores complementares ao IDH, sendo: o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG).

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) parte do entendimento que o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. Assim sendo, o IDH em 2010 introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD). Tal índice leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “deduzindo” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de

desigualdade. De acordo com o relatório do Pnud (2013), o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. Destarte, a “perda” no desenvolvimento humano potencial gerada devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD, expressa por um percentual.

Assim como o IDHAD, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) surge também em 2010. O IPM é responsável por identificar privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. Esse índice é definido por 10 indicadores, sendo que as dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Para a dimensão da educação, contam os indicadores dos anos de escolaridade e do número de crianças matriculadas. Para a dimensão da saúde, contam os indicadores referentes à taxa de mortalidade infantil e de nutrição. A dimensão do padrão de vida é composta pelos indicadores de: acesso ao saneamento apropriado; o acesso à eletricidade; o acesso à água potável; o acesso ao combustível para cozinhar; o acesso a uma casa com pavimento de terra; e, não tendo carro, à propriedade, no máximo, de dois dos seguintes bens: bicicleta, moto, rádio, telefone e televisão. Todos estes indicadores são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar.

Segundo o Pnud (2013), o IPM tem como principal objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda. Este é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e é medido pelo percentual da população que vive abaixo de US\$1,25 por dia. Santos, R. (2013, p. 239)

Aqui destacamos a crítica feita por Santos, R. (2013) ao IPM, quando este diz que,

[...] a ideia de qualificar o nível de subdesenvolvimento da população de uma metodologia multidimensional ou chamar um número de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é mascarar e, sobretudo, um procedimento sem uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade real em nossa frente nos países mais pobres. É negar a sociedade constituída de classes em todos os cantões do planeta. Dentro do modo capitalista, a nossa sociedade é composta por classes sociais diferentes. Não há agrupamento de indivíduos considerados ricos ou pobres. O que há na verdade, são classes sociais nos seus mais variados níveis sociais de renda presentes no centro ou na periferia do capitalista (SANTOS, R., 2013, p. 239).

Para esse autor, a pobreza e as contradições sociais no espaço são produtos e desdobramentos da lógica contraditória do modo de produção capitalista. Deste modo, as políticas públicas dos países mais desenvolvidos não vão acabar ou radicalizar a pobreza dos países mais pobres. As necessidades dos europeus não são as mesmas para os países latino-

americanos. Ou seja, “nem todos os itens que são necessidades da sociedade capitalista, são necessidades de outras sociedades e etnias” (SANTOS, R., 2013, p. 240).

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) é outro indicador social. Este índice mensura as desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. Segundo o Pnud (2013), estas três dimensões mostram a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero.

Outro indicador social muito utilizado por meio de dados estatísticos é o Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini), desenvolvido pelo matemático Italiano Conrado Gini, em 1912. Na prática, o Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O Coeficiente de Gini apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a situação de igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita). O valor um corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas, ou seja, um indivíduo ou uma pequena parcela de uma determinada população, detém toda a renda e os demais nada têm. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Em suma, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Todos estes indicadores assinalam ou indicam uma determinada tendência de evolução das condições sociais de uma determinada sociedade. Trabalham com dados estatísticos abstratos e com coeficiente de média que pode não refletir as reais condições. De certo, é preciso refletir de forma mais crítica sobre a análise de suas metodologias. Lacoste (1975) já alertava que tanto o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento é algo que pode ser criado a partir de critérios que representam unicamente a ideologia dominante dos países desenvolvidos. Tais conceitos, segundo este autor, são construídos e organizados por estes países como estratégia geopolítica para disciplinar as políticas de desenvolvimento e de investimentos nos países periféricos.

Assim como o geógrafo Yves Lacoste (1975), Santos R. (2013) acredita que estes índices estatísticos que mensuram as condições de desenvolvimento ou não das nações é:

[...] uma das formas dos países ricos terem um mapa das condições sociais e econômicas global para articular a sua geopolítica de investimentos [...] A ONU juntamente com os países ricos do Ocidente estabeleceram parâmetros e critérios para os países não desenvolvidos baseados nos critérios dos países desenvolvidos (SANTOS R., 2013, p. 241)

Enfim, precisa-se maturar a reflexão sobre estes valores que na verdade, representam uma média da renda nacional e não representam uma distribuição social real da renda de um país. Vejamos, no próximo tópico, o que os indicadores socioeconômicos do Tocantins têm a nos mostrar.

## **2.2 Análise dos indicadores socioeconômicos do Tocantins**

O Tocantins possui uma área de 277.620,914 km<sup>2</sup>, representando cerca de 3,26% do território do Brasil e 7,2% da Região Norte (SEPLAN-TO, 2013). Segundo a Seplan-TO, a área do estado inserida na Amazônia Legal é aproximadamente de 97,9% da superfície total do estado (SEPLAN-TO, 2013). Atualmente, o estado conta com 139 municípios distribuídos em oito microrregiões geográficas (Araguaína; Bico do Papagaio; Dianópolis; Gurupi; Jalapão; Miracema do Tocantins; Porto Nacional; e Rio Formoso). De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), o Tocantins conta com uma população de 1.383.453 habitantes, distribuída em 78,81% ou 1.090.241, vivendo nas cidades e 21,19% ou 293.212 em áreas rurais. Ainda de acordo com o Censo de 2010, a taxa de crescimento populacional anual tocaninense é de 1,8%, o que equivale a uma estimativa populacional para 2014 de 1.496.880 habitantes (IBGE, 2014).

Vale ressaltar que 33%, ou seja, 455.582 pessoas concentram-se em apenas três municípios, sendo respectivamente: Gurupi, Araguaína e Palmas. A Tabela 1 mostra a evolução demográfica destes três municípios. Todos tiveram um incremento populacional positivo, com destaque para Palmas que, em um intervalo de 20 anos, teve 838,2% de evolução demográfica, seguida por Araguaína (45,7) e Gurupi (35,3). Juntos esses municípios obtiveram a média de 147,1% de evolução demográfica em duas décadas.

**Tabela 1: Evolução demográfica dos municípios acima de 50.001 habitantes, 1991-2010.**

MUNICÍPIOS	1991	2000	% de evolução 1991-2000	2010	% de evolução 2001-2010	% de evolução 1991-2010
Gurupi	56.752	65.006	14,5	76.765	18,1	35,3
Araguaína	103.315	113.090	9,5	150.520	33,1	45,7
Palmas	24.334	137.045	463,2	228.297	66,6	838,2
Total	184.401	315.141	70,9	455.582	44,6	147,1

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014. Organizada pelo autor.

Outros 16%, isto é, 222.290 pessoas concentram-se em apenas sete municípios, como pode ser observado na Tabela 2. Dos sete municípios, apenas dois (Miracema do Tocantins; Tocantinópolis) apresentaram uma evolução demográfica negativa. Os demais tiveram um incremento populacional positivo, com destaque para Paraíso do Tocantins que saltou de 28.825 em 1991, para 44.432 habitantes em 2010, obtendo 54,1% de evolução demográfica. Em contraponto, Porto Nacional representou um aumento singelo em sua população, de 43.224 habitantes em 1991, para 49.143 habitantes em 2010, representando apenas uma evolução de 13,7%, mesmo assim continua a manter a quarta posição em número de habitantes no Tocantins.

**Tabela 2: Evolução demográfica dos municípios entre 20.001 a 50.000 habitantes, 1991-2010.**

MUNICÍPIOS	1991	2000	% de evolução 1991-2000	2010	% de evolução 2001-2010	% de evolução 1991-2010
Araguatins	27.861	26.008	-6,7	31.324	17,0	12,4
Colinas do Tocantins	21.018	25.307	20,4	30.879	18,0	46,9
Guaraí	20.822	20.005	-3,9	23.212	13,8	11,5
Miracema do Tocantins	20.815	24.452	17,5	20.692	-18,2	-0,6
Paraíso do Tocantins	28.825	36.115	25,3	44.432	18,7	54,1
Porto Nacional	43.224	44.966	4,0	49.143	8,5	13,7
Tocantinópolis	30.775	22.737	-26,1	22.608	-0,6	-26,5
Total	172.525	175.138	1,5	222.290	21,2	28,8

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

Juntos, estes dez municípios concentram a impressionante marca de 49% de toda população tocaninense, cerca de 677.872 habitantes respectivamente. A tabela 3 mostra que dos 139 municípios, mais de 80%, isto é, 113 municípios têm menos de 10 mil habitantes, contando com uma densidade demográfica de 4,98 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Apesar de possuir um grande volume de municípios na faixa de até 10 mil habitantes, pode-se inferir que a população tocantinense se concentra nos polos centrais do estado, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Esse comportamento reflete, sobretudo na expansão das atividades econômicas desses municípios, que incentivaram fluxos migratórios. Essa importância funcional é fruto de condições que, ao longo do tempo, foram se ampliando. Segundo Ferreira e Bessa (2011), os grupos locais expandiram seus capitais, suas áreas de atuação e suas formas de acumulação, paralelamente à entrada dos capitais externos, associado aos mais variados grupos hegemônicos nacionais e internacionais. Deste modo, segundo os mesmos, “[...] garantiu-se o controle sobre parcelas das atividades, a continuidade da reprodução dos capitais locais, o aprofundamento das articulações com os capitais externos, os investimentos em infraestruturas e serviços em geral, e a inserção desses centros nas novas racionalidades da atual divisão territorial do trabalho” (FERREIRA; BESSA, 2011, p. 156).

**Tabela 3: Tocantins: distribuição dos municípios por faixas de tamanho populacional, 1991-2010.**

FAIXAS	1991	% no total	2000	% no total	2010	% no total	% de evolução 1991-2010
Até 10.000 hab.	49	62	117	84,2	113	81,3	130,6
Entre 10.001 e 20.000 hab.	20	25,3	12	8,6	16	11,5	-20,0
Entre 20.001 e 50.000 hab.	8	10,1	7	5	7	5,0	-12,5
Acima de 50.001 hab.	2	2,5	3	2,2	3	2,2	50,0
Total	79	100	139	100	139	100	100

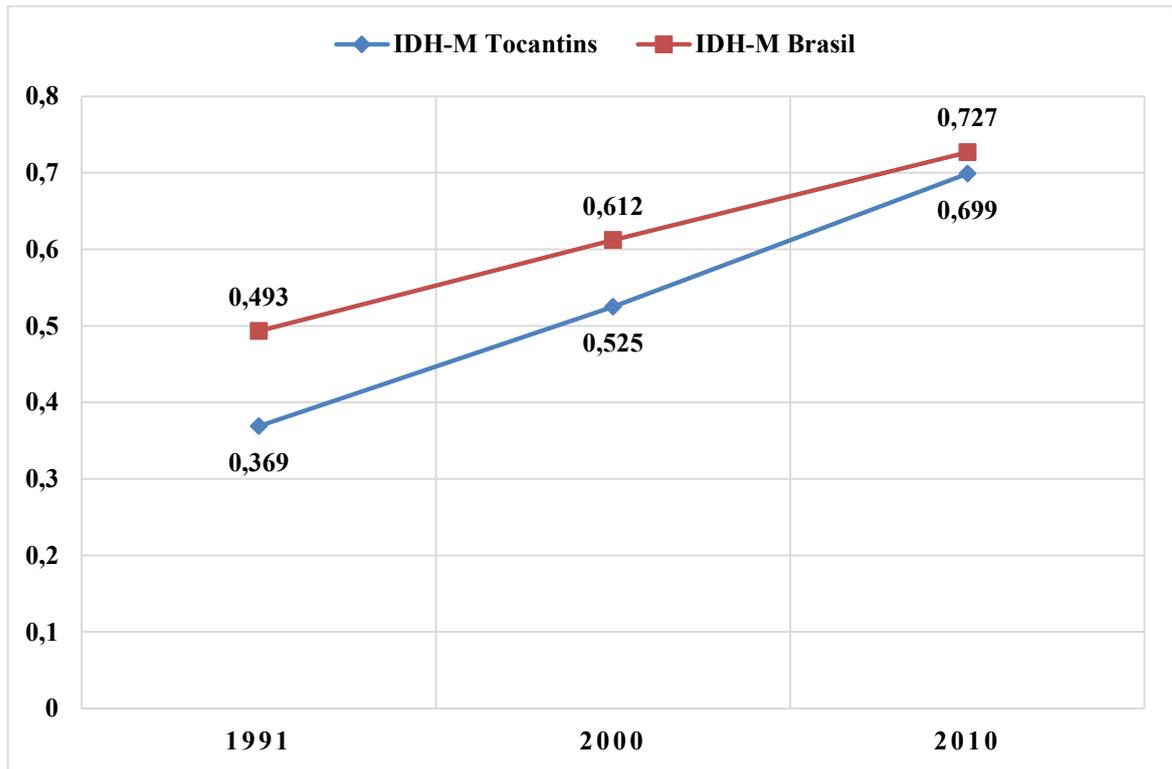
Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

O Tocantins ocupa atualmente a 14ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH com nível de desenvolvimento médio. Este indicador, como já explanado, leva em consideração os indicadores de renda (Produto Interno Bruto – PIB é aplicado à distribuição de renda); longevidade (saúde); e alfabetização (educação), e tem sua variação mínima, zero (0) (nenhum desenvolvimento humano) e máxima, um (1) (desenvolvimento pleno).

Os dados referentes ao IDH revelam uma significativa melhoria nas condições de vida da população tocantinense. Em 1991, o Tocantins ocupava o 25º lugar no Brasil, ficando à frente de estados como Maranhão e Piauí. Já no ano de 2000, subiu sete posições, ficando em 18º lugar. Esse resultado colocou-o à frente de estados do Nordeste como Sergipe, Bahia, Paraíba, Alagoas, Piauí e Maranhão e estados da Região Norte como Pará, Acre e Amazonas. No último levantamento realizado em 2010, mais de 20 anos depois da emancipação política

administrativa do Goiás, o estado ocupa o 14º lugar, à frente de estados da região Nordeste como Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas e os estados da região Norte como Amazonas, Acre, Pará e Rondônia (PNUD, 2013). Vejamos o Gráfico 1 que traz o histórico dos últimos 19 anos do IDH-M do estado e do Brasil.

**Gráfico 1: Série Histórica do IDH – Tocantins e Brasil.**

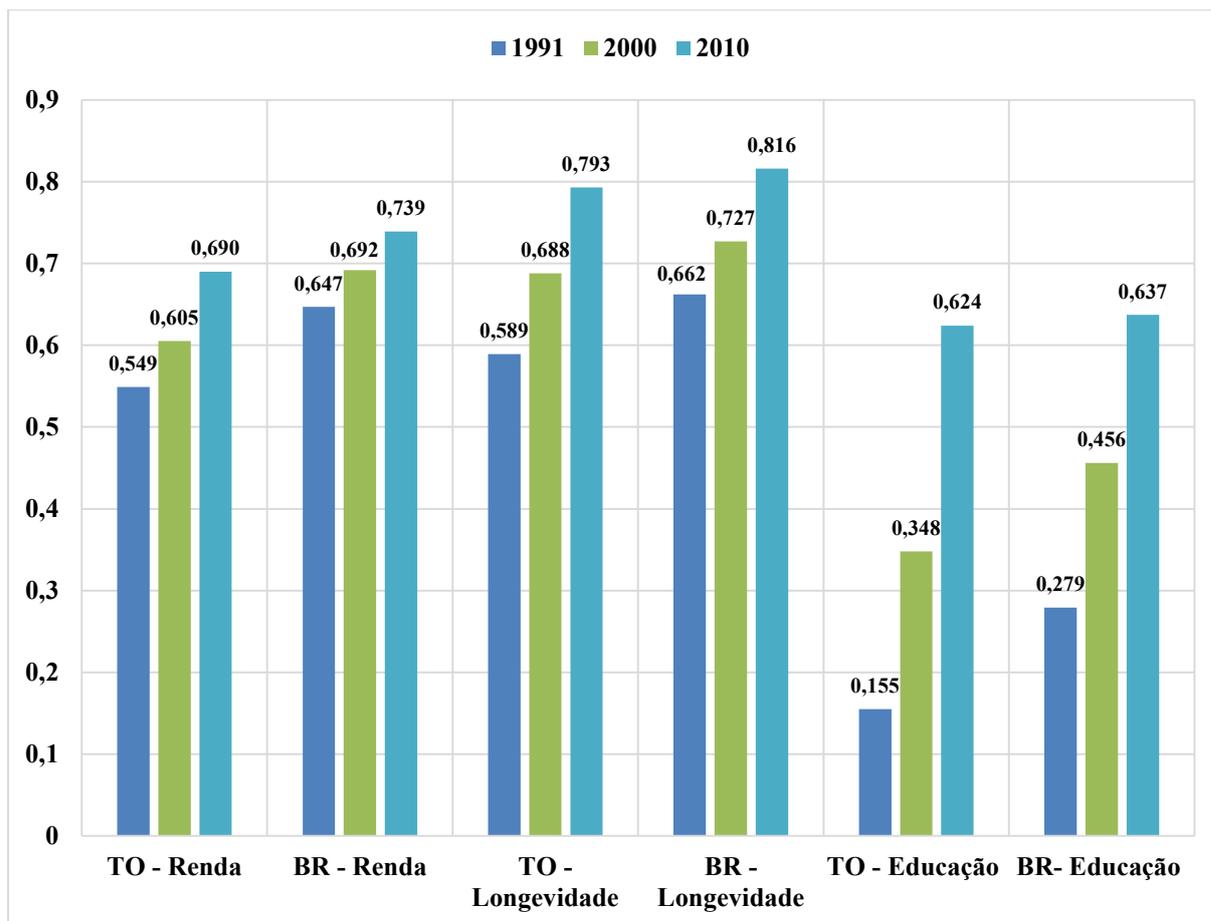


Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Não é por acaso que o IDH é utilizado, sobretudo como discurso ideológico de que a criação do Tocantins viabilizou o desenvolvimento social para o antigo norte goiano. Em suma, este é um dos indicadores mais exaltados pelo governo do estado, já que seus índices revelam significativo progresso no desenvolvimento humano. Entretanto, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica era muito grande no período anterior a 1990, quando a região ainda pertencia ao Estado de Goiás, esse desenvolvimento, apesar de considerável, não alterou muito a materialidade da vida no Tocantins. Em outras palavras, apesar do estado estar galgando posições no ranking nesses últimos anos, estando entre os 15 maiores do Brasil no comparativo de 1991 para 2010, uma análise mais densa entre os três indicadores que compõem o IDH se faz necessária.

O Gráfico 2 mostra o histórico dos indicadores que compõe o IDH-M do Tocantins e do Brasil. Como ressaltado, ainda que o estado galgue posições no ranking, nota-se que todos os três indicadores componentes do IDH do Tocantins permaneceram abaixo da média brasileira. Deste modo, quando analisado mais intimamente esses indicadores, começa-se a perceber algumas divergências entre o discurso oficial do estado e a realidade social.

**Gráfico 2: Série Histórica dos indicadores do IDH – Tocantins/Brasil.**



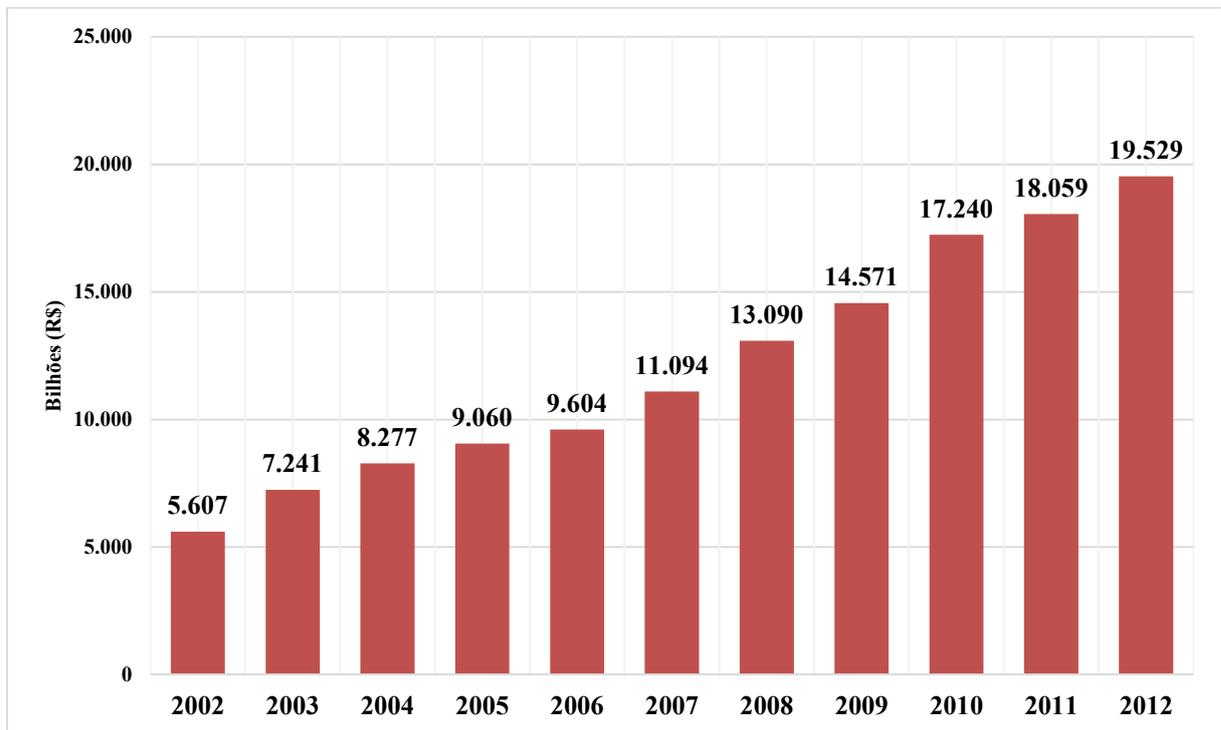
Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O primeiro indicador apresentado é a renda per capita<sup>10</sup>. Componente do IDH, este indicador está intimamente ligado à evolução da taxa de crescimento do PIB, bem como sua distribuição, isto é, como a renda é apropriada pela sociedade. Vale destacar, a priori, que o Produto Interno Bruto de um estado, está diretamente associado à produção de riquezas de capitais, isto é, representa a soma da produção dos setores primários, secundários e terciários

<sup>10</sup> A renda per capita é extraída a partir do somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Assim, esta variável aponta o grau de desenvolvimento econômico considerando os rendimentos de todos os membros da família que moram na mesma casa dividido pelo número total de membros.

do estado ou região, em valores monetários, durante um período determinado. Assim, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Segundo Bolwerk (2014), o PIB dá a ideia do poder de consumo e renda de determinado grupo, ou seja, revela a capacidade que a população tem de apropriar-se da riqueza produzida no estado. Assim, ao analisar a variável renda per capita a partir da evolução da taxa de crescimento do PIB no Tocantins e sua distribuição, tem-se a seguinte análise.

**Gráfico 3: Taxa de crescimento do PIB no Tocantins.**

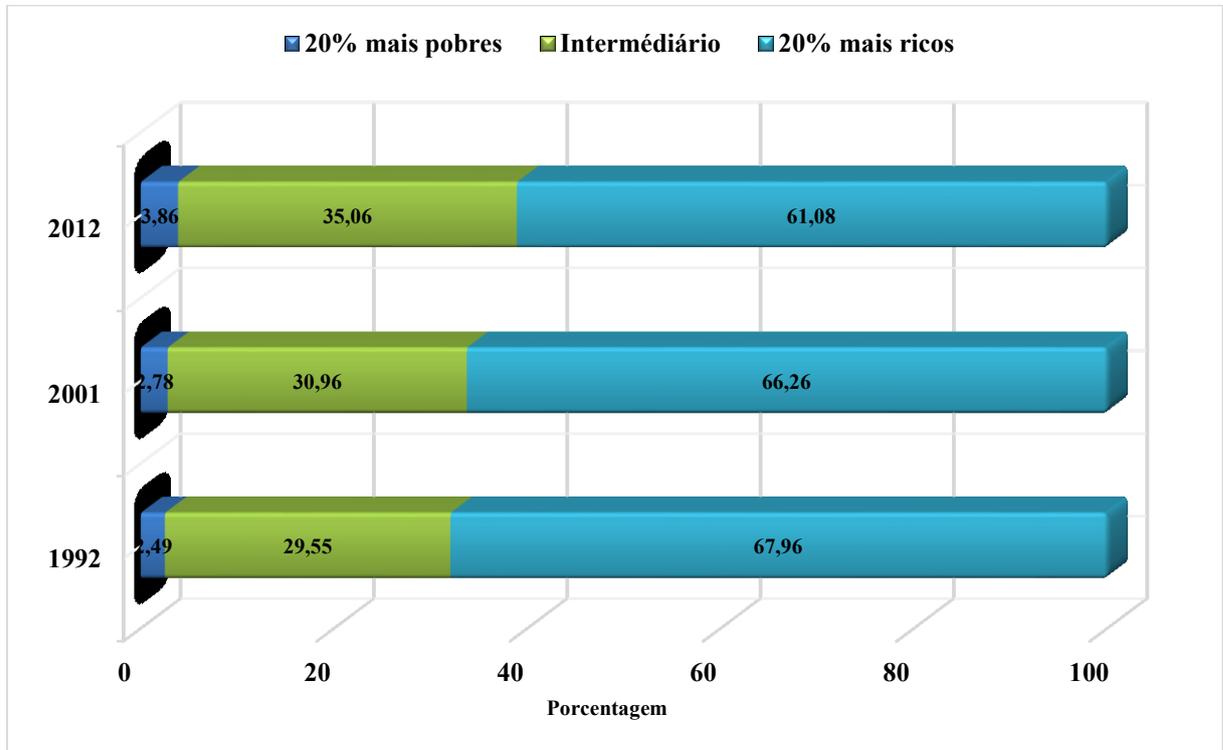


Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

Ao observar o Gráfico 3, em valores monetários, o PIB do Tocantins em 2012 é superior a dezenove bilhões de reais (R\$ 19.529.689,00), superando o ano de 2011, que foi de pouco mais de 18 bilhões de reais. Destarte, o PIB tocantinense teve crescimento em volume de 4,4% em 2012, em relação a 2011. Na série entre 2002 e 2012, como observado no Gráfico 3, apresentou crescimento acumulado em volume de 93,5%. Com esses valores, a participação no PIB nacional é de 0,44%, ocupando a 24ª posição no *ranking* da federação (SEPLAN-TO, 2012b). De acordo com a Seplan (2012c), o Tocantins ocupa em 4ª posição no *ranking* entre os estados da Região Norte, o que equivale a 8,56% da região. É importante destacar que os dados de 2013 ainda não foram consolidados.

Vejamos agora como a renda é apropriada no estado para entender à distribuição do PIB.

**Gráfico 4: Percentual de renda apropriada pela população tocantinense.**

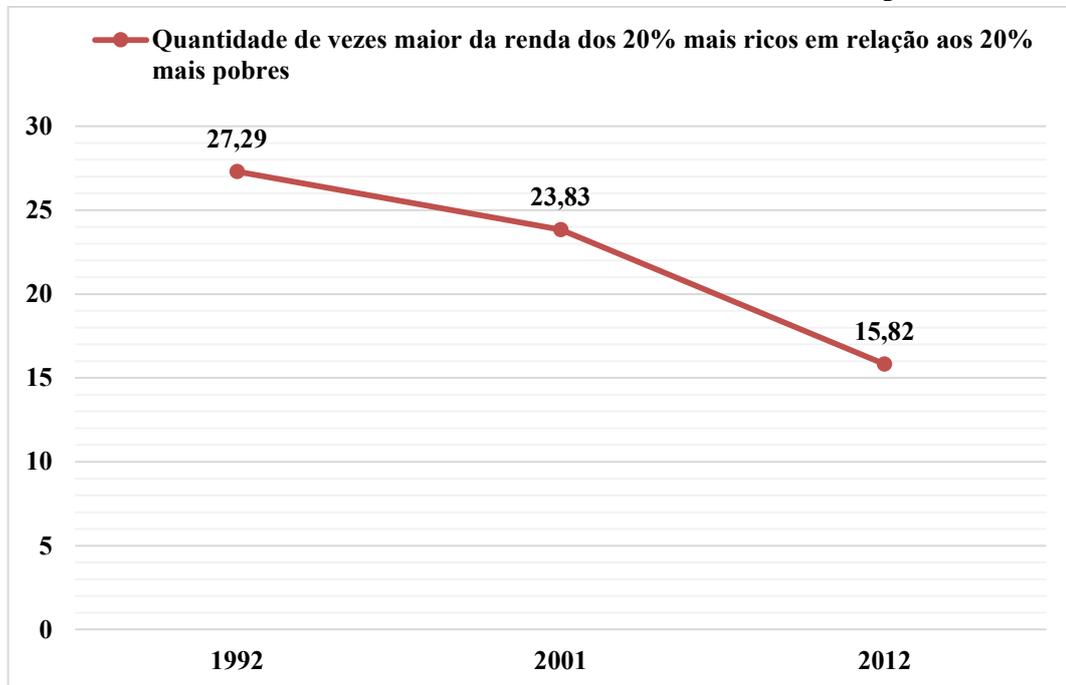


Fonte: IPEA, 2012.

Os dados tocantinenses representados no Gráfico 4, revelam que os níveis de distribuição de renda e desigualdade vêm caindo. Em 1992, os 20% mais ricos apresentavam 67,96% e em 2012, obteve um decréscimo de 6,88% e registrou a marca de 61,08% o que evidenciou uma leve queda na concentração de renda. É importante considerar que a renda perdida pela parcela da população 20% mais rica foi prioritariamente absorvida pelo grupo intermediário, registrando o acréscimo de 5,51% entre 1992 (29,55%) e 2012 (35,06%). Na contramão desse processo, os 20% mais pobres obtiveram um acréscimo singelo na apropriação da renda. No ano de 2001, os 20% mais pobres aumentaram sua fatia na renda em relação ao decênio anterior, passando de 2,49% para 2,78%, isto é, a renda neste segmento populacional aumentou apenas 0,29% da participação na apropriação da renda. No intervalo de 20 anos, o estado obteve apenas 1,37% de aumento, já que em 1992 era 2,49%; e em 2012, 3,86%; demonstrando um baixo acréscimo no quadro de participação na apropriação da renda do que o estado produz.

O Gráfico 5 ajuda a melhor interpretar a discussão entre indicadores (IDH e PIB/renda). Este gráfico aponta para um processo lento na melhoria da distribuição de renda no Tocantins. Na verdade, a concentração de renda continua alta, pois os 20% mais ricos em 2001 apresentaram índices de 23,83%, exibindo um baixo recuo de 3,46% em relação ao decênio anterior, visto que, em 1992 o índice era de 27,29%. Já em 2012, a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres apresenta 15,82%. Na prática, é uma redução de 8,01% em relação ao decênio anterior e 11,47% em relação a 1992. Se analisarmos o indicador nacional, o valor é 17,31% (IPEA, 2012). O que mostra que a redução vem acontecendo nacionalmente.

**Gráfico 5: Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres.**



Fonte: IPEA, 2012. Org. Bolwerk (2014).

Entretanto, esses dados revelam uma divergência preocupante. Ao mesmo tempo em que a produção tocantinense se potencializou, algo que se percebe na evolução da renda per capita entre os anos de 1991 (243,58) e 2010 (586,62) (ver Tabela 4), da mesma forma, aumentou também a desigualdade, conforme demonstrado pelo Índice de Gini<sup>11</sup>, onde em 1991 registrou 0,63 e no decênio posterior 0,65, obtendo depois uma singela queda em 2010, com 0,60 respectivamente. Essa redução na desigualdade colabora para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais pobre. Entretanto, apesar de uma queda significativa em 20 anos, o indicador ainda indica forte

<sup>11</sup> O índice de Gini mede a concentração de renda variando entre o valor 0 que representa a situação de igualdade até o valor 1 no extremo oposto.

desigualdade social, o que desmistifica o *slogan* do governo estadual “o estado da ‘livre iniciativa’ e da ‘justiça social’”. Portanto, é imprescindível que medidas que favoreçam a queda na desigualdade tenham continuidade.

Com relação à pobreza, os dados da Pnud sistematizados pela Seplan-TO apontam para uma considerável diminuição da proporção de pobres. Em 1991, o Tocantins registrava a marca de 59,08% de pobres, caindo para 22,15%, ou seja, houve uma redução de 36,93% em 20 anos (Tabela 4). Um dos fatores que pode ser ressaltado é a diminuição da população que vive sem rendimentos, sobretudo posterior ao ano 2000.

**Tabela 4: Tocantins: Indicadores de renda, Desigualdade e Pobreza**

INDICADOR	1991	2000	2010
Renda per capita	243,58	344,41	586,62
Índice de Gini	0,63	0,65	0,60
Proporção de pobres	59,08	45,18	22,15

Fonte: SEPLAN-TO, 2012a.

A tabela abaixo é contundente na demonstração da redução da população que vive sem rendimentos. Ao longo da década de 2000, o índice caiu quase pela metade, o que se explica não só pela melhoria geral nas condições de obtenção de trabalho remunerado, como também pela ampliação da política de assistência social às populações carentes, especialmente na forma de *bolsas institucionais* ofertadas principalmente pelo governo federal. Em 2010, o índice da população sem rendimentos é quase do mesmo tamanho que a população com o maior rendimento no estado, recebendo mais de três salários mínimos *per capita*: 5,52% e 6,97%<sup>12</sup>, respectivamente (Tabela 5). Se considerar uma média de quatro pessoas por domicílio, em 54,22% deles a população vive com um rendimento entre 1/4 e 1 salário mínimo, sendo que a somatória dos que recebem até 1 salário mínimo é de 67,01% e os que se enquadram entre 1 e 2 salários representam 15,56% da população tocantinense.

<sup>12</sup> Somatória entre os domicílios que recebem entre 3 a mais de 5 salários mínimos por pessoa residente.

**Tabela 5: Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares Per Capita em salários mínimos.**

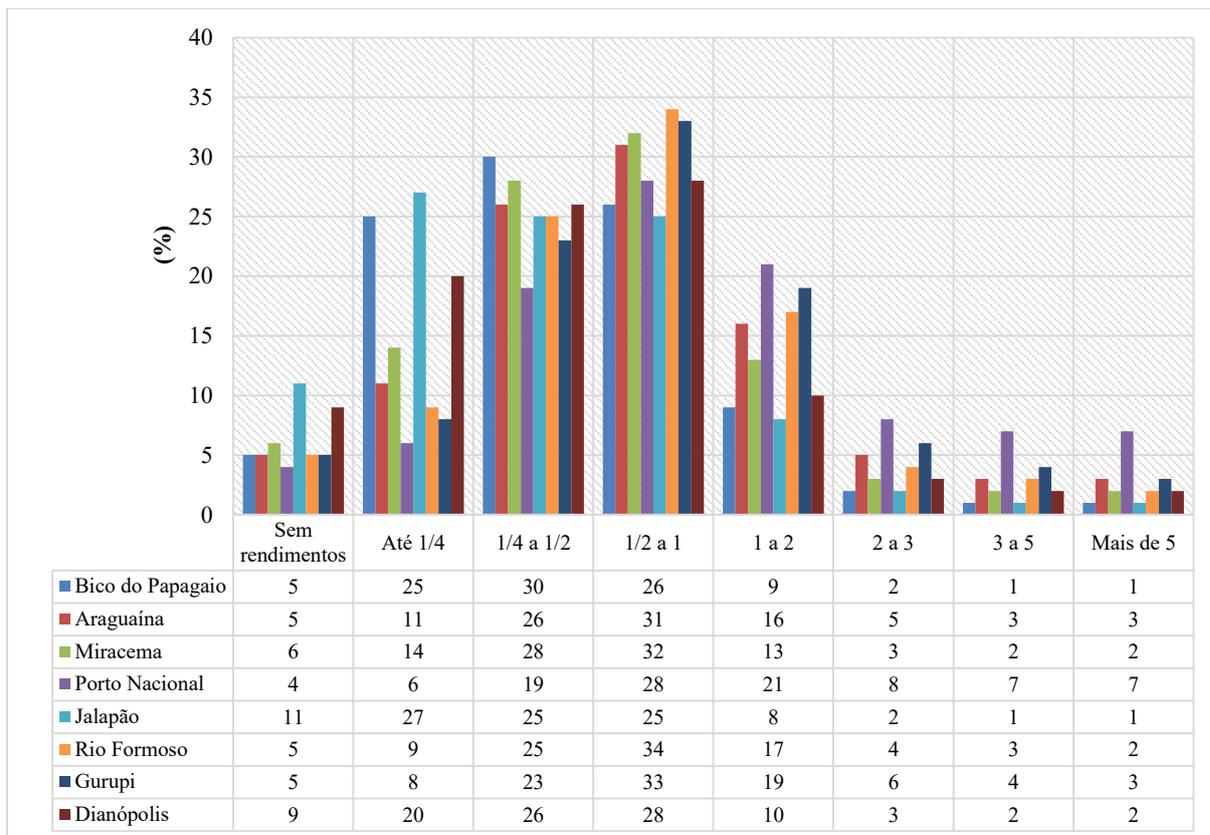
RENDA	2000		2010	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Sem rendimentos	31.388	10,4	21.979	5,52
Até ¼	38.561	12,77	50.949	12,79
1/4 a ½	65.183	21,59	97.727	24,53
1/2 a 1	78.981	26,16	118.258	29,69
1 a 2	46.792	15,50	61.969	15,56
2 a 3	15.228	5,04	19.686	4,94
3 a 5	12.164	4,03	15.105	3,79
Mais de 5	13.602	4,51	12.669	3,18
<b>Total</b>	<b>301.899</b>	<b>100,00</b>	<b>398.342</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

A replicação dessa mesma informação para as oito microrregiões do estado revela as desigualdades socioeconômicas regionais presentes no Tocantins (Gráfico 6). Partindo dos dois pólos contrastantes, Bico do Papagaio e Porto Nacional, no que se refere ao rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo, o primeiro participa com 81%<sup>13</sup> dos domicílios e o segundo com 53%. À exceção de Gurupi (64%), Araguaína (68%) e Rio Formoso (68%), as demais regiões têm índices na casa dos 70%. Aquela que tem o maior número de domicílios sem nenhum tipo de rendimento é a região do Jalapão (sudeste do Tocantins), que registra o índice de 11% e apenas 1% que recebem acima de 5 salários mínimos. Na mesma perspectiva, em Dianópolis com 2% e no Bico do Papagaio com somente 1% possuem domicílios que recebem mais do que 5 salários mínimos por pessoa residente. Sendo que na microrregião de Porto Nacional, onde se encontra o tradicional município homônimo e a Capital do estado, Palmas, esse índice sobe para 7%.

<sup>13</sup> Somatória entre os domicílios que recebem de ¼ até 1 salário mínimo por pessoa residente.

**Gráfico 6: Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares per capita em salários mínimos por microrregião – 2010.**



Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

Com relação à questão da infraestrutura sanitária, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, que reconsidera a população do estado em função da Estimativa Demográfica do IBGE para aquele ano, observa-se que o serviço de água ligado à rede geral cobre mais de 90% dos domicílios urbanos (Tabela 6). Porém, apenas pouco mais de 17% dos domicílios rurais são cobertos por esse serviço, sendo que para a coleta de lixo não há a cobertura sequer de 10% desses domicílios. Mas o que chama mesmo a atenção é o serviço de esgoto ligado à rede geral: pouco mais de 20% dos domicílios urbanos no estado recebem esse serviço, não havendo a sua ligação em nenhum domicílio rural.

**Tabela 6: Tocantins - Domicílios particulares permanentes por abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário.**

	Total de Domicílios	%	Urbanos	%	Rurais	%
<b>Tocantins</b>	428.449	100	331.969	77,47	96.480	22,52
<b>Água (rede geral)</b>	328.568	76,6	311.557	93,85	17.011	17,63
<b>Esgoto Sanitário (rede geral)</b>	67.805	15,82	67.805	20,42	0.00	0,0
<b>Coleta de lixo direta ou indireta</b>	332.699	77,6	323.464	97,43	9.235	9,57

Fonte: IBGE/PNAD, 2011.

Diante das condições sociais e sanitárias acima apresentadas, a expectativa de vida se limita. Sendo assim, parte-se para o outro indicador atrelado ao IDH que é o indicativo de longevidade de um povo. Soma-se agora, o componente saúde ao IDH. A Tabela 6 traz informações pertinentes aos componentes desse indicativo, vejamos.

**Tabela 7: Tocantins - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade.**

	1991	2000	2010	BRASIL (2010)
	Tocantins (%)	Tocantins (%)	Tocantins (%)	
<b>Taxa de mortalidade infantil</b>	63,7	36,5	19,6	16,7
<b>Esperança de vida ao nascer</b>	60,3	66,3	72,5	73,9
<b>Taxa de fecundidade total</b>	4,0	3,0	2,4	1,89
<b>Taxa de Envelhecimento</b>	3,8	4,5	5,8	7,36

Fonte: PNUD – Atlas de desenvolvimento Humano, 2013.

No Brasil, em 2010, a média nacional da taxa de mortalidade infantil foi de 16,7%. Por sua vez, no Tocantins, ela atingiu o assustador índice de 19,6%, revelando-se num grave problema. Não obstante, a taxa de fecundidade no estado é superior à da média nacional, sendo 2,4% contra 1,89%. Esses dados fazem com que o Brasil possua, ainda, uma das maiores taxas de Mortalidade Infantil do mundo. Só para se ter uma dimensão, no Brasil, a cada mil nascidos vivos, 18,83% não chegam a completar cinco anos de idade. No Tocantins, é de 21,05% (PNUD, 2013). Em relação a esse fator, o IBGE assevera:

Com respeito à taxa de mortalidade infantil, o Brasil somente apresenta nível geral mais reduzido perante países como Paraguai, Bolívia e Haiti, e ainda permanece atrás de Nações como Chile, Cuba, Uruguai, Argentina, México, Venezuela, Colômbia e El Salvador. É bem verdade que a taxa de mortalidade infantil brasileira já alcançou um patamar incontestavelmente inferior ao de países como Costa do Marfim e Serra Leoa, mas ainda precisa trilhar um longo caminho para atingir no médio prazo níveis mínimos de mortalidade infantil, como os já observados em Portugal, França, Noruega, Finlândia, Japão, Singapura e Islândia. Este é um horizonte que só será descortinado com políticas eficazes que assegurem a elevação considerável da escolaridade feminina e da população em geral, como também a universalização dos serviços de saneamento básico aos domicílios e de saúde aos indivíduos, muito em especial aqueles direcionados à saúde materno-infantil (IBGE, 2010a, s/p).

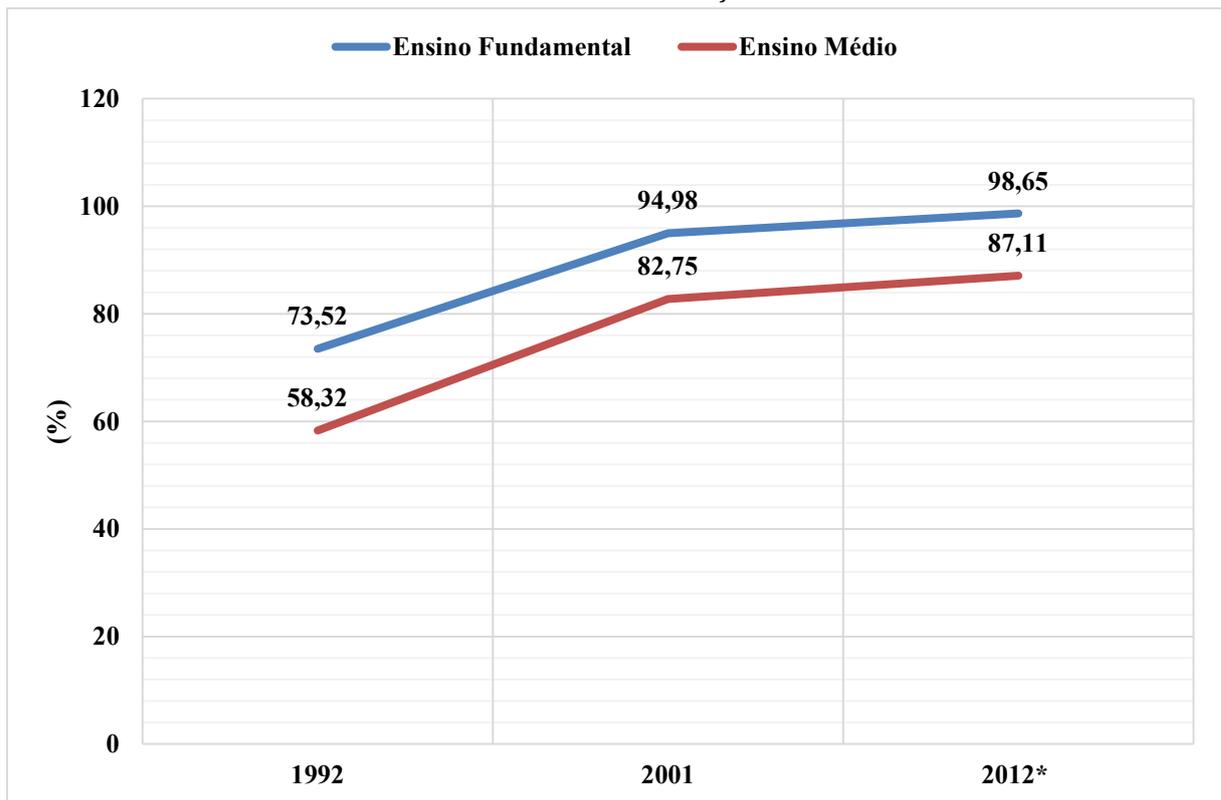
A expectativa de vida mediana do tocaninense é de 72,5 anos. O Brasil, neste mesmo indicador, apresenta atualmente 73,9 anos de idade média do brasileiro. Assim, em um período de vinte anos, a expectativa de vida do brasileiro e, especialmente, do tocaninense avançou mais de cinco anos, refletindo na melhoria do IDH do estado. Porém, estamos longe ainda de países mais desenvolvidos como Noruega, Japão e Canadá com indicadores superiores aos oitenta anos de idade (PNUD, 2013).

Por fim, o último indicador que compõe a base de cálculo do IDH, resulta do indicativo de educação, no qual avalia o desenvolvimento educacional do país. É importante ressaltar que esse tópico apresentará apenas um panorama geral sobre o indicador de educação. Uma discussão mais aprofundada sobre a situação da educação, ou melhor, da desigualdade socioeducacional tocaninense será apresentada no próximo tópico e finalizada no Capítulo III com a análise regional da desigualdade socioeducacional a partir do Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed), foco principal do presente trabalho.

Segundo Bolwerk (2014, p. 78), quando analisada historicamente, a Educação Básica no Brasil, está nos apresenta “[...] baixos índices de qualidade do ensino, profissionais mal remunerados, formação inicial e continuada deficitária, infraestruturas das unidades escolares longe de oferecer o espaço adequado no processo ensino-aprendizagem”. O jovem educando da Educação Básica ao se deparar com este cenário, com certeza não vai se sentir estimulado ao ponto de dar importância e valor devido para sua formação profissional e principalmente humana. Diante disso, Bolwerk (2014, p. 79) alerta que o sistema nacional tem sérios problemas crônicos como “[...] evasão, reprovação, distorção idade-série e infrequência escolar que acarretam no conjunto um sistema educacional com indicadores modestos”. Vejamos, agora, alguns indicadores educacionais do ensino regular da Educação Básica no Tocantins.

No Tocantins, quando apresentados os indicadores da Educação Básica, nota-se um salto quantitativo positivo. O Gráfico 7 ilustra quantitativamente a taxa de matriculados na Educação Básica tocantinense. Assim como acontece em boa parte do Brasil, o Tocantins, em um período de 20 anos, praticamente universalizou o ensino fundamental com 98,65% de matriculados. É importante destacar que a universalização do ensino fundamental tem sido almejada pelo governo federal já há alguns anos, por meio de criação de políticas públicas. Já os dados do ensino médio apresentam uma taxa longe do ideal e da universalização, obtendo uma percentagem inferior a 90%, isto é, de 87,11%. Contudo, bem superior à taxa de 1992 com 58,32%. O referido gráfico mostra que as taxas apresentadas não chegam a colocar o Tocantins numa zona de conforto, mas é evidente a divisão do estado do Goiás trouxe para a atual conjuntura do Tocantins avanços plausíveis quando analisados os indicadores educacionais da Educação Básica, sobretudo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

**Gráfico 7: Taxa de matrícula da Educação Básica do Tocantins.**



Fonte: Censo Escolar/INEP, 2014. (2012\* – Faixa-etária de 6-14 anos/Faixa-etária de 15-17 anos).

O governo federal almejando alcançar para a educação brasileira os mesmos índices educacionais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) que atualmente é igual a 6,0, lançou em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano foi lançado simultaneamente ao Decreto nº 6.094/2007, que

instituiu o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação", composto por 28 ações que cobrem todas as áreas de atuação do Ministério da Educação (MEC)<sup>14</sup>, compreendendo os níveis e modalidades de ensino e apoio à infraestrutura.

Basicamente, o PDE, materializado no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, está fundamentado, especialmente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>15</sup>, tendo os programas “Provinha Brasil” e “Piso do Magistério” em segundo plano. Essencialmente, o Ideb procurar medir qualitativamente e de forma sistemática o rendimento escolar no intuito de delinear diagnósticos na construção de políticas educacionais para que venha potencializar o acréscimo qualitativo da educação brasileira (BOLWERK, 2014). Em suma, para que o Ideb de uma escola ou rede se desenvolva é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. Segundo o Inep

O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência (INEP, 2013, s/p).

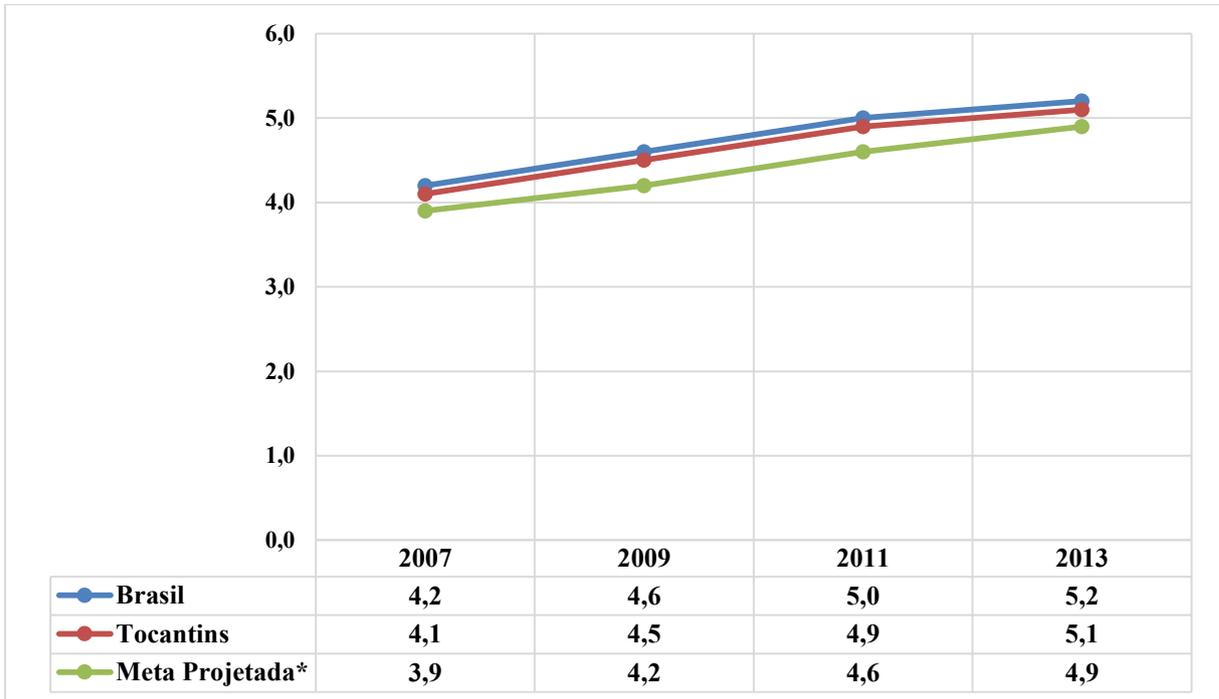
Sendo assim, é necessário analisar a série-histórica do Ideb no estado do Tocantins. Os indicadores apresentados nos Gráficos 8, 9 e 10 a seguir, demonstram a evolução do Ideb, bem como a meta estipulada pelo governo federal para os anos iniciais e finais do ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino médio. É importante destacar que os índices reúnem as redes públicas (estadual e municipal) e privada.

---

<sup>14</sup> O Ministério da Educação – MEC estabelece que até o ano de 2022, os anos iniciais do ensino fundamental da Educação Básica deverá atingir o Índice dos países membros da OCDE, isto é, sair do 3,8 em 2005 e alcançar 6,0 em 2022 (INEP, 2013).

<sup>15</sup> A discussão sobre o IDEB e seus fundamentos e problemas serão mais bem tratados no próximo capítulo.

**Gráfico 8: Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano): Brasil, Tocantins.**

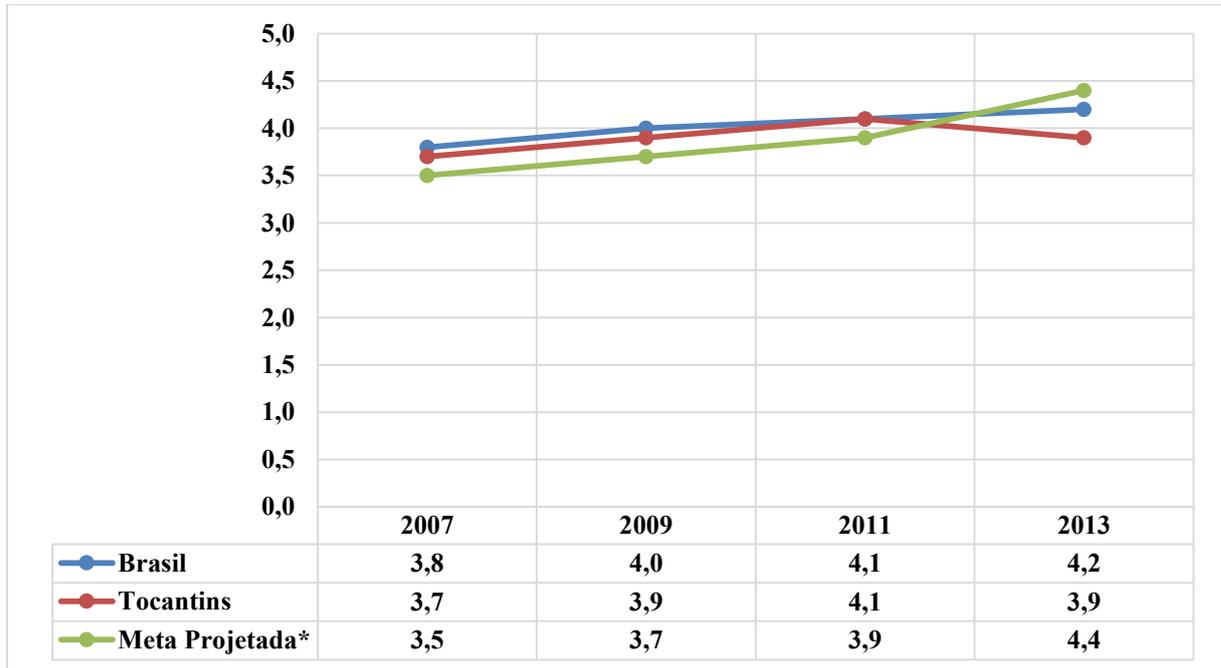


Fonte: INEP, 2013. \* Meta projetada para o Brasil.

O Gráfico 8 destaca a evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental do Brasil e do Tocantins. Nota-se que o Ideb registrado, em 2013, no Tocantins, foi de 5,1 pontos, acima do índice de 2011 (4,9) e acima também da meta projetada pelo MEC (4,9), porém pouco abaixo do Brasil (5,2). Não só isso, mais em toda a série do Ideb (2007 a 2013) tanto o Tocantins quanto o Brasil mantiveram acima da meta nacional projetada. Desse modo, é possível afirmar que, tanto quantitativamente (Ver gráfico 7) quanto qualitativamente, existe uma relativa evolução no quadro educacional no Brasil e no Tocantins voltado aos anos iniciais do ensino fundamental. Atualmente, o estado ocupa a 15ª posição (séries iniciais do ensino fundamental) entre as vinte e sete unidades federativas do Brasil (INEP, 2013).

Entretanto, os indicadores acima não são para comemorar, pois quando analisados os anos finais do ensino fundamental demonstrados no Gráfico 9, o estado apresenta evolutivamente indicadores pífios.

**Gráfico 9: Evolução do Ideb dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano): Brasil, Tocantins.**



Fonte: INEP, 2013. \* Meta projetada para o Brasil.

A evolução do Ideb tocantinense nos anos finais do ensino fundamental foi de 3,9 pontos, um índice levemente inferior do alcançado na edição anterior (4,1), mas bem abaixo da meta nacional de 4,4 esperada pelo governo federal. Isto é, o Tocantins apresenta atualmente uma pontuação abaixo dos apresentados nacionalmente, já que no Brasil o Ideb foi de 4,2 pontos em 2013, registrando um índice levemente superior ao alcançado na edição anterior (4,1), mas também inferior à meta projetada.

Os dados apontam uma queda brusca em relação aos anos finais do fundamental que não está sendo apenas refletida no Tocantins, mas também nos demais estados brasileiros e municípios. Só para título de informação, aproximadamente 60% das redes públicas do Brasil estão abaixo da meta nos anos finais do fundamental (INEP, 2013). Considerando apenas as redes estaduais, somente oito estados (29,6%), das vinte e sete unidades federativas do Brasil, atingiram a meta do Ideb (2013) nos anos finais do ensino fundamental. O Tocantins ocupa a 16ª posição no Ranking (Tabela 8). Considerando somente as redes municipais, apenas 35,8% das escolas atingiram a meta. Este é um cenário de extrema cautela, onde os gestores governamentais têm que se aterem a uma melhor aplicação das políticas públicas voltadas para o nível básico de educação.

**Tabela 8: anos finais do ensino fundamental (Ideb 2013): ranking entre os estados.**

POSIÇÃO	ESTADO	Ideb Observado	Meta Projetada
		2013	2013
1	Minas Gerais	4.7*	4.4
2	Goiás	4.5	4.1
3	Acre	4.4	4.4
4	São Paulo	4.4	4.6
5	Mato Grosso	4.2	3.7
6	Paraná	4.1	4.2
7	Santa Catarina	4.1	4.9
8	Espírito Santo	4.0	4.4
9	Amazonas	3.9	3.5
10	Ceará	3.9	3.6
11	Rio Grande do Sul	3.9	4.4
12	Distrito Federal	3.8	4.1
13	Maranhão	3.8	4.1
14	Mato Grosso do Sul	3.7	3.8
15	Rondônia	3.7	4.0
16	Tocantins	3.7	4.2
17	Pernambuco	3.6	3.3
18	Rio de Janeiro	3.6	3.7
19	Piauí	3.5	3.5
20	Roraima	3.5	4.1
21	Amapá	3.4	4.4
22	Bahia	3.1	3.5
23	Rio Grande do Norte	3.1	3.4
24	Pará	3.0	4.0
25	Paraíba	3.0	3.4
26	Alagoas	2.7	3.3
27	Sergipe	2.7	3.7

Fonte: INEP, 2013. Organizada pelo autor. \*Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Em relação ao ensino médio, os dados apontam para uma diminuição do indicador quase que geral em todo País. Se levar em conta o Ideb total (redes pública e privada), vinte e três estados ficaram abaixo da meta projetada. Os únicos que ficaram acima ou igual à meta foram Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás, como pode ser observado na Tabela 9.

**Tabela 9: Ensino médio (Ideb 2013): ranking entre os estados.**

POSICÃO	ESTADO	Ideb Observado	Metas Projetadas
		2013	2013
1	São Paulo	4.1	4.2
2	Distrito Federal	4.0	4.1
3	Goiás	4.0	3.8
4	Rio de Janeiro	4.0	3.8
5	Santa Catarina	4.0	4.4
6	Rio Grande do Sul	3.9	4.3
7	Espírito Santo	3.8	4.3
8	Minas Gerais	3.8	4.3
9	Paraná	3.8	4.2
10	Pernambuco	3.8	3.6
11	Ceará	3.6	3.9
12	Mato Grosso do Sul	3.6	3.8
13	Rondônia	3.6	3.8
14	Acre	3.4	3.8
15	Roraima	3.4	4.0
16	Paraíba	3.3	3.5
17	Piauí	3.3	3.5
18	Tocantins	3.3	3.6
19	Amazonas	3.2	3.0
20	Sergipe	3.2	3.8
21	Rio Grande do Norte	3.1	3.5
22	Alagoas	3.0	3.6
23	Amapá	3.0	3.5
24	Bahia	3.0	3.5
25	Maranhão	3.0	3.3
26	Mato Grosso	3.0	3.7
27	Pará	2.9	3.4

Fonte: INEP, 2013. Organizada pelo autor. \*Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

O Tocantins atualmente ocupa a 18ª posição no Ranking (Tabela 9), quatro posições abaixo da edição anterior (2011). O Gráfico 10, logo a seguir, destaca a evolução do Ideb do ensino médio do Brasil e do Tocantins. O que se observa é que o estado agravou substancialmente a qualidade do ensino voltado aos últimos anos da Educação Básica, sendo que o índice registrado em 2013 foi de 3,3 pontos, bem abaixo do índice de 2011 (3,6) e 2009 (3,4). Somado a isto, a série histórica do IDEB (2007 a 2013) demonstra que o Tocantins sempre se manteve abaixo da meta nacional. Essa queda brusca no ensino médio também foi refletida para o Brasil que manteve a mesma pontuação de 2011 (3,7) em 2013, ficando abaixo da meta esperada (Gráfico 10).

**Gráfico 10: Evolução do Ideb – ensino médio (1º ao 3º ano): Brasil, Tocantins.**

Fonte: INEP, 2013. \* Meta projetada para o Brasil.

Esses dados revelam um panorama curioso e preocupante. Enquanto o ensino fundamental no Tocantins é o único indicador praticamente universalizado, o ensino médio faz o caminho oposto, regredindo consideravelmente.

Castro (2000) afirma que, no contexto brasileiro, o desenvolvimento da educação escolar apresenta um significativo progresso. No entanto, alerta que a melhoria dos indicadores educacionais verificada em todo País nas últimas décadas “[...] não proporcionou redução substancial dos desníveis regionais e interestaduais. Em alguns casos, o grau de desigualdade regional parece ter se aprofundado, refletindo assim o ritmo diferenciado dos avanços em cada região” (CASTRO, 2000, p. 427). Em relação ao estado do Tocantins, um quadro de profunda desigualdade educacional pode ser identificado a partir da análise do comportamento dos indicadores de analfabetismo, repetência, abandono e distorção idade/série.

### 2.3 Desempenho educacional frente aos indicadores educacionais

O acesso ao ensino fundamental foi o único indicador praticamente universalizado na segunda metade da década de 90, ficando os demais indicadores apenas com uma tendência sistemática de melhoria nas unidades da Federação (CASTRO, 2000). Na verdade, segundo Castro (2000), vistas pela ótica das séries históricas dos principais indicadores educacionais, as regiões brasileiras são muito desiguais, principalmente no que diz respeito a sua evolução, ou melhor, ao seu desenvolvimento, o que acaba por concorrer a um distanciamento cada vez maior entre elas. É importante frisar que a presente pesquisa tem como principal proposta conhecer os desníveis educacionais no Tocantins e entre suas microrregiões e não entre todas as regiões brasileiras.

Uma das principais evidências de atraso educacional de uma região é a incidência das altas taxas de analfabetismo, sobretudo em comparações internacionais. Conforme dados do último Censo (2010), o Brasil, apesar da redução significativa nas últimas décadas, segue exibindo uma das mais elevadas taxas de analfabetismo da América Latina (9,61%), o que corresponde a cerca de 5 milhões de pessoas (Tabela 10). No ranking de 2010, o Brasil apresentava a sétima maior taxa de analfabetismo entre os 28 países que compõem a região. Entre 1991 e 2000, o País avançou na superação desse indigesto quadro, passando de 20,07% para 13,63%, obtendo uma redução de 6,4% (Tabela 10). Essa redução foi proporcionada, sobretudo pelas políticas de universalização do ensino fundamental, nos anos 90. Segundo Oliveira, J. (2011, p. 51), a política de universalização do ensino fundamental, nos anos 90, “[...] promoveu um declínio acentuado na população jovem, apresentando, no entanto, uma tendência de regionalização do analfabetismo, com concentração nas regiões mais pobres, nas áreas rurais e nas periferias das regiões metropolitanas”.

No Tocantins, assim como no Brasil, as taxas de analfabetismo apresentam um significativo declínio, porém com percentuais mais altos do que na média nacional. Em 1991, o Tocantins tinha 31,4% de analfabetos na população de 15 anos ou mais. Em duas décadas, esse número teve um declínio de 18%, registrando, no Censo Demográfico de 2010, 13,1% de taxa de analfabetos na população de 15 anos ou mais (ver Tabela 10). Apesar dessa redução, observa-se que existe um profundo desequilíbrio regional entre as microrregiões tocantinenses. Apenas metade, ou seja, quatro das oito microrregiões possuem taxas de analfabetismo abaixo da média estadual, sendo Araguaína (12,4%), Gurupi (10,0%), Porto Nacional (6,0%) e Rio Formoso (10,8%) (Tabela 10). As microrregiões do Bico do Papagaio

(21,0%), Dianópolis (18,9%), Jalapão (20,3%) e Miracema do Tocantins (15,0%) não obtiveram uma redução substancial em suas taxas, exibindo níveis preocupantes de analfabetismo.

**Tabela 10: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1991/2010.**

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE ANALFABETISMO (%)		
	1991	2000	2010
BRASIL	20,07	13,63	9,61
TOCANTINS	31,4	18,8	13,1
Araguaína	28,1	17,3	12,4
Bico Papagaio	43,4	26,5	21,0
Dianópolis	38,3	24,5	18,9
Gurupi	21,6	13,3	10,0
Jalapão	39,5	26,4	20,3
Miracema do Tocantins	27,9	18,8	15,0
Porto Nacional	22,4	9,9	6,0
Rio Formoso	24,8	14,7	10,8

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

Este cenário reflete um ritmo diferenciado dos avanços em cada região, desempenhando uma clara tendência à regionalização do analfabetismo e de sua concentração em regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente do Tocantins. Os dados apontam para um descompasso temporal entre as microrregiões em relação à erradicação do analfabetismo, gerando desníveis regionais. Apesar dos esforços e das políticas públicas voltadas para a universalização do ensino fundamental e do médio, este cenário também vai refletir na análise da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental (aprovação; reprovação; abandono; e distorção idade/série).

### **2.3.1 Aprovação, Reprovação, Abandono e o fenômeno da distorção idade/série**

A apreciação da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental revela que no período de 2010 a 2013 ocorreu um avanço substancial nos dois ciclos do ensino fundamental. Tomando, isoladamente, os dados das séries do início do ciclo (1º ao 5º ano) e do final do ciclo (6º ao 9º ano), verifica-se uma tendência positiva de aumento das taxas de aprovação no 1º ciclo e uma menos expressiva no 2º ciclo. Apesar disso, simultaneamente, verifica-se uma acentuada redução das taxas de repetência e abandono, o que sugere, em termos de eficiência, uma significativa melhoria nesses últimos anos.

No entanto, os ganhos de eficiência, assim como na taxa de analfabetismo, não foram uniformes em todo estado, pois as disparidades microrregionais ainda persistem. Em relação à taxa de aprovação, no Tocantins, existe uma diferenciação entre o 1º e o 2º ciclo do ensino fundamental. Enquanto o primeiro ciclo apresenta taxas crescentes de aprovação, saltando de 86% em 2010 para 95,4% em 2013, o segundo faz o caminho inverso. De 91,4% em 2010, regride para 83,7% em 2013 (Tabela 11). Esse resultado, além de se refletir nas taxas de repetência e abandono, mostra um caminho oposto aos dados nacionais, em que a porcentagem, mesmo que pequena, teve um ganho de 1,02 ponto percentual de 2010 para 2013, saltando de 82,7% para 85,1% respectivamente.

No Tocantins, os maiores contrastes se revelam na comparação dos indicadores de transição das microrregiões – Bico do Papagaio, Dianópolis e Jalapão – em relação às microrregiões – Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Rio Formoso. A tabela 11 mostra que a média geral das taxas de aprovação entre 2010 e 2013 das microrregiões do Bico do Papagaio (86,4% para 88,2%), Dianópolis (84,6% para 89,1%) e Jalapão (85,5% para 88,4%), mesmo com um aumento substancial, ainda continuam como as mais baixas taxas entre as oito microrregiões. Esses números baixos foram causados, sobretudo pela regressão das taxas de aprovação no 2º ciclo do ensino fundamental.

**Tabela 11: Ensino fundamental - taxa de aprovação - 2010-13.**

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE APROVAÇÃO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
<b>BRASIL</b>	86,6	89,9	82,7	89,3	92,7	85,1
<b>TOCANTINS</b>	88,9	86	91,4	90,2	95,4	83,7
Araguaína	87,7	89,6	85,5	91,4	95,3	86,5
Bico Papagaio	86,4	88,7	83,4	88,2	94,0	81,2
Dianópolis	84,6	87,3	81,5	89,1	94,4	82,3
Gurupi	87,9	89,5	86,0	89,7	94,1	83,9
Jalapão	85,5	86,3	84,5	88,4	94,5	80,7
Miracema do Tocantins	89,5	91,8	87,0	89,8	94,0	84,5
Porto Nacional	89,4	90,7	87,7	91,7	95,4	86,8
Rio Formoso	89,8	90,8	88,6	89,1	94,3	82,5

Fonte: INEP, 2014. Organizado pelo autor.

O grau de desigualdade regional ganha contornos mais acentuados quando são analisadas as taxas de reprovação e de abandono escolar. As escolas estaduais do Tocantins apresentaram uma melhoria substancial em suas taxas de reprovação, regredindo de 9,2% em

2010 para 8,3% em 2013. No entanto, quando analisado separadamente o 1º do 2º ciclo do ensino fundamental, observa-se que essa regressão foi proporcionada apenas pelo 1º ciclo, (7,7% para 4%). O 2º ciclo, assim como na taxa de aprovação, demonstra uma inversão de tendência, aumentando sua taxa de reprovação de 11% em 2010 para 13,7% em 2013.

Na média geral, entre 2010 e 2013, as escolas da microrregião de Dianópolis e do Bico do Papagaio são as que apresentaram as maiores taxas de reprovação no período analisado, sendo 12,2% em 2010 e 10,7% em 2013 (Dianópolis) e 11,7% em 2010 e 10,2% em 2013 (Bico do Papagaio). As demais obtiveram reduções consideráveis, com destaque para a microrregião do Jalapão que conseguiu diminuir sua taxa de reprovação significativamente, regredindo de 11,1% em 2010 para 7,5% em 2013 (Tabela 12). No entanto, assim como acontece na média tocantinense, a redução do número de reprovados foi proporcionada apenas pelo 1º ciclo do ensino fundamental. Todas as microrregiões obtiveram um aumento na taxa de reprovação no 2º ciclo do ensino fundamental. Dianópolis com 17,2%; Bico Papagaio com 16,2%; Gurupi com 13,4% e Rio Formoso com 13,3%, foram as microrregiões que registraram os maiores aumentos nas taxas de reprovação em 2013, estando acima ou bem próximo da média estadual.

**Tabela 12: Ensino fundamental - taxa de reprovação - 2010-13.**

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
<b>BRASIL</b>	10,3	8,3	12,6	8,5	6,1	11,3
<b>TOCANTINS</b>	9,2	7,7	11	8,3	4	13,7
Araguaína	10,2	9,7	10,9	7,8	5,0	11,3
Bico Papagaio	11,7	10,4	13,4	10,2	5,6	16,2
Dianópolis	12,2	11,5	13,2	10,7	5,5	17,2
Gurupi	10,3	9,6	10,9	9,0	5,4	13,4
Jalapão	11,1	11,5	10,6	7,5	5,0	10,7
Miracema do Tocantins	8,5	7,2	9,9	7,7	3,7	12,6
Porto Nacional	8,1	7,9	8,4	6,5	4,1	9,7
Rio Formoso	8,2	8,2	8,2	8,0	3,9	13,3

Fonte: INEP, 2014. Organizado pelo autor.

Em relação às taxas de abandono no ensino fundamental, o Tocantins registrou um baixo progresso entre os anos de 2010 e 2013, de 1,9% para 1,5%, respectivamente. Essa

redução está abaixo da média nacional (3,1% para 2,2%), o que coloca o Tocantins em uma situação mais agradável em âmbito nacional (ver Tabela 13).

Entre as microrregiões, assim como acontece com os outros indicadores, existe uma diferença entre as duas fases do ensino fundamental. Com exceção da microrregião do Rio Formoso, que registrou um aumento no abandono escolar (1% em 2010 para 1,3% em 2013), todas as outras microrregiões conseguiram diminuir as taxas de abandono no 1º ciclo do ensino fundamental. Como destaque, encontram-se as microrregiões de Miracema do Tocantins com 0,4%, Gurupi com 0,5% e Dianópolis com 0,5%. O destaque negativo continua com a microrregião do Jalapão que, junto com a do Rio Formoso, detém a maior taxa de abandono registrada em 2013, com 1,3% respectivamente (Tabela 13).

**Tabela 13: Ensino fundamental - taxa de abandono - 2010-13.**

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE ABANDONO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
<b>BRASIL</b>	3,1	1,8	4,7	2,2	1,2	3,6
<b>TOCANTINS</b>	1,9	0,9	3	1,5	0,6	2,6
Araguaína	2,1	0,8	3,6	1,8	0,6	3,2
Bico Papagaio	1,9	0,9	3,2	2,0	0,8	3,5
Dianópolis	3,2	1,3	5,4	1,9	0,5	3,6
Gurupi	1,8	0,8	3,1	1,5	0,5	2,8
Jalapão	3,5	2,2	4,9	2,4	1,3	3,8
Miracema do Tocantins	2,0	1,0	3,1	1,3	0,4	2,5
Porto Nacional	2,5	1,4	3,9	1,7	1,1	2,5
Rio Formoso	2,0	1,0	3,2	2,2	1,3	3,4

Fonte: INEP, 2014. Organizado pelo autor

Em relação às taxas de abandono no 2º ciclo do ensino fundamental, a Tabela 13 mostra que mesmo com uma redução maior no quadro de abandono, esta fase do ensino fundamental registra taxas que chegam a ser sete vezes maior que do 1º ciclo, como é o caso da microrregião de Dianópolis, que apresentava 3,6% de taxa de abandono no 2º ciclo em 2013 contra 0,5% do 1º ciclo. Levando-se em conta a média tocantinense do 2º ciclo que era de 2,6% em 2013, apenas as microrregiões de Porto Nacional (2,5%) e de Miracema do Tocantins (2,5%) possuem taxas abaixo da média estadual. As demais estão todas acima da média estadual, com destaque negativo para as microrregiões do Jalapão (3,8%), Dianópolis (3,6%), Bico do Papagaio (3,5%) e Rio Formoso com 3,4% (Tabela 13).

Com base na análise desses indicadores, pode-se afirmar que os alunos do ensino fundamental continuam a enfrentar como principal gargalo as séries do 2º ciclo (6º ao 9º ano), no qual se verificam as menores taxas de aprovação e as taxas mais elevadas de reprovação e abandono, enquanto que os alunos do 1º ciclo (1º ao 5º ano) progrediram em seus indicadores. Porém, essa gradual melhoria ainda não foi suficiente para proporcionar maiores impactos na correção do fluxo escolar. Desta forma, um fenômeno decorrente das altas taxas de reprovação e abandono são as elevadas taxas de distorção idade/série (defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando).

No Brasil, que tem um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. Assim, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8 anos. Acompanhando este raciocínio, é possível identificar a idade adequada para cada série, dessa forma a taxa de distorção idade/série é um indicador que permite avaliar o percentual de alunos em cada série, com idade superior à idade recomendada (INEP, 2014). Em outras palavras, quanto mais baixa for a redução das taxas de repetência e abandono, mais baixa será a taxa de distorção idade/série.

Este indicador é, certamente, um dos mais graves problemas da Educação Básica enfrentado, atualmente, em todo o território nacional, pois está fortemente associado ao baixo rendimento dos alunos, ao fracasso escolar e, sobretudo, ao abandono da escola. Como já visto, uma parcela muito significativa dos jovens reprova nas séries do ensino fundamental, sobretudo na segunda fase, isso faz com que o problema da distorção idade/série se prolongue ao longo das oito séries, no ensino médio e até mesmo no ensino superior.

O Tocantins, assim como o Brasil, possui uma taxa elevadíssima de distorção idade/série. Em 2010, o estado registrava 22,8% de distorção idade/série, enquanto que o Brasil 23,6%. Já em 2014, o Tocantins regrediu pouco mais de 2% apresentando uma taxa de 20,2%, enquanto que o Brasil regrediu 3,6%, exibindo uma taxa de 20% (Tabela 14).

**Tabela 14: Ensino fundamental - taxa de distorção idade/série - 2010-14.**

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE (%)					
	2010			2014		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
<b>BRASIL</b>	23,6	18,5	29,6	20,0	14,1	27,3
<b>TOCANTINS</b>	22,8	16,7	29,8	20,2	12,5	29,7
Araguaína	26,0	19,4	33,7	23,5	16,0	32,8
Bico Papagaio	25,2	19,0	33,0	23,5	15,2	34,0
Dianópolis	26,9	19,4	35,5	24,9	16,2	35,8
Gurupi	21,9	16,0	28,6	21,9	14,7	30,6
Jalapão	34,0	27,2	42,5	27,6	18,2	39,7
Miracema do Tocantins	23,1	16,2	30,8	20,6	12,7	30,0
Porto Nacional	24,6	17,7	33,0	20,5	12,7	30,0
Rio Formoso	22,7	16,8	29,8	20,5	12,9	29,8

Fonte: INEP, 2014. Organizado pelo autor

Esse recuo, no entanto, não se deu com a mesma intensidade em todas as microrregiões tocaninenses, o que pode ser facilmente explicado, pois, como já mencionado anteriormente, existe uma correlação direta entre a redução das taxas de reprovação e abandono e a diminuição de distorção idade/série. Portanto, esse processo tem sido muito mais lento nas microrregiões do Jalapão (27,6%) e de Dianópolis (24,9%), por exibirem taxas elevadas de reprovação e abandono. Contudo, mesmo apresentando uma tendência de evolução positiva entre 2010 e 2014, todas as microrregiões possuem, em sua média geral, taxas superiores à média estadual. As microrregiões de Porto Nacional (20,5%), de Rio Formoso (20,5%) e de Miracema do Tocantins (20,6%) são as que exibem as menores taxas de distorção.

Assim como acontece com os outros indicadores (Aprovação; Reprovação; e Abandono), o 2º ciclo do ensino fundamental apresenta dados preocupantes e muito superiores aos do 1º ciclo. A Tabela 14 mostra que todas as microrregiões em 2014 apresentaram uma diferença que passa do dobro entre o 1º e o 2º ciclo do ensino fundamental. Os dados mais alarmantes são das microrregiões do Jalapão que possui 18,2% (1º ciclo) e 39,7% (2º ciclo) e de Dianópolis 16,2 (1º ciclo) e 35,8% (2º ciclo) (Tabela 14).

Além disso, em vez de regredir, as taxas de distorção idade/série na segunda fase do ensino fundamental, microrregiões como a do Bico do Papagaio (33% em 2010 para 34% em 2014) e de Gurupi (28,6% para 30,6% em 2014) fazem o caminho inverso (Tabela 14). Pode-

se inferir que os municípios que estão inseridos nestas microrregiões não estão conseguindo implementar, de forma eficaz, as políticas públicas voltadas para a melhoria das taxas de transição e a diminuição da distorção idade/série, o que acaba, por sua vez, acentuando ainda mais as disparidades regionais.

Voltemos então a uma preocupação anteriormente mencionada no subtítulo 2.2 – *“apesar do estado estar galgando posições no ranking do IDH nesses últimos anos, uma análise mais densa se faz necessária”*. Ao demonstrar alguns indicadores que estão inseridos no IDH e as taxas de transição educacionais, observou-se disparidades sociais preocupantes relacionadas à distribuição de renda, à longevidade e sobretudo à educação. Em suma, os dados revelam um cenário que os sujeitos coletivos do estado se articulam e vivem uma constante luta, nem sempre organizada e sistematicamente dirigida, mas latente no jogo social de interesses resultantes das experiências materiais de vida. De todo modo, essa luta consiste, num primeiro plano, na busca pela autonomia humana e social e, depois, numa tentativa de fazer com que o Estado cumpra com o seu papel de regulador das relações de trabalho e de redistribuidor da riqueza, garantindo a todos o acesso aos bens e aos serviços socialmente produzidos.

Fundamentado nessa premissa e preocupando-se, sobretudo, em expor o fenômeno da desigualdade socioeducacional, o Capítulo III discutirá a desigualdade socioeducacional tocantinense, segundo o Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed), elaborado por nós a partir dos dados obtidos dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O objetivo é verificar em que medida a incidência de desigualdades socioeducacionais reflete no (baixo) desempenho dos alunos da Educação Básica, evidenciando as desigualdades regionais do sistema educacional que realçam as diferenças sociais e econômicas entre as microrregiões tocantinenses.

## **CAPÍTULO III ANÁLISE REGIONAL DA DESIGUALDADE A PARTIR DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL (IDSED): METODOLOGIA E APLICABILIDADE**

Esse capítulo apresentará o fenômeno da desigualdade socioeducacional e o novo indicador do processo socioeducacional que permite uma maior compreensão dos desarranjos escolares e das desigualdades regionais, no caso, o Idsed e a cartografia das desigualdades sócio educacionais entre as microrregiões do Tocantins. A partir de subtópicos, mostrará as proposituras de criação desse novo instrumento de análise, os estágios metodológicos, bem como a sua aplicabilidade.

### **3.1 O fenômeno da desigualdade socioeducacional**

A formação escolar tem um significativo potencial para permitir ao sujeito que se educa por esse meio de gerar as condições necessárias para a sua inclusão socioeconômica, cultural e territorial. Assim, na contramão da desventura de se pertencer socialmente ao enorme contingente de pessoas que vivem o passivo das relações de desigualdade de renda, a formação escolar pode dispor ao sujeito ativos que alteram a sua posição nas relações sociais. Assim, constitui-se em elemento fundamental a boa formação recebida por esse sujeito, mais factível de acontecer num ambiente escolar devidamente estruturado, o que implica numa escalada de superação da exclusão.

A exclusão consiste num conjunto de propriedades (negativas) que posiciona os sujeitos, enquanto classe, na estrutura das relações sociais (BOURDIEU, 2005). Ela surge à medida que o fruto do trabalho social é apropriado nas relações de produção, alienando os sujeitos tanto material quanto culturalmente. Mas, essa alienação exprime-se também na ocupação desigual do solo, que se caracteriza pela segregação e pelo confinamento da classe trabalhadora em espaços desqualificados. O fundamento para isso é o fato de que o solo também possui valor de mercado, de modo que as suas propriedades agregadas definem o seu uso social. Quanto mais infraestrutura, equipamentos sociais e proximidade com os centros (comerciais, de serviços, de lazer, religiosos etc.) tiver o lugar, maior será o seu valor de mercado e mais restrito ele será à classe trabalhadora.

Porém, as propriedades (materiais e simbólicas) que garantem aos trabalhadores uma posição definida na estrutura social enquanto classe, também recebem agregados, gerando no

interior da classe experiências diversificadas a partir de propriedades diferenciais, sob a forma de qualificação profissional, de empregos mais remunerados, de profissões menos pesadas, de maior tempo de estudo etc. Tais experiências apontam para a existência de situações específicas no interior da classe, que vão refletir tanto na formação de um “grupo de *status*” – em que o comportamento dos indivíduos é determinado por valores sociais materiais e simbólicos baseados na honraria e no prestígio, definindo estas relações sociais e constituindo-se em elemento formador do “*habitus* de classe” (BOURDIEU, 2005, p. 16) – e no modo e lugar de assentamento no solo. Bourdieu (2005) frisa que toda estilização da vida tem sua origem num grupo de *status* ou é mantida viva por um grupo de *status*. Segundo o mesmo, é natural, que, “[...] a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de *status* imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar modelos” (BOURDIEU, 2005, p. 16).

É importante destacar que, por *habitus*, entende-se o conjunto de representações e de disposições que orientam e que referendam o comportamento social de uma determinada relação, dando sentido, significado e organizando hierarquicamente os indivíduos pertencentes a esta relação (BOURDIEU, 2002). Por meio desse conceito, Bourdieu quer mostrar que os condicionantes de classe não atuam apenas na esfera econômica, mas relacionam-se com a cor/raça, gênero, faixa etária, grau de escolaridade, gosto cultural, e assim por diante (BARBOSA, 2012).

Segundo Nogueira e Nogueira (2004), *habitus* seria, então, produto da incorporação das estruturas sociais e da posição de origem pelo sujeito, que passaria a estruturar as ações e representações dos mesmos. Isso quer dizer que as pessoas que vivem na condição de classe trabalhadora possuem e utilizam diferentes recursos para ocuparem determinados espaços dispostos no território.

Diante dessa realidade de segregação socioterritorial, em que os sujeitos lutam constantemente contra os signos de sua exclusão, o Estado teoricamente deveria agir no sentido da neutralização dos dispositivos excludentes, tanto nas políticas de cunho socioeconômico quanto nas educacionais e nas territoriais. Porém, ao agir incorporando “*sócio lógicas*” (LEFEBVRE, 1999), isso nem sempre acontece, sendo que muitas vezes a sua ação se dá mesmo no sentido de intensificar as distâncias entre as classes e grupos sociais.

Bourdieu e Passeron (2014), ao discutir sobre a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe formadoras do *habitus*, afirmam que:

[...] a organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja [...] Pelo fato de que o trabalho pedagógico (seja ele exercido pela Escola, por uma Igreja ou um Partido) tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível (*habitus*), isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, pelo fato de que a reprodução em série de indivíduos identicamente programados exige e suscita historicamente a produção de agentes de programação eles mesmos identicamente programados e de instrumentos padronizados de conservação e de transmissão [...] compreende-se que, como observava Durkheim, as instituições de ensino tenham uma história relativamente autônoma e que o *tempo* da transformação das instituições e da cultura escolar seja particularmente lento (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 231-232).

Assim, visto pelos olhos da educação, o que se tem é uma ação pedagógica que reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social. Diante deste fator, Bourdieu (2005, p. 242) enfatiza que “[...] mesmo quando parece obedecer tão somente às suas próprias normas (propriamente escolares), o sistema de ensino obedece ao mesmo tempo às normas externas”. É nesse sentido que constatações tais como as feitas por Ribeiro e Kaztman (2008), relacionando as desigualdades educacionais à segregação urbana em grandes cidades da América Latina, podem ser apenas uma dimensão de um problema territorial ainda maior.

Nascimento (2006) relaciona diretamente o sentido de desenvolvimento da educação escolar no Brasil ao discurso neoliberal, afirmando que:

Desde a década de 1950, o discurso da reforma educacional limitou-se ao campo da eficiência. Os representantes oficiais dessas reformas foram esboçados, especialmente, nos Estados Unidos, com base no papel político e proeminente da OCDE, Unesco e Banco Mundial (anos 1970) e FMI (anos 1980 e 1990). As escolas, neste discurso, devem servir à comunidade, sob a lógica da qualidade e conotações empresariais. Na verdade, a escola se torna uma empresa ao verificar a qualidade sob a lógica do lucro e do mercado (NASCIMENTO, 2006, p. 53).

Uma vez que se pode entender as relações sociais globais do atual estágio como sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999), que implica na predominância do urbano com todos os seus valores materiais e simbólicos sobre o rural, tornando o estilo de vida do campo heterotópico (estranho, diferente, secundário), logo, a relação entre desigualdades educacionais e segregação social deve também ser projetada para os territórios que não se

caracterizam como grandes cidades, mas que sofrem os mesmos efeitos da problemática característica da sociedade urbana, o que é o caso da realidade tocantinense.

### **3.2 Proposituras do Idsed: por que ainda é importante estudar as desigualdades regionais no sistema educacional?**

A partir da segunda metade do século XIX, o ensino era visto pelos países capitalistas liberais como meio mais efetivo para a ascensão e a mobilidade social. Segundo Ney e Zacchi (2011, p. 1), a sociedade industrial, a partir desse pensamento, criou formas de organizar as relações entre os homens e instituiu também “[...] um sistema de ensino capaz de transmitir as mais variadas qualificações para os indivíduos, o que tornou a escola um meio que, por excelência, possibilitaria a mobilidade social dos indivíduos”. O ensino era o eixo norteador para o alcance das oportunidades socioeconômicas para todos os indivíduos onde a capacidade, o talento e a competência tornam-se os elementos definidores do sucesso individual dando um caráter universal do trabalho e da educação.

Entretanto, em contraponto a este pensamento, alguns estudiosos como, por exemplo, Mézáros (2007) enfatiza que enquanto as condições sociais que geram as desigualdades não desaparecerem, a igualdade de oportunidades em uma sociedade desigual fica apenas no plano de uma ideologia que não pode ser evidentemente realizada. Segundo o mesmo, é bom que “[...] a ideia de universalizar o trabalho e a educação [...] tenha permanecido apenas como uma ideia bastante frustrada, dado que a sua realização pressupõe necessariamente a *igualdade substantiva* de todos os seres humanos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 126). Enfim, as desigualdades socioeconômicas inerentes a uma sociedade capitalista, estruturada por classes, geram mazelas nas mais variadas estruturas sociais, sendo uma das principais da própria educação. Esse fator faz com que as ações pedagógicas criem/reproduzam (des)mobilidades sociais. Deste modo, em vez de um grupo (ou indivíduo) transitar para outra classe social, acontece o efeito inverso, o grupo ou indivíduo mantém-se na sua classe social independentemente das circunstâncias.

Nogueira e Nogueira (2002, p. 16) destacam que até a primeira metade do século XX, o pensamento escolar tradicional funcionalista embasava o raciocínio segundo o qual a escola seria “uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais”. Porém, a partir dos anos 60, ocorre uma profunda crise dessa concepção de escola e uma reinterpretação radical do papel dos sistemas de ensino na sociedade. Segundo Nogueira e Nogueira (2002), essa

reinterpretação radical abandonava o otimismo das décadas anteriores em favor de uma postura bem mais pessimista. Assim, “[...] tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas dá origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros)” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 17).

No caso do Brasil, conhecido como um dos países com as maiores concentrações de renda do mundo, os estudos sobre a distribuição de renda habitualmente destacam o efeito da desigualdade de oportunidade educacional como fator preponderante para o país manter este posto nada cômodo. Ney; Souza; Ponciano (2010), por exemplo, ao realizar um estudo que tinha como principal objetivo analisar o nível de desigualdade de oportunidades educacionais no meio rural e urbano, concluíram que o perfil educacional da população brasileira está situado em um nível intermediário de escolaridade, “caracterizado por uma desigualdade educacional elevada” (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010, p. 37). Os mesmos observaram como a disponibilidade de recursos familiares é fundamental na determinação da qualidade do aprendizado dos jovens e das crianças, afirmando que quem tem pais com baixo nível de escolaridade e rendimento possui grande chance de se tornar adulto com baixo desempenho educacional.

Na literatura, a solução encontrada para esse grave problema social passa necessariamente pelo desenvolvimento de políticas capazes de garantir o acesso dos mais pobres às escolas. No Brasil, pode se observar ações públicas que garantem maior acesso dos mais pobres às escolas, além da universalização do ensino básico e a existência de avaliações sistemáticas (Saeb, Prova Brasil, Ideb). Porém, segundo Ney e Zacchi (2011), elas não foram suficientes para fazer com que recursos privados familiares deixassem de ser fundamentais na determinação da qualidade da educação das pessoas. Os mesmos procuraram apresentar argumentos que sugerem a necessidade de se estudar o nível de investimento em educação por parte da população pobre.

A partir desta observação, Ney e Zacchi (2011) propuseram um indicador denominado de *Índice de Desigualdade na Qualidade da Educação Básica*. O principal objetivo, realizado pelos autores, foi analisar as principais medidas de desigualdade na distribuição das notas dos participantes do Enem que, por meio de um estudo comparativo, permitiu analisar as características *socioeconômicas* e do *ambiente educacional* (infraestrutura escolar) dos alunos que tiveram baixo ou bom desempenho na prova do Exame Nacional de

Ensino Médio (Enem). O seu alcance espacial atinge todo o País e para cada grande região, unidade da federação e município.

Outro estudo bastante interessante sobre desigualdades educacionais é o de Ribeiro e Koslinski (2008). Os mesmos realizaram uma pesquisa que trata da relação do efeito metrópole e o acesso às oportunidades educacionais no Brasil, onde o principal objetivo foi avaliar como o contexto social da vida nas grandes cidades pode influenciar no desempenho do sistema escolar municipal, além de investigar o efeito das tendências da metropolização da questão social (demandas urgentes na área de saneamento ambiental, moradia, pavimentação, etc.) sobre as desigualdades de acesso às oportunidades educacionais.

Para efeito de comparação entre municípios que integram e aqueles que não integram a dinâmica metropolitana, os autores consideraram apenas os municípios com mais de 50.000 habitantes, localizados nos estados que contém os 15 grandes aglomerados urbanos, sendo: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Campinas, Manaus, Vitória, Goiânia, Belém, Florianópolis (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2008).

Os mesmos utilizaram como variáveis aos seguintes aspectos dos municípios: “(i) as condições socioeconômicas (PIB per capita, renda per capita e índice de condição social), (ii) a tensão social (taxa de homicídios) e (iii) as políticas educacionais (taxa de municipalização do ensino fundamental e de atendimento à pré-escola)” (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2008, p. 8).

A partir desses estudos expostos, emerge o seguinte questionamento: levando em consideração a convergência analítica destes trabalhos, bem como o esforço em entender as desigualdades regionais do sistema educacional, o que há de novo na presente pesquisa?

Apoiado a este questionamento e tratando-o como oportuno, a primeira alusão à presente pesquisa refere-se a sua própria metodologia e ao alcance da área de estudo. Tanto o primeiro quanto o segundo instrumento de análise educacional, anteriormente citados, parecem teórica e metodologicamente com o Idsed. No entanto, dada a natureza de seus interesses e objetivos, deixaram evidentemente algumas lacunas ainda a serem exploradas, sendo assim algumas diferenças e limitações merecem ser ressaltadas.

Em relação ao primeiro, as variáveis utilizadas para analisar as características da desigualdade na qualidade da educação básica se limitam somente ao aspecto socioeconômico e ao ambiente escolar, sem contar ainda que utiliza como fonte de dados apenas a nota do

Enem. Enquanto que o Idsed propõe, além dos aspectos socioeconômicos e infraestrutura escolar, dois outros, sendo: (i) o aspecto sociocultural; (ii) e de escolarização.

A segunda pesquisa, ao ter como foco exclusivamente os municípios integrantes dos grandes aglomerados urbanos, esbarra com a realidade educacional encontrada em muitos estados brasileiros, aonde a grande maioria dos municípios não chega a 10.000 habitantes, como por exemplo, o próprio Estado do Tocantins. Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010b), revelaram que o Tocantins, com do total de 139 municípios, conta com a impressionante marca de 113 municípios com população de até 10.000 habitantes (ver Tabela 3, Capítulo II).

Apesar do recorte espacial do Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) se diferenciar dos dois primeiros estudos, propõe ir mais além, pois é um indicador que encerra as dimensões sintética e analítica e que explora, na perspectiva educacional, elementos fundamentais do processo escolar ignorados por outros indicadores, especialmente aqueles que focam o desempenho escolar. Não obstante, as variáveis constituintes dos dois primeiros indicadores do Idsed permitem a correlação entre as fragilidades do processo educacional e as desigualdades regionais, oriundas tanto do descaso capitalista quanto da omissão do Estado.

Em suma, o Idsed visa avaliar a eficácia escolar levando em conta os efeitos dos contextos sociais para além do ambiente escolar, isto é, considerando as conjunturas sociais extraescolares. Intenciona ser um instrumento complementar ao Ideb na formulação de diretrizes, estratégias e ações das políticas educacionais no sentido da superação das desigualdades imanentes ao processo educacional em nível regional, contribuindo assim para o incremento do desenvolvimento territorial. Por decorrência, o insucesso ou o fracasso escolar guardará o problema cíclico da pobreza, manifestado não só no estilo de vida, como também na forma de habitar o espaço, ou seja, na definição do território. Nesse sentido, Bourdieu (2005, p. 238) afirmou: “não há distinção propriamente escolar que não possa ser relacionada a um conjunto de diferenças sociais sistematicamente associadas”.

Sabendo-se das proposituras do Idsed, o estrato do texto que se segue tratará de descrever a metodologia e a aplicabilidade do referido índice. Mostrará à população, a amostra, as variáveis e as técnicas de tratamento dos dados coletados no intuito de oferecer um panorama geral dos estágios metodológicos do Idsed.

### 3.3 Idsed: notas metodológicas

O Índice de Desigualdade Sócio Educacional (Idsed) é um indicador que agrega as dimensões sintética e analítica, constituído por 4 (quatro) indicadores divididos em duas classes, sendo a primeira classe definida por uma pesquisa Per Capita por Amostragem, aplicada aos alunos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino entre as microrregiões tocantinenses. Nessa classe, figuram o indicador **Socioeconômico**, com peso 4, e o indicador **Sociocultural**, com peso 3. A segunda classe de indicadores é definida por Informações Escolares, tendo **Infraestrutura e Recursos** como o terceiro indicador, com peso 2, e a **Escolarização** como o quarto indicador de peso 1 (Quadro 2). Ao todo, foram definidas 26 variáveis e o indicador final, no caso, o Idsed, será um número centesimal definido entre 0,00 (situação de extrema desigualdade) e 1,00 (situação de igualdade). Regiões com Idsed maior que 0,800 têm um nível de desigualdade socioeducacional considerado baixo; regiões com Idsed entre 0,500 e 0,799 são consideradas de média desigualdade socioeducacional; e as regiões com Idsed até 0,499 têm o nível de desigualdade socioeducacional considerada alto.

O Quadro 2 mostra um número expressivamente diverso de variáveis. Diante do exposto e, sobretudo diante do desafio de comportar o máximo possível de variáveis que possam ser incorporadas às discussões, o presente estudo optou por tratar e analisar as informações levantadas dentro dos pressupostos estatístico-metodológicos da análise multivariada dos dados.

Segundo Gonçalves e Santos (2009), a estatística multivariada visa condensar os dados em seus componentes principais, tornando mais fácil sua análise, além de diminuir os erros de interpretação. Já para Moitta Neto (2004, s/p), “[...] a análise multivariada corresponde a um grande número de métodos e técnicas que utilizam simultaneamente todas as variáveis na interpretação teórica dos dados obtidos”. Dessa forma, o que vamos propor a seguir é um tratamento multivariado das variáveis de interesse, possibilitando uma visão mais ampla do objeto em estudo e da inter-relação entre as variáveis.

**Quadro 2: Variáveis utilizadas na composição do Idsed.**

INDICADORES		Qde.	VARIÁVEIS	
1ª CLASSE (per capita / amostragem)	Socioeconômico (1)	Peso 4	1	Quantidade de quartos para dormir
			2	Possui banheiro dentro de casa
			3	Possui carro
			4	Quantidade de pessoas que moram na casa
			5	Possui freezer separado da geladeira
			6	Possui máquina de lavar roupa
			7	Trabalha fora de casa
			8	Possui empregada doméstica
	Cultural (2)	Peso 3	9	Possui computador
			10	Possui TV em cores
			11	Em dia de aula, quanto tempo gasta assistindo a TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos
			12	Possui DVD
			13	Lê jornais
			14	Lê revistas
			15	Lê livros
			16	Frequenta bibliotecas
2ª CLASSE (informações escolares)	Infraestrutura e Recursos (3)	Peso 2	17	Dependências
			18	Serviços
			19	Equipamentos
			20	Tecnologia
			21	Acessibilidade
			22	Organização Pedagógica
	Escolarização (4)	Peso 1	23	Distorção idade-série
			24	Abandono
			25	Reprovação
			26	Percentual de formação docente – Superior Completo

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.3.1 População e descrição da amostra

A base de dados utilizada neste estudo consiste nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica, e faz parte do banco de microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no qual coleta dados sobre as escolas, turmas, docentes e alunos brasileiros. Todos os níveis de ensino estão envolvidos no referido Censo: Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É importante ressaltar que os microdados foram extraídos do Censo Escolar do ano de 2013 e são provenientes do questionário socioeconômico contextual da Prova Brasil realizado em 2011, que trata especificamente do perfil, cotidiano e percepção do educando sobre a escola. Nesse questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Além desses microdados, os resultados também foram extraídos do formulário de Cadastro das Escolas, onde são reunidas informações sobre caracterização/infraestrutura/equipamentos e escolarização.

A população pesquisada é constituída por todos os estudantes que foram regularmente inscritos e selecionados para responder ao questionário contextual da Prova Brasil (2011). Vale ressaltar que os critérios de composição da amostra para o Idsed foram feitos a partir das análises das taxas de transição entre o 1º e o 2º ciclo do ensino fundamental, averiguados no Capítulo II. No referido capítulo, verificou-se que os problemas mais acentuados nas taxas de transição se encontram no 2º ciclo do fundamental. Dessa forma, para o caso específico do presente estudo, buscou-se levantar apenas os dados do 5º ano (última série do 1º ciclo) e do 9º ano (última série do 2º ciclo).

Assim sendo, para a realização deste estudo, tivemos acesso a uma base de dados do Inep de 510 escolas estaduais (consideradas apenas as escolas na situação Em Atividade). O Inep aplicou, ao todo, 30.752 questionários entre os alunos do 5º ano (11.241) e 9º ano (19.511) do ensino fundamental, sendo respondido por 25.422 alunos entre o 5º ano (9.838) e 9º ano (15.584) (Tabela 15).

**Tabela 15: Número de questionários aplicados e respondidos por microrregião.**

MICRORREGIÃO	Questionários aplicados		Questionários respondidos	
	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano
Araguaína	2.244	4.373	2.155	3.545
Bico Papagaio	1.933	3.245	1.680	2.607
Dianópolis	1.608	2.234	1.401	1.776
Gurupi	988	1.515	836	1.257
Jalapão	654	1.038	540	877
Miracema do Tocantins	1.137	2.417	963	1.754
Porto Nacional	1.840	3.363	1.572	2.765
Rio Formoso	837	1.326	691	1.003
<b>TOTAL (POR ANO DE ENSINO)</b>	<b>11.241</b>	<b>19.511</b>	<b>9.838</b>	<b>15.584</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>30.752</b>		<b>25.422</b>	

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013. Organizado pelo autor.

Os números apresentados na Tabela 15 correspondem à rede estadual de ensino, escolhida para aplicação do Idsed. Os fatores que levaram a essa definição se resumem na abrangência da referida rede e na quantidade de alunos entrevistados, o que colabora para uma melhor análise dos desníveis regionais.

### 3.3.2 Composição dos pesos dos indicadores e das variáveis

Como já explicado, as variáveis utilizadas neste trabalho dizem respeito ao questionário contextual da Prova Brasil (2011), onde foram priorizadas as que descrevessem o perfil socioeconômico e sociocultural da amostra e do formulário de Cadastro das Escolas. Estas variáveis estão descritas no Quadro 2.

De todo modo, é importante ressaltar que a realização deste exame gera um conjunto de informações detalhadas dos estudantes participantes que se resumem em um questionário de cinquenta e quatro (54) variáveis para o 5º ano e cinquenta e oito (58) variáveis para o 9º ano. As oito variáveis do Indicador Socioeconômico, bem como as oito variáveis do Indicador Sociocultural do Idsed foram extraídas a partir desse questionário aplicado aos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental. As variáveis do Indicador de Infraestrutura Escolar e Escolarização foram extraídas do formulário de Cadastro das Escolas respectivamente. Em suma, a seleção de variáveis foi delineada a partir do esforço de traçar um perfil socioeconômico e sociocultural que perpassasse a história de vida do estudante, e por isso mesmo possibilitaram traçar um perfil que contemple sua relação extraescolar.

A partir da seleção das variáveis, foi necessário categorizar cada classe de referência de cada variável de todos os indicadores para se chegar ao indicador final (número centesimal definido entre 0,00 – extrema desigualdade e 1,00 – extrema igualdade). A categorização foi feita através do valor do atributo dado às classes de referências de cada variável, divididos por cinco categorias que variam de **0 (ruim)** a **4 (ideal)** (Tabela 16). Para que todos os indicadores seguissem a mesma lógica de categorização de atribuição dos pesos, foi necessário ajustar antes cada classe de referência. Dessa forma, para se chegar ao Idsed, é necessário estipular antes a média ponderada a partir do valor do atributo dado a essas variáveis de cada indicador (Socioeconômico; Sociocultural; Infraestrutura e Recursos; Escolarização).

**Tabela 16: Categorização das referências em relação ao seu indicativo.**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>INDICATIVO</b>
0	Ruim
1	Fraco
2	Regular
3	Satisfatório
4	Ideal

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Indicador Socioeconômico (Apêndice: Tabela 1) e o Sociocultural (Apêndice: Tabela 2), por serem extraídos do questionário contextual da Prova Brasil, receberam atributos fixos para cada referência das variáveis. A Tabela 16 e a Tabela 17 mostram um exemplo do valor do atributo dado a uma das variáveis dos referidos indicadores.

**Tabela 17: Exemplo do valor do atributo dado a uma das variáveis do Indicador Socioeconômico.**

<b>VARIÁVEL</b>	<b>CLASSE DE REFERÊNCIA</b>	<b>VALOR DO ATRIBUTO</b>
Quartos para dormir	1	1
	2	2
	3	3
	4 ou mais	4
	não	0

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Tabela 18: Exemplo do valor do atributo dado a uma das variáveis do Indicador Sociocultural.**

VARIÁVEL	CLASSE DE REFERÊNCIA	VALOR DO ATRIBUTO
Na sua casa, tem TV em cores	1	1
	2	2
	3 ou mais	4
	não	0

Fonte: Elaborada pelo autor.

O Indicador de Infraestrutura e Recursos (Apêndice: Tabela 3), dividido por seis variáveis (Dependências; Serviços; Equipamentos; Tecnologia; Acessibilidade e Organização Pedagógica), segue uma lógica diferenciada na composição dos atributos. As porcentagens das variáveis desse indicador variam de 0% (mínimo) a 100% (máximo). Sabendo-se desse fator, optou-se por dividir o valor máximo (100%) por cinco (Tabela 18).

**Tabela 19: Composição do peso das variáveis do Indicador de Infraestrutura e Recursos segundo a sua porcentagem.**

(%) DA VARIÁVEL	VALOR ATRIBUÍDO
0 % A 20%	0
21% A 40%	1
41% A 60%	2
61% A 80%	3
81% A 100%	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

É importante ressaltar que a única variável que não seguiu essa estrutura de composição dos pesos foi a **Organização Pedagógica**, que tem como referência “*Média de alunos por turma*”. A categorização dessa referência é embasada pelo Parecer CNE/CEB nº 8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010 que estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica Pública, no qual:

4. A definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e por professor, que permita uma aprendizagem de qualidade. Nessa proposta, as seguintes relações aluno/professor por turma foram consideradas: (a) *Creche: 13 crianças*, (b) *Pré-escola: 22 alunos*, (c) *Ensino Fundamental, anos iniciais: 24 alunos*, (d) *Ensino Fundamental, anos finais: 30 alunos* e (e) *Ensino Médio: 30 alunos* (PARECER CNE/CEB, 2010, p. 19).

Sendo assim, a categorização dessa referência ficou da seguinte forma.

**Tabela 20: Composição do valor do atributo da referência “Média de alunos por turma”.**

MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA (%)	VALOR DO ATRIBUTO
10 a 30	4
31 a 35	3
36 a 40	2
41 a 50	1
Acima de 51	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Indicador de Escolarização (Apêndice: Tabela 4), assim como o de Infraestrutura e Recursos, segue uma lógica diferente em relação à composição dos pesos. Formado por quatro variáveis (Distorção idade-série, Abandono, Reprovação e Docentes com curso superior), este indicador é embasado nos indicadores de qualidade nas taxas de transição estipulados pelo Inep, no qual inferi que: a) quando as taxas de reprovação e abandono estiverem acima de 5% a situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar; b) quando as taxas estiverem acima de 15%, a situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola (INEP, 2013). A partir dessa colocação, a categorização das referências do Indicador de Escolarização ficou da seguinte forma:

**Tabela 21: Valor atribuído a cada classe de variáveis do Indicador de Escolarização.**

VARIÁVEIS					
Distorção Idade Série		Taxa de abandono e reprovação		Docentes com curso superior	
(%)	Valor do atributo	(%)	Valor do atributo	(%)	Valor do atributo
Até 5% dos alunos	4	0% a 3%	4	0 % A 20%	0
6% até 10% dos alunos	3	3,1% a 6%	3	21% A 40%	1
11% até 15% dos alunos	3	6,1% a 9%	2	41% A 60%	2
16% até 20% dos alunos	2	9,1% a 12%	1	61% A 80%	3
21% até 30% dos alunos	1	12,1% a 15%	0	81% A 100%	4
Acima de 31%	0				

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.3.3 Cálculo do Idsed

A partir da atribuição dos pesos dados às referências das variáveis de cada indicador e das informações necessárias descritas anteriormente, o cálculo da média ponderada dos indicadores foi projetado conforme os passos descritos abaixo.

#### **PASSO 1: Cálculo da média ponderada dos indicadores Socioeconômico, Sociocultural e Infraestrutura escolar:**

$$\bar{x}_p = \frac{\sum p \cdot x}{\sum p}$$

Sendo:

$p$  = Porcentagem observada em cada classe de referência

$x$  = valor do atributo adotado para classe

#### **PASSO 2: Cálculo da média ponderada do Indicador de Escolarização:**

- ✓ O resultado será obtido a partir da média do valor do atributo das variáveis, pois neste caso o peso para composição do nível de escolaridade foi considerado igual.

#### **PASSO 3: Valor do Idsed:**

- ✓ Para o cálculo do Idsed será considerado como peso ( $p$ ) a categorização adotada para os indicadores (4 para o Socioeconômico; 3 para o Sociocultural; 2 para Infraestrutura escolar; e 1 para Escolarização) e ( $x$ ) a média ponderada de cada indicador calculado conforme o Passo 1;
- ✓ Para obter um número relativo definido entre 0,00 (situação de extrema desigualdade) e 1,00 (situação de igualdade), divide-se o valor encontrado por 4 (ideal).

### 3.3 Idsed: análise regional entre as microrregiões tocantinenses

Partindo do pressuposto que os quatro indicadores do Idsed variam de zero a quatro, é importante ressaltar que quanto maior for a taxa do indicador, melhor será a situação socioeconômica, sociocultural, infraestrutural e educacional de uma determinada região, sendo que: de 0,0 a 1 o indicador é ruim; de 1,1 a 2 o indicador é fraco; de 2,1 a 3 o indicador é regular; de 3,1 a 4 o indicador é satisfatório; e 4 o indicador é considerado ideal. Diante disso, analisando a seguir a Figura 7 e 8<sup>16</sup>, em que mostra o Indicador Socioeconômico do 5º e do 9º ano do ensino fundamental, observa-se que nenhuma das oito microrregiões tocantinenses obteve taxas ideais ou satisfatórias, prevalecendo taxas de fraco a regular.

A microrregião de Gurupi apresenta o melhor indicativo socioeconômico em relação ao Indicador Socioeconômico do 5º ano, porém com 2,14, o índice é considerado regular. Em seguida, aparecem as microrregiões de Porto Nacional e Rio Formoso com a taxa de 1,90 (Fraco) cada uma. As disparidades maiores são encontradas entre as microrregiões do Jalapão (1,51), Bico do Papagaio (1,72) e Dianópolis (1,78).

A Figura 8, que mostra o Indicador Socioeconômico do 9º ano do ensino fundamental, segue com a mesma lógica do indicador do 5º ano, porém com um resultado mais baixo entre as microrregiões. A microrregião de Gurupi continua a exibir a melhor taxa, porém abaixo das averiguadas no perfil dos alunos do 5º ano, com 1,88 (Fraco). Com exceção da microrregião do Jalapão, que tem seu indicador socioeconômico do 9º ano (1,60) um pouco melhor do que do 5º ano do ensino fundamental (1,51), as demais obtiveram índices inferiores no 9º ano, sendo que: Araguaína com 1,78; Bico do Papagaio com 1,71; Dianópolis com 1,67; Gurupi com 1,88; Miracema do Tocantins com 1,77; Porto Nacional com 1,87 e Rio Formoso 1,82. Todas estão com níveis socioeconômicos considerados fracos, na escala de categorização de zero a quatro.

Esse fraco resultado no perfil socioeconômico dos estudantes da rede estadual de ensino, converge diretamente no baixo desempenho escolar mostrado no Capítulo II. Como observado na Figura 7 e 8, todas as microrregiões possuem níveis socioeconômicos baixíssimos, sobretudo as microrregiões do Jalapão, Bico do Papagaio e Dianópolis. Estas microrregiões, assim como nas taxas de transição no que se refere à aprovação, à reprovação, ao abandono e ao fenômeno da distorção idade/série destacadas no Capítulo II, são as mais

---

<sup>16</sup> Verificar dados para composição do Indicador Socioeconômico na Tabela 5 do Apêndice.

preocupantes. Um dos fatores que corroboram por esse baixo nível está ligado às altas taxas de analfabetismo e ao baixo nível de escolaridade entre a população adulta nas referidas microrregiões. Esses dois fatores já contribuem de forma substancial para o insucesso e o fracasso escolar, guardando o problema cíclico da pobreza nessas regiões em detrimento de outras.

De acordo com o Gráfico 11, o Tocantins apresenta tanto no 5º (1,83) quanto no 9º ano (1,77) do ensino fundamental, um indicativo socioeconômico considerado fraco. Esse resultado é reflexo da média geral entre as microrregiões tocantinenses que, como já explicado, estão na faixa de fraco a regular. Quando analisado o comparativo entre microrregiões e a média tocantinense, observa-se que as microrregiões de Gurupi, Porto Nacional e Rio Formoso são as únicas que estão acima da média estadual nas duas séries analisadas (ver Gráfico 11). As demais estão todas abaixo da média tocantinense. Essa comparação indica que o estado, de um modo geral, apresenta fragilidades quanto aos aspectos socioeconômicos entre os alunos do ensino fundamental. No entanto, por se tratar de média, algumas regiões apresentam melhores ou piores indicadores, o que podemos definir como desigualdade socioeconômica entre as regiões estaduais.

Figura 7: Mapa do Indicador Socioeconômico do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.

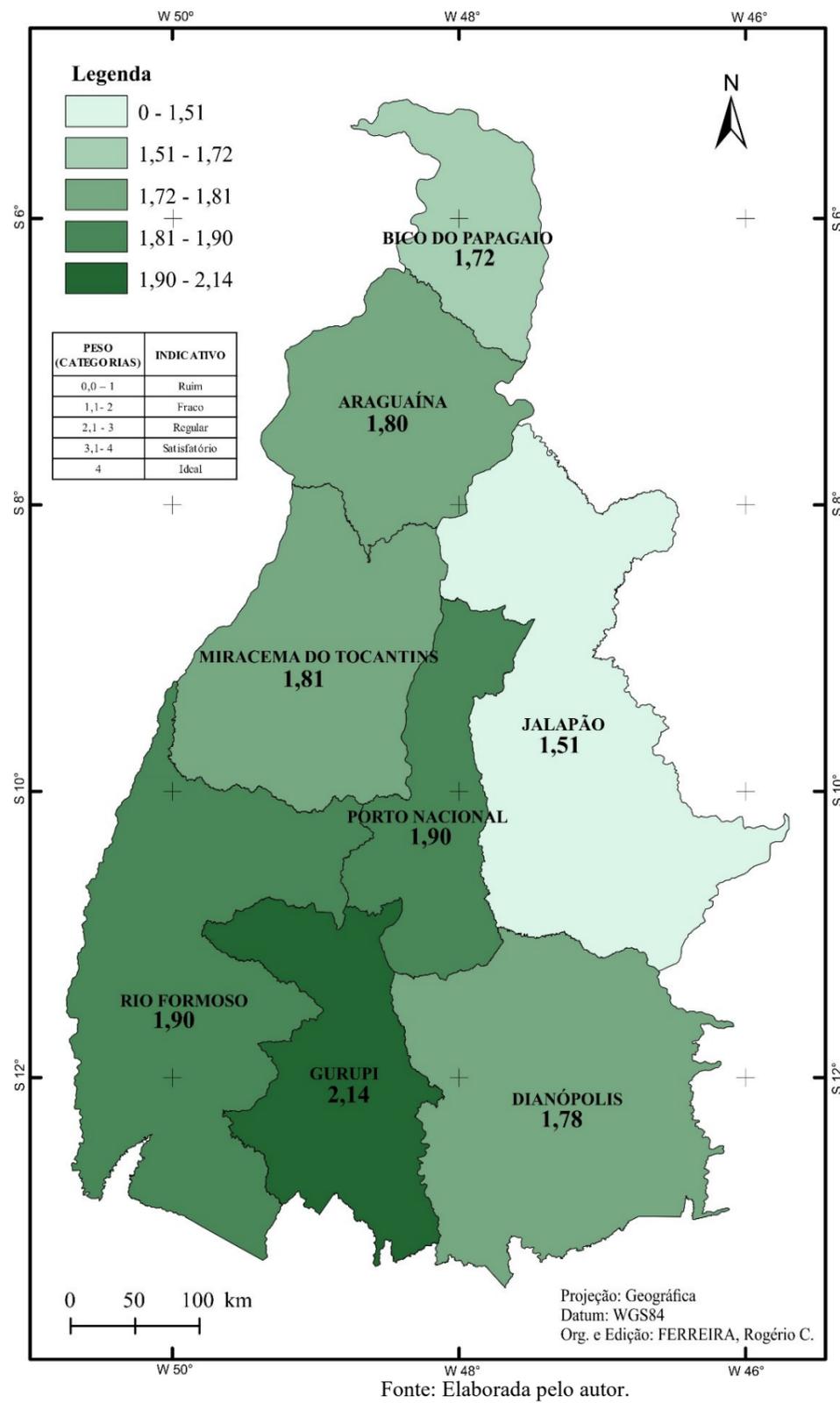
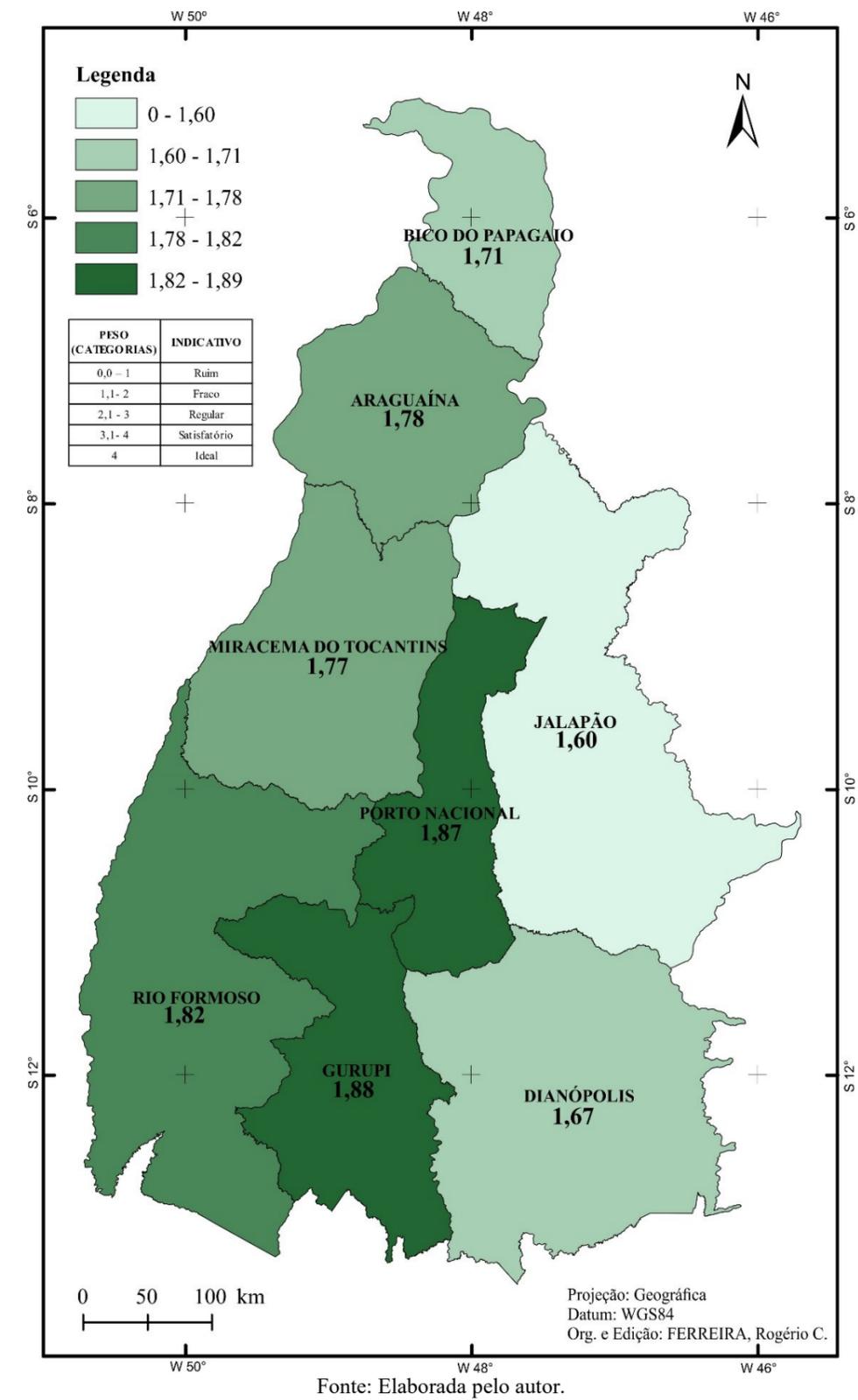
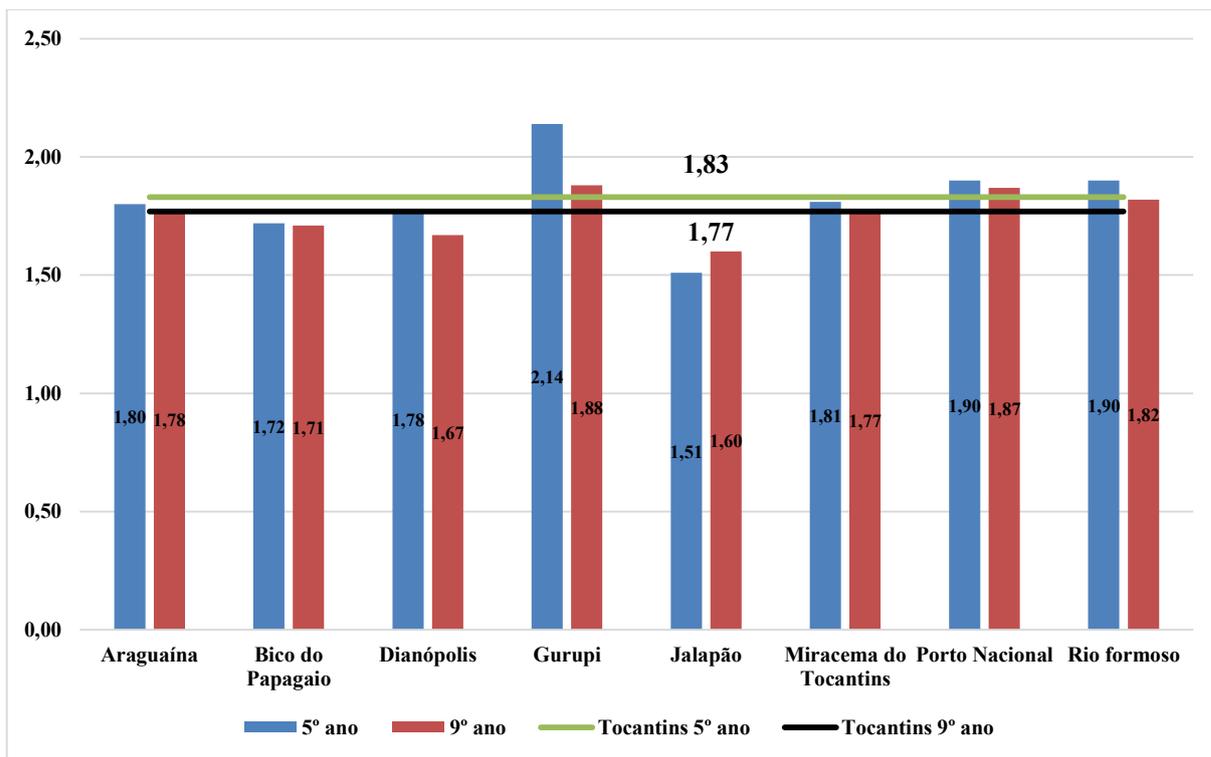


Figura 8: Mapa do Indicador Socioeconômico do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.



**Gráfico 11: Ensino fundamental – Indicador Socioeconômico do Idsed – 2013.**

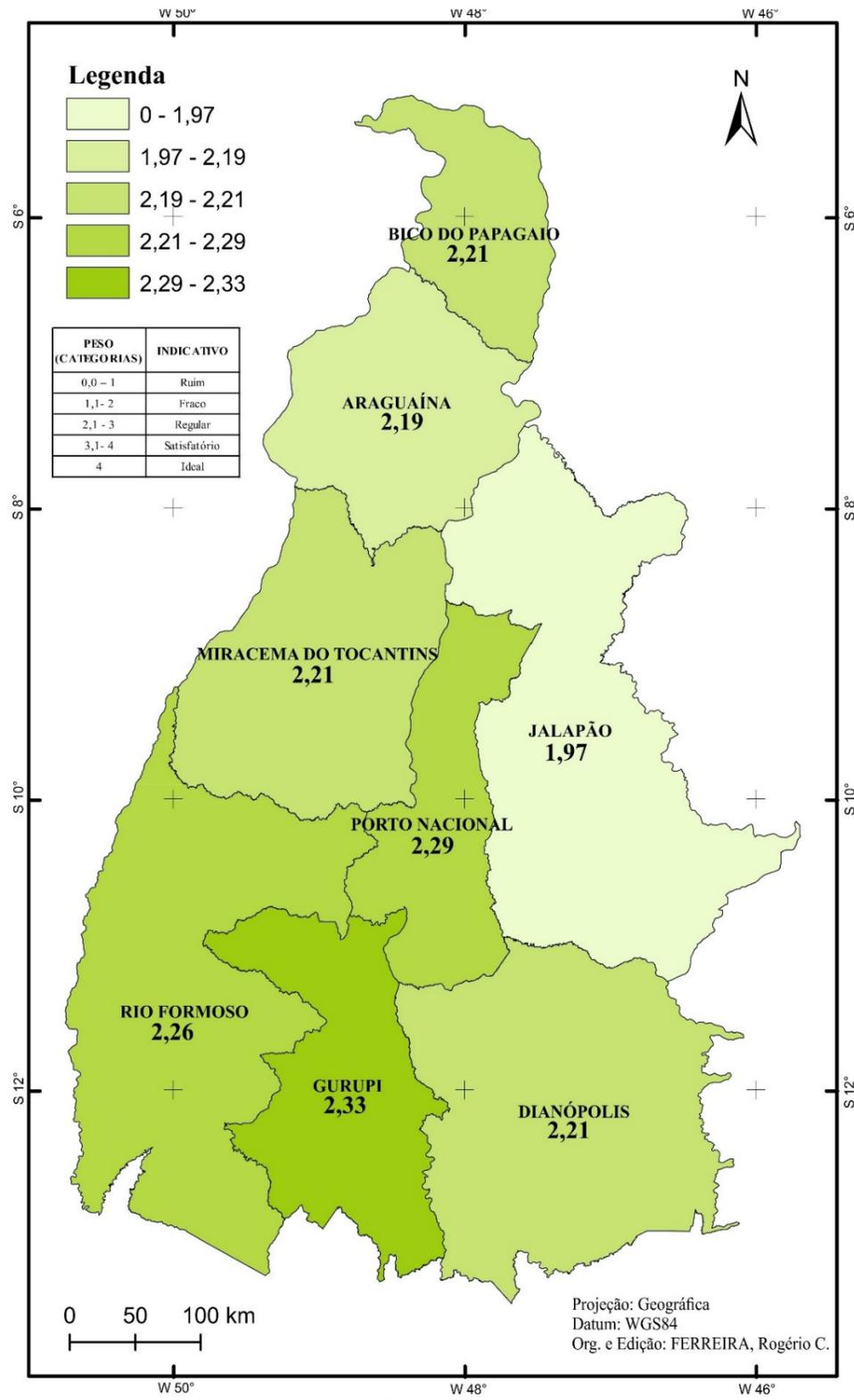
Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere ao mapa do indicador sociocultural do 5º ano e 9º ano do ensino fundamental da rede estadual (Figura 9 e 10)<sup>17</sup>, os resultados mostram que o nível sociocultural entre as microrregiões, assim como o indicador socioeconômico, transita apenas entre o fraco e regular. É importante ressaltar que este indicador possui oito variáveis que tratam em especial do acesso à rede de informação e comunicação como, por exemplo, a aquisição de computadores e televisão, além do hábito de ler jornais, revistas e livros.

De acordo com a Figura 9, a microrregião de menor indicador sociocultural por estudante do 5º ano do ensino fundamental é a região do Jalapão com 1,97 (Fraco), em seguida, a microrregião de Araguaína com 2,19 (Regular). Bico do Papagaio, Miracema do Tocantins e Dianópolis encontram-se com uma taxa de 2,21, apresentando um indicativo regular. As microrregiões de Porto Nacional (2,29) e de Rio Formoso (2,26) aparecem em seguida. Apesar dos índices estarem entre fracos e regulares, a microrregião de Gurupi se destaca com o melhor Indicador Sociocultural, com 2,33. É importante salientar que essa taxa apresentada por Gurupi é mais elevada do que a taxa do estado, que está em 2,31.

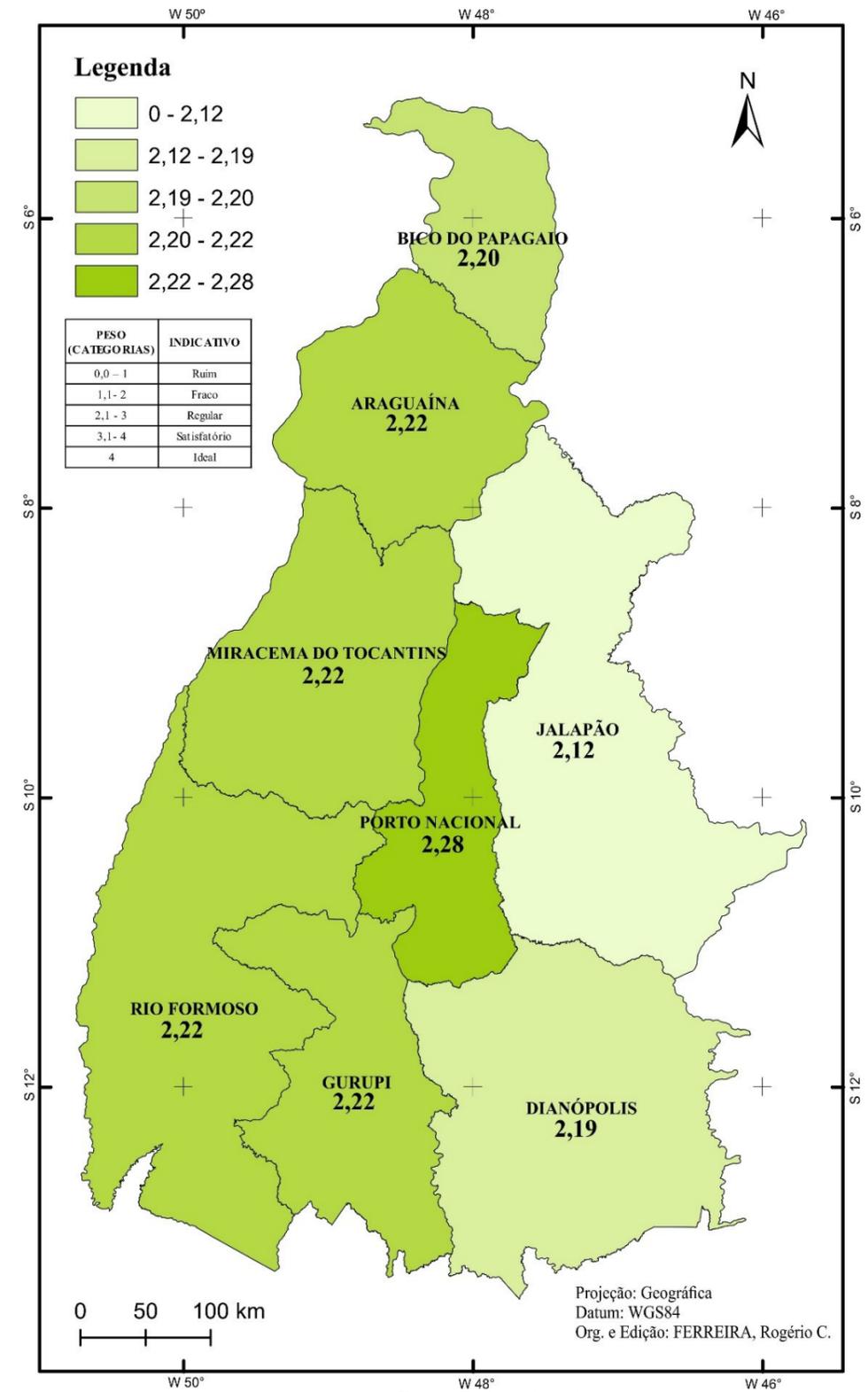
<sup>17</sup> Verificar dados para composição do Indicador Sociocultural na Tabela 6 do Apêndice.

Figura 9: Mapa do Indicador Sociocultural do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 10: Mapa do Indicador Sociocultural do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.

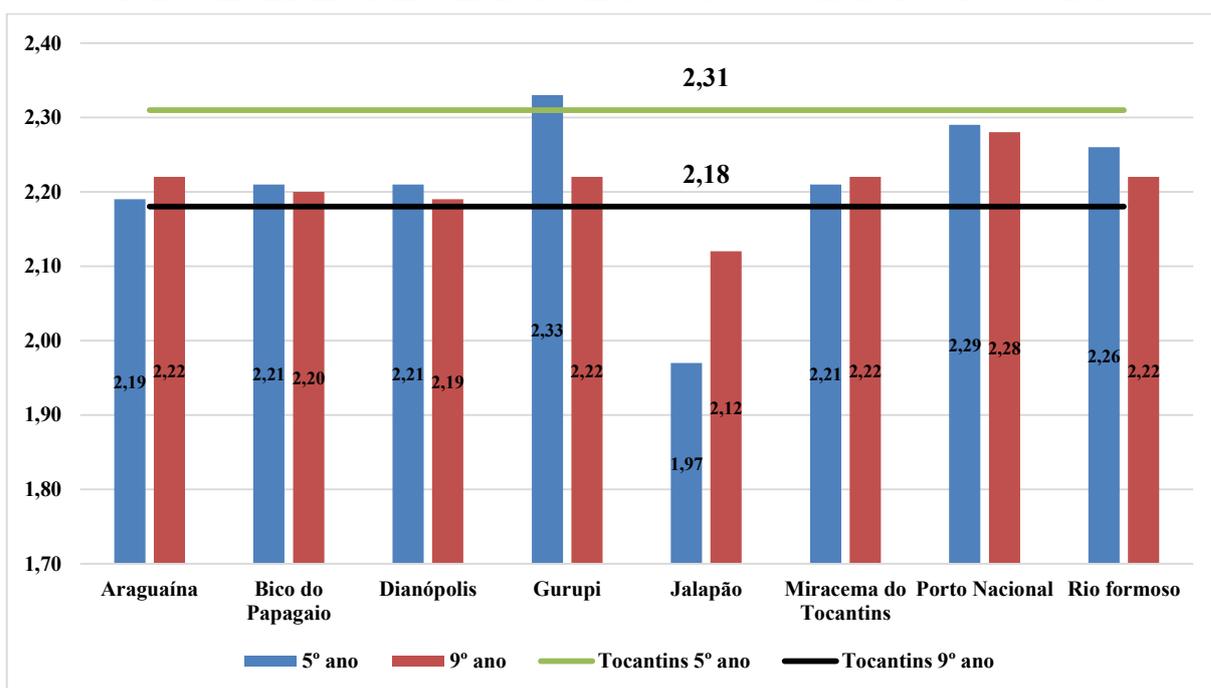


Fonte: Elaborada pelo autor

Diante desse cenário, o estado do Tocantins apresenta frágeis indicadores socioculturais para os estudantes do 5º ano do ensino fundamental da rede estadual. Lembrando que estes estudantes são ainda crianças ou adolescentes que posteriormente se tornarão jovens e adultos participando, dessa forma, da População Economicamente Ativa (PEA). Mas, para que essa caminhada seja de sucesso é necessário que haja políticas públicas, que invistam nos aspectos culturais de maneira que desenvolva a leitura crítica, a interpretação. Enfim, um incentivo para o acesso, a permanência e o êxito nas instituições de ensino.

A Figura 10 reporta ao mesmo indicador (Sociocultural) já discutido, porém com estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede estadual. É relevante frisar que a maioria já apresenta uma taxa um pouco mais elevada, segundo a abordagem a seguir: Araguaína (2,22), Bico do Papagaio (2,20), Dianópolis (2,19), Gurupi (2,22), Jalapão (2,12), Miracema do Tocantins (2,22), Porto Nacional (2,28) e Rio Formoso (2,22) (ver Gráfico 12). Podemos observar que apesar dos índices terem sido um pouco mais elevados em relação ao 5º ano e em relação à média tocantinense (exceto a microrregião do Jalapão), estando no nível satisfatório, é nesse grau de escolaridade que os estudantes apresentam maior fracasso escolar, de acordo com os dados do Inep (2014). Esse fracasso escolar nas últimas séries do ensino fundamental é preocupante, pois compromete as perspectivas futuras do jovem enquanto cidadão.

**Gráfico 12: Ensino Fundamental – Indicador Sociocultural do Idsed – 2013.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com as Figuras 11 e 12<sup>18</sup>, inicia-se a discussão sobre a 2ª classe dos indicadores do Idsed, atreladas às informações escolares, em que se subdivide em dois indicadores: Infraestruturas e Recursos, com seis variáveis e Escolarização, com quatro variáveis (ver Quadro 2). A Figura 11 apresenta o mapa do Indicador de Infraestrutura e Recursos. Esse indicador possui seis variáveis (dependências, serviços, equipamentos, tecnologia, acessibilidade e organização pedagógica), nas quais, depois dos cálculos da média ponderada, apresentam as seguintes informações: Araguaína (3,01), Bico do Papagaio (2,68), Dianópolis (3,06), Gurupi (2,92), Jalapão (1,82), Miracema do Tocantins (3,16), Porto Nacional (2,35) e Rio Formoso (2,45).

Observa-se que das oito microrregiões, três possuem nível satisfatório de infraestrutura (Araguaína, Dianópolis e Miracema do Tocantins), quatro possuem nível regular (Bico do Papagaio, Gurupi, Porto Nacional e Rio Formoso) e apenas uma, no caso a microrregião do Jalapão, apresenta nível fraco. Levando em consideração a média tocantinense, que é 2,75 (regular), nota-se que as regiões mais fragilizadas infraestruturalmente são as microrregiões do Jalapão, do Bico do Papagaio, de Porto Nacional e do Rio Formoso.

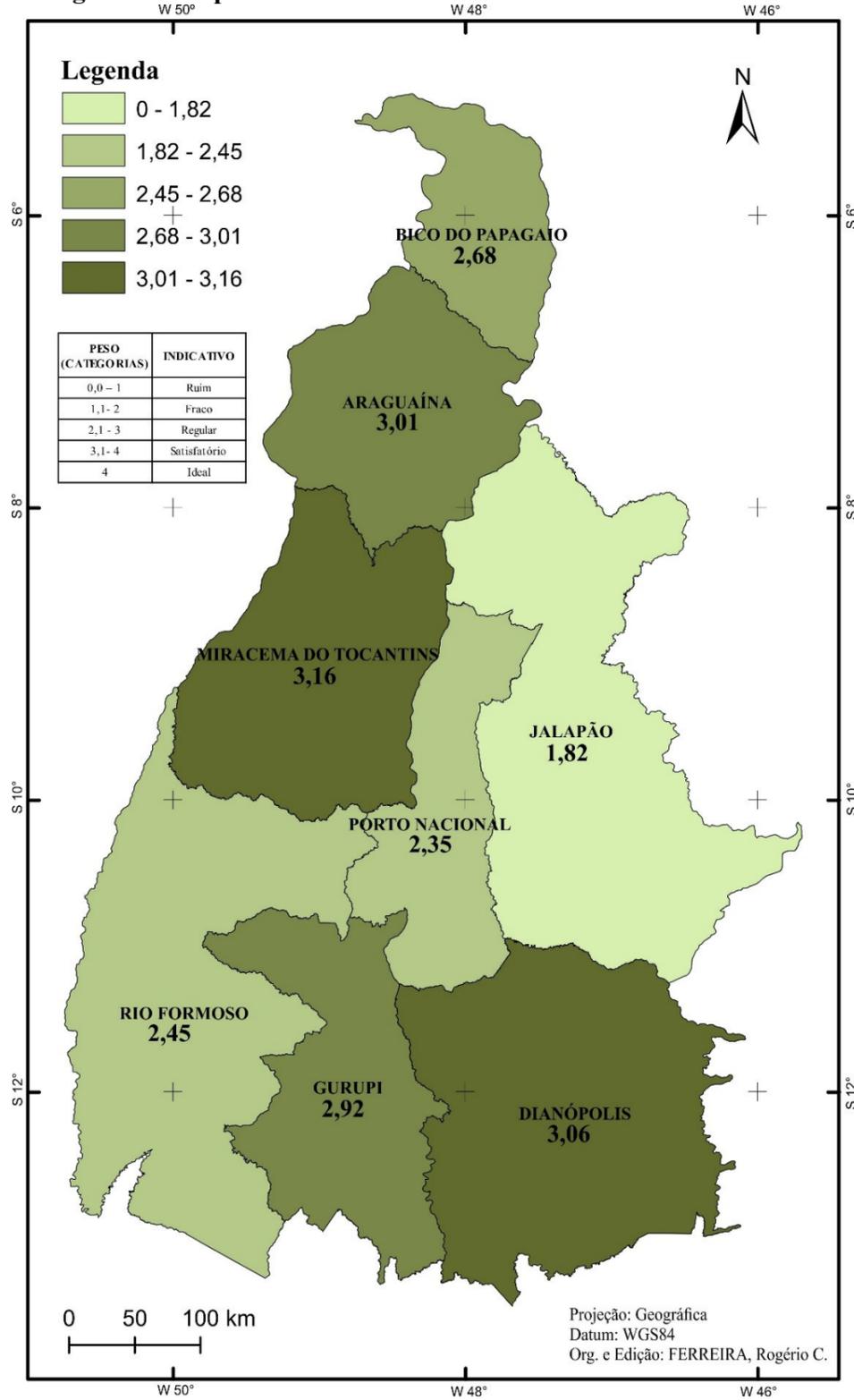
Por conseguinte, a microrregião do Jalapão se destaca, negativamente, pela vulnerabilidade dos aspectos socioeconômicos e socioculturais e agora nos infraestruturais. A realidade apresentada por essa região nos instiga a refletir sobre algumas questões relacionadas às políticas públicas. Será que os gestores federais, estaduais e municipais também têm conseguido ver essa realidade? Existem políticas públicas projetadas, planejadas de maneira que venha minimizar esses impactos sociais nessa região? Os dados apresentados não nos permitem afirmar que não há políticas públicas com essa finalidade para essa região.

A Figura 12 apresenta o mapa do Indicador de Escolarização, elemento de suma importância para cruzamento com as informações anteriores. Esse indicador possui quatro variáveis, sendo que três retratam o fracasso escolar (Distorção idade/série; abandono; e reprovação) e uma retrata o percentual de docentes com superior completo. Essa figura traz as seguintes informações: Araguaína (2,80), Bico do Papagaio (2,60), Dianópolis (2,60), Gurupi (2,80), Jalapão (2,40), Miracema do Tocantins (2,60), Porto Nacional (3,00) e Rio Formoso (3,00).

---

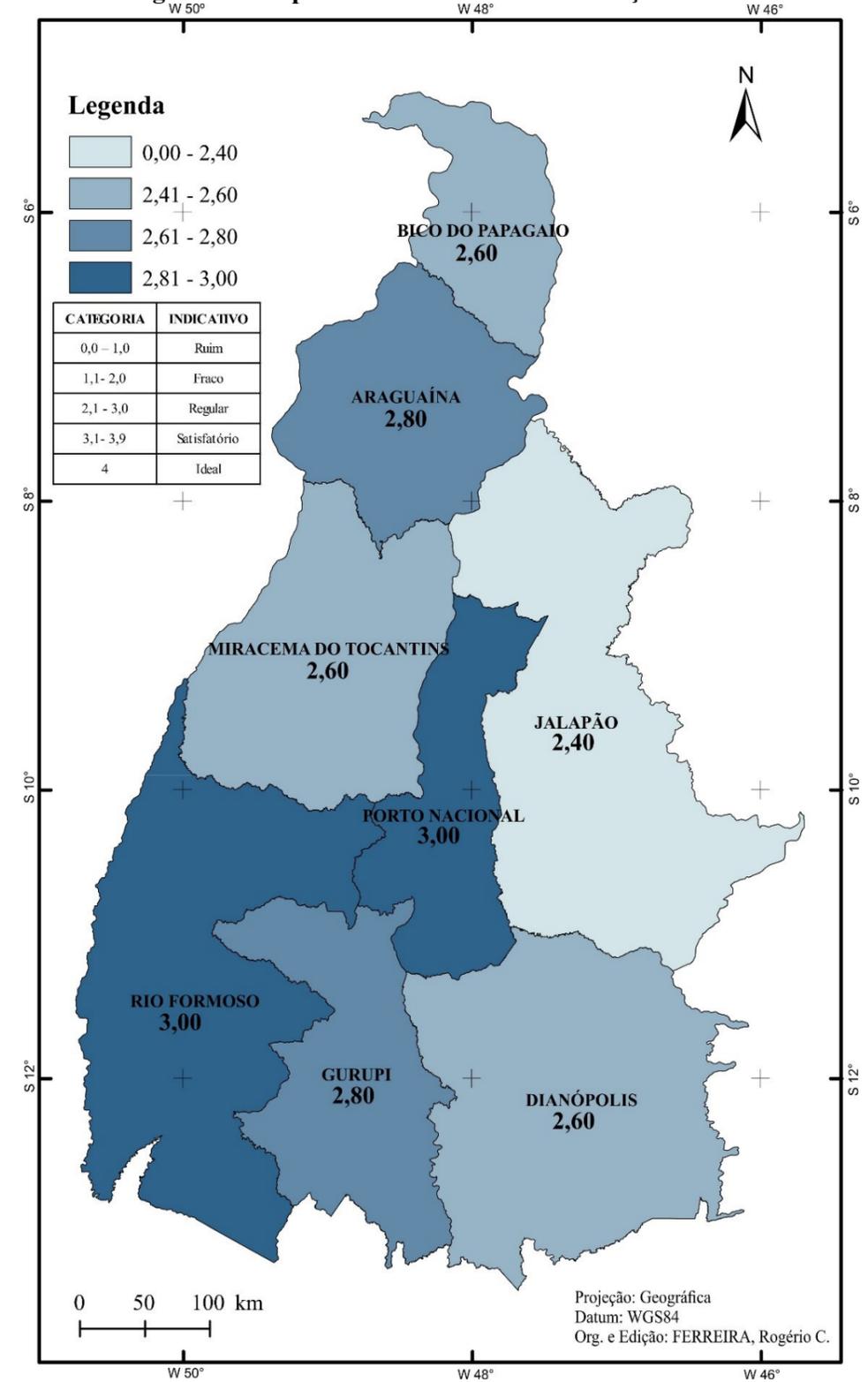
<sup>18</sup> Verificar dados para composição do Indicador de Infraestrutura e Recursos na Tabela 7 do Apêndice 7 e de Escolarização na Tabela 8 do Apêndice.

Figura 11: Mapa do Indicador de Infraestrutura e Recursos – 2013.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 12: Mapa do Indicador de Escolarização – 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

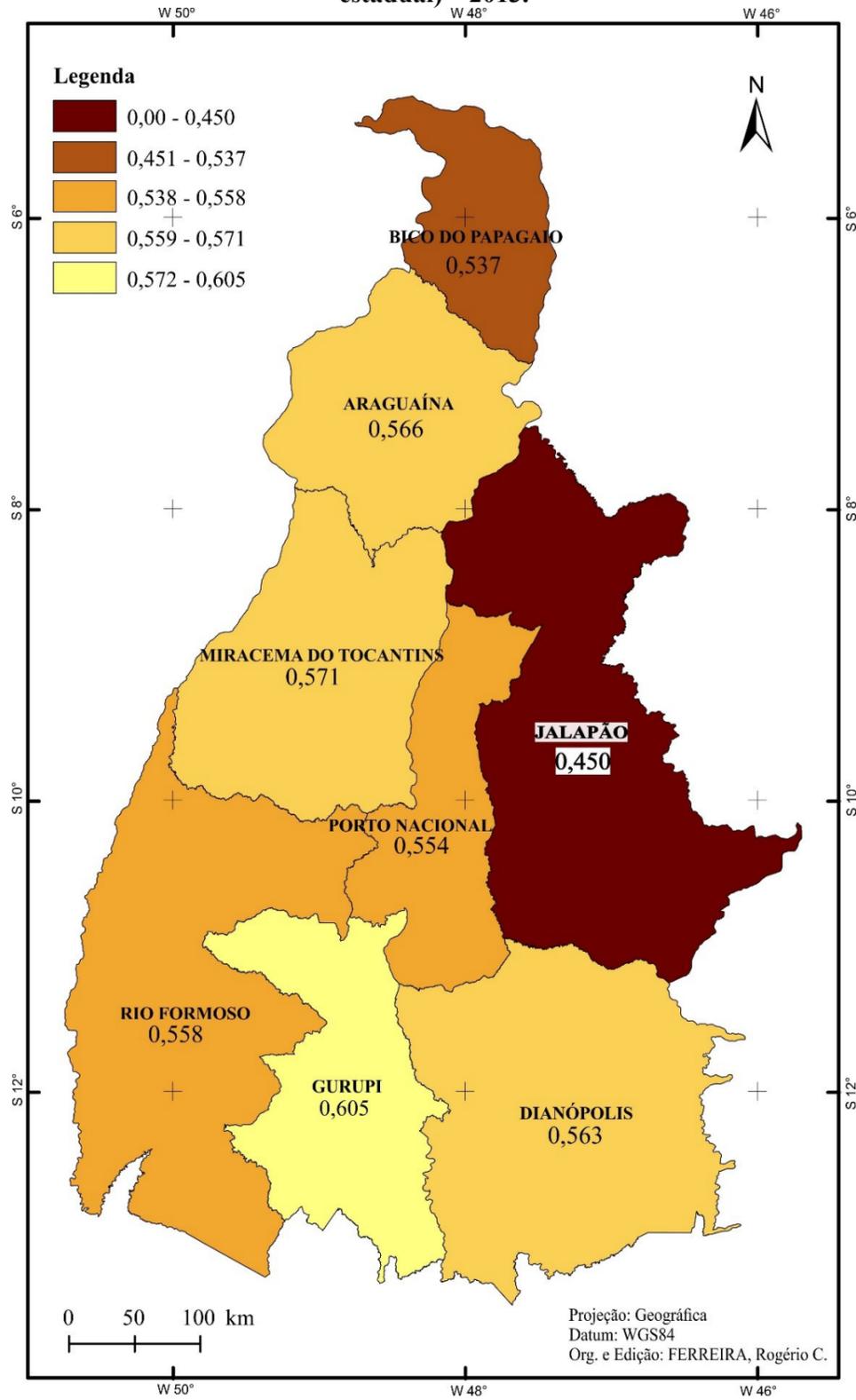
Observa-se que todas as microrregiões estão no nível regular (2,1 a 3,0), tendo como destaque a microrregião de Porto Nacional e Rio Formoso. A região do Jalapão foi a que apresentou o nível mais fraco de escolarização, com respectivamente 2,40. Esse baixo nível é proporcionado, sobretudo pelas altas taxas de reprovação e evasão escolar que aumentam as taxas de distorção idade/série o que acaba contribuindo, conseqüentemente, para um desarranjo regional, no qual o fracasso escolar se materializa em regiões mais carentes de recursos tanto socioeconômicos quanto socioculturais. Dessa forma, no caso da microrregião do Jalapão, que vem apresentando os menores indicadores socioeconômico, sociocultural, infraestrutural e conseqüentemente de escolarização, nos remete ao entendimento de que um fator reflete ao outro.

No entanto, essa subordinação não ocorre em todas as microrregiões. A microrregião de Gurupi, por exemplo, possui um nível socioeconômico, sociocultural e de escolarização que se destaca entre as demais. Essa região se caracteriza por ter uma das mais altas taxas de distribuição dos rendimentos domiciliares per capita em salários mínimos do Tocantins (ver Gráfico 6). Além disso, possui também as melhores taxas de transição e de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (ver Tabela 10). No entanto, a região de Gurupi, não configura como a melhor em termos de infraestrutura e recursos escolares. Assim, pode-se inferir que o fator infraestrutura e recursos escolares, apesar de ser importante, não é o principal inibidor para a baixa escolarização, e sim o fator socioeconômico e sociocultural do indivíduo que traz em seu cerne a relação extraescolar do aluno.

Diante do cenário apresentado entre os quatro indicadores que compõe o Índice de Desigualdade Sócio Educacional (Idsed), parte-se agora para a análise do conjunto, ou seja, do próprio índice. Vale ressaltar que o Idsed tem sua variação mínima de zero (0,00) (extrema desigualdade) e máxima, um (1,00) (situação de igualdade). Sendo assim, as Figuras 13 e 14 apresentam o mapa do Idsed do 5º ano e 9º ano do ensino fundamental da rede estadual.

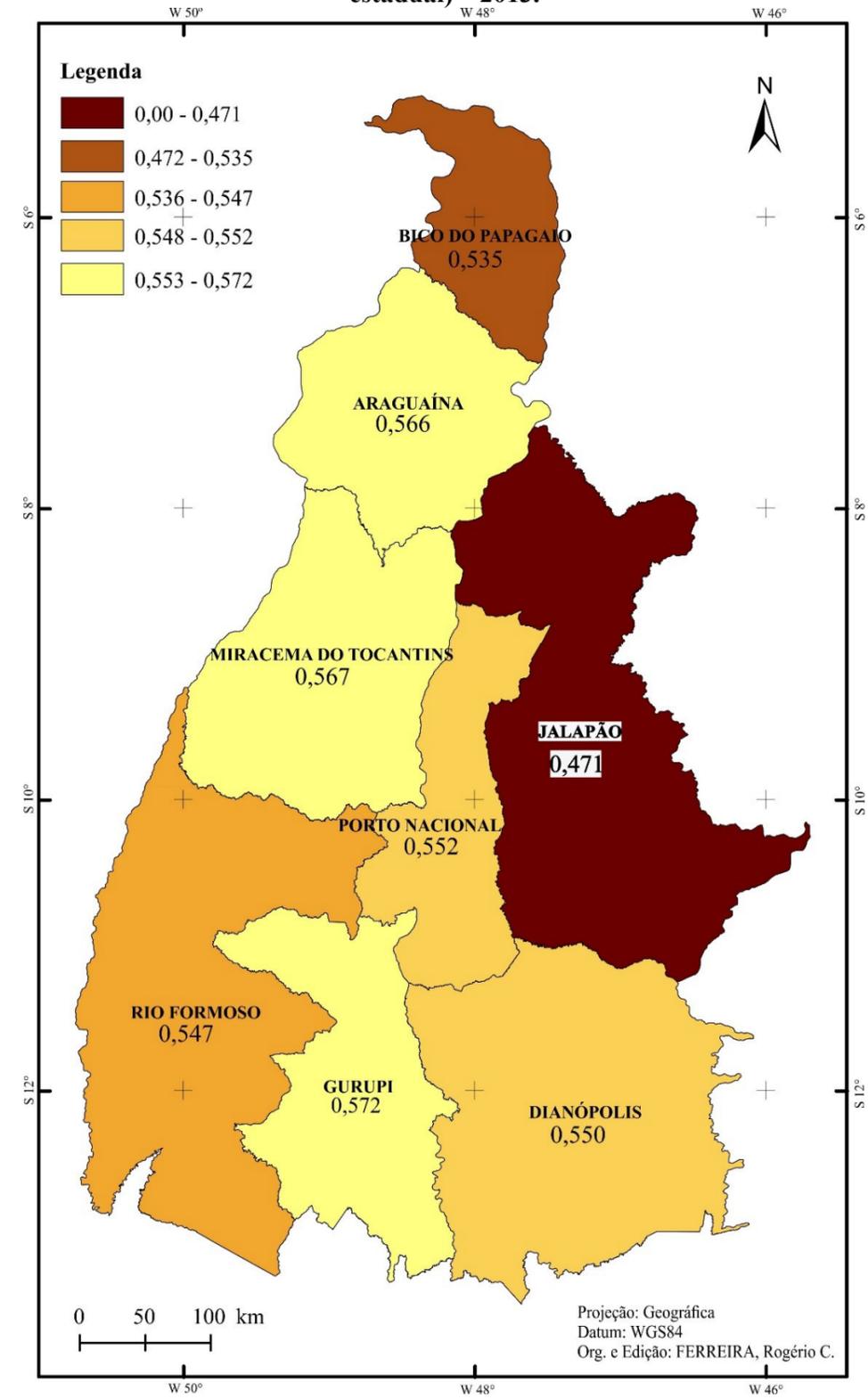
Em termos gerais, em relação aos estudantes do 5º ano do ensino fundamental, observa-se que apenas a microrregião do Jalapão está no nível alto de desigualdade socioeducacional (0,00 a 0,499), com 0,450 respectivamente. As demais possuem nível médio de desigualdade socioeducacional, ou seja, estão entre 0,500 e 0,799, apresentando os seguintes índices: Araguaína (0,566), Bico do Papagaio (0,537), Dianópolis (0,563), Gurupi (0,605), Miracema do Tocantins (0,571), Porto Nacional (0,554) e Rio Formoso (0,558) (Figura 13).

Figura 13: Mapa do Índice de Desigualdade Socioeducacional do 5º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 14: Mapa do Índice de Desigualdade Socioeducacional do 9º ano do ensino fundamental (rede estadual) – 2013.

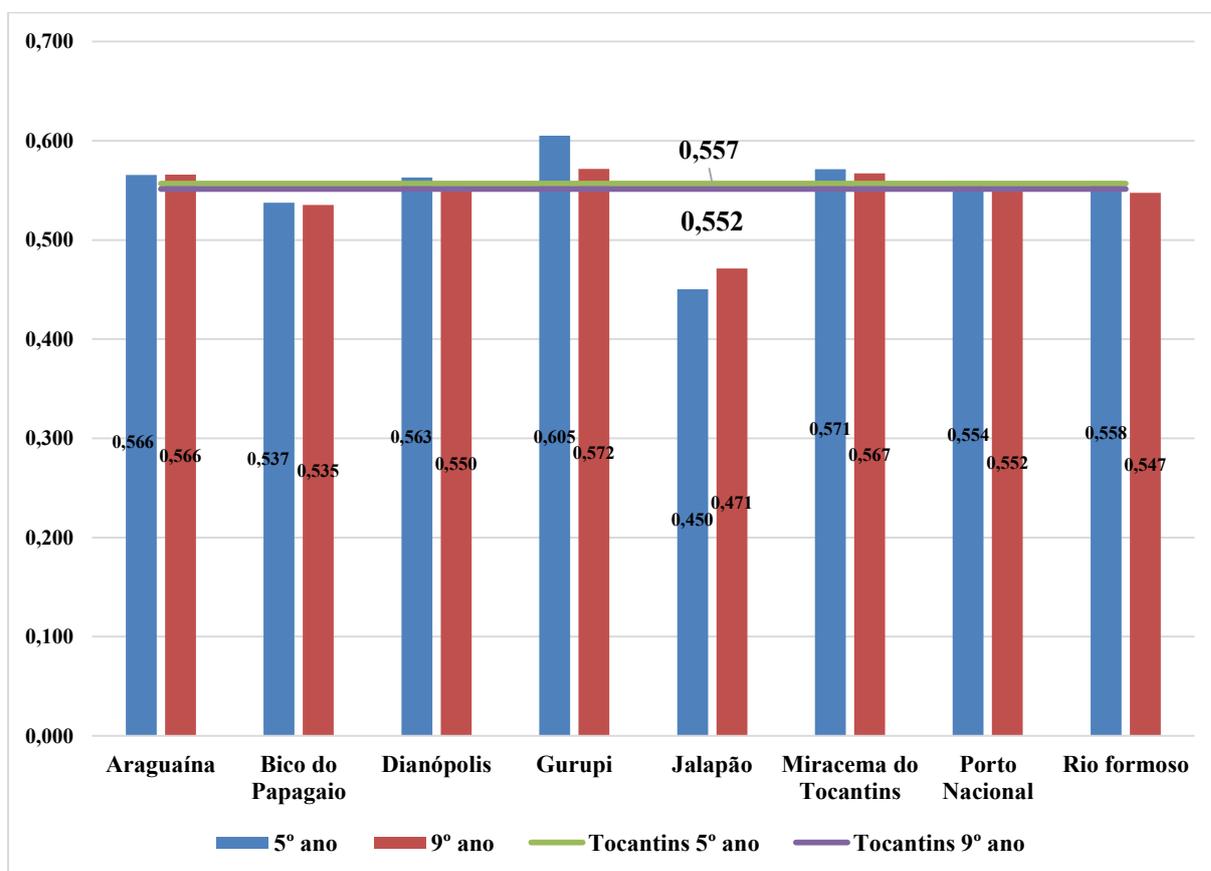


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Idsed referente aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental apresenta níveis de desigualdade socioeducacional mais altos do que ao do 5º ano. As únicas regiões que mantiveram ou melhoraram o nível de desigualdade socioeducacional foram as microrregiões de Araguaína (0,566 no 5º ano para 0,566 no 9º ano) e a do Jalapão que ainda continua com alto índice de desigualdade socioeducacional (0,450 no 5º ano para 0,471 no 9º ano). As demais aumentaram seus níveis de desigualdade socioeducacional de forma significativa, sendo que a microrregião de Gurupi foi a que apresentou o maior desnível socioeducacional entre os alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental. Enquanto os alunos do 5º ano possuem uma taxa de 0,605, obtendo a melhor média entre as demais microrregiões, os alunos do 9º ano obtiveram um nível de desigualdade socioeducacional de 0,572, ou seja, aumentou o nível de desigualdade.

O Gráfico 13 ilustra melhor a relação entre as microrregiões e o Tocantins. Vejamos a seguir.

**Gráfico 13: Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) do 5º e 9º ano do ensino fundamental – 2013.**



O gráfico acima mostra que a desigualdade socioeducacional tocantinense é um pouco mais acentuada no 9º ano (0,552) do que no 5º ano (0,557) do ensino fundamental. O comparativo entre as microrregiões e o Tocantins revela que os níveis de desigualdade socioeducacional são mais acentuados nas microrregiões do Bico do Papagaio e do Jalapão. Essas duas regiões se caracterizam pela alta taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, já retratada no Capítulo II (ver Tabela 10). Conseqüentemente, uma região que possui um grande número de analfabetos entre a população que está entrando na faixa populacional de pessoas economicamente ativa, acaba por favorecer a baixa distribuição dos rendimentos domiciliares per capita em salários mínimos (ver Gráfico 6). Esse é o caso das duas microrregiões em destaque, que se caracterizam por possuir, em sua maioria, um contingente populacional que recebe até um (1) salário mínimo. As demais microrregiões estão próximas ao índice do Tocantins, com destaque para Gurupi (0,605/5º ano; 0,572/9º ano), Araguaína (0,566/5º ano; 0,566/9º ano) e Miracema do Tocantins (0,571/5º ano; 0,567/9º ano) por estarem acima da média tocantinense.

Diante desse contexto, em que as relações de desigualdade educacional presentes entre as microrregiões tocantinenses refletem desigualdades regionais mais amplas, pode-se inferir que parte das desigualdades regionais aqui apresentadas, a partir dos indicadores sociais e pelo comparativo dos indicadores do Idsed, consiga ser explicada pela composição social das populações de cada região, isto é, pela origem social do jovem, que afeta muito o seu nível educacional. Regiões com maiores proporções de pessoas vindas de famílias com características socioeconomicamente e socioculturalmente desvantajosas tendem a apresentar menores níveis educacionais, como é o caso das microrregiões do Bico do Papagaio e do Jalapão.

Em suma, as diferenças sócio educacionais refletem nas desigualdades regionais. Todos os indicadores de desenvolvimento das regiões revelam as desigualdades presentes no território tocantinense. Essas desigualdades se encarnam no desenvolvimento do processo educacional, causando as desigualdades socioeducacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal questionamento que se buscou responder neste trabalho foi como se apresenta a desigualdade socioeducacional tocantinense enquanto indutora das desigualdades regionais, isto é, enquanto um dos determinantes do comportamento da desigualdade regional.

Para se chegar a essa conclusão, iniciaram-se discussões com uma visão macro sobre o tema. Para tanto, buscou-se um debate com uma abordagem histórica e conceitual a respeito da noção de região que permeia a Geografia, buscando analisar sua evolução de 1870, ano em que a ciência geográfica é institucionalizada, aos dias atuais. A discussão permeou entre as mudanças de paradigmas dentro da própria ciência e ligou a um pensamento político, a fim de nortear a reflexão sobre desenvolvimento e desigualdade em contextos regionais no Brasil e no Tocantins a partir das políticas desenvolvimentistas implantadas, sobretudo na Amazônia Legal. Foi observado que a discussão sobre o desenvolvimento regional surge em um momento em que o mundo, sob o prisma do capitalismo industrial, já está concomitantemente unificado e dividido, surgindo a ideia de uma economia mundial. O Tocantins, nesse contexto, foi criado em um cenário, em que as regiões não são mais autônomas, pelo contrário, são dependentes de processos gerais e universais, em maior ou menor grau, sobretudo pelo advento da globalização.

A partir dessas análises, discutiu-se também sobre as condições socioeconômicas que fragilizam o processo escolar e que inibem o prevaecimento dos fatores de desenvolvimento social e econômico regional. Partindo da ideia de que os técnicos e os burocratas das mais variadas instâncias utilizam os indicadores sociais como uma importante ferramenta para o ordenamento de políticas e programas de planejamento estaduais, empresariais e da sociedade civil, a análise começou com o debate sobre indicadores sociais e suas variáveis. Foi observado que muitos indicadores como, por exemplo, o IDH, Índice de Gini, entre outros, assinalam ou indicam uma determinada tendência de evolução das condições sociais de uma determinada sociedade, mas que não podem refletir as suas reais condições, e sim dar um indicativo. A partir dessas considerações, e preocupando-se em entender em qual contexto regional os sujeitos estão inseridos, fez-se um diagnóstico dos indicadores socioeconômicos e educacionais no Tocantins.

O diagnóstico que se obteve mediante a avaliação da evolução demográfica e dos indicadores socioeconômicos, sobretudo os referentes às taxas educacionais de transição (aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série), como parte da gestão estadual, permitiu tecer as considerações apontadas a seguir.

- O Tocantins possui um grande número de municípios na faixa de até 10 mil habitantes (ao todo 113 municípios). Esse grande volume contribui para que o Tocantins possua uma das mais baixas taxas de densidade demográfica do Brasil, respectivamente de 4,98 Hab./km<sup>2</sup>. Apesar dessa grande quantidade de municípios na faixa de até 10 mil habitantes, a população tocaninense se concentra mesmo nos polos centrais do estado, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Juntos, esses cinco municípios concentram aproximadamente 40% de toda população tocaninense, cerca de 549.157 habitantes respectivamente. Esse comportamento reflete, sobretudo, na expansão das atividades econômicas desses municípios, que incentivaram fluxos migratórios.
- Em relação ao IDH, os dados revelaram uma significativa melhoria nas condições de vida da população tocaninense. Em 1991, o Tocantins ocupava o 25º lugar no Brasil, em 2000, subiu sete posições, ficando em 18º lugar e, no último levantamento realizado em 2010, mais de vinte anos depois da emancipação política administrativa de Goiás, o estado ocupa o 14º lugar. Em que pese o estado estar galgando posições no ranking nesses últimos anos, foi verificado algumas divergências entre o discurso oficial do estado e a realidade social, por exemplo: no indicador renda (PIB e distribuição per capita do PIB), apesar do estado estar aumentando seu PIB ao longo dos anos, os dados apontaram para um lento processo na melhoria da distribuição de renda, em que a concentração de renda continua alta, visto que a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres apresenta 15,82%.
- Outra situação observada é que, ao mesmo tempo em que a produção tocaninense se potencializou, algo que se percebe na evolução da renda per capita entre as famílias, da mesma forma, aumentou também a desigualdade, demonstrado pelo Índice de Gini.
- Em relação à população que vive sem rendimentos foi observado que há uma significativa redução na média geral do Tocantins. Porém, quando analisada essa informação para as oito microrregiões do estado percebe-se as desigualdades

socioeconômicas regionais. As microrregiões do Jalapão (11%) e de Dianópolis (9%) foram as que registraram as mais baixas taxas de famílias sem rendimentos.

- Em relação à Educação, quando apresentados os indicadores da Educação Básica, nota-se um panorama preocupante entre a 1ª fase ciclo da Educação Básica e a 2ª fase. Enquanto o ensino fundamental no Tocantins é o único indicador praticamente universalizado, onde as taxas de matrículas chegam próximas a 100%, o Ideb continua sempre acima na média projetada, o ensino médio faz o caminho oposto, em qual as taxas de matrículas não chegam a 90%, e o Ideb regrediu consideravelmente, estando abaixo da média projetada.
- O cenário demonstrado a partir do levantamento das taxas educacionais de transição entre o Brasil, o Tocantins e suas microrregiões revelou um ritmo diferenciado dos avanços em cada região, desempenhando uma clara tendência à regionalização do analfabetismo e de sua concentração em regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente, como é o caso do Bico do Papagaio de Dianópolis e do Jalapão. Os dados apontam para um descompasso temporal entre as microrregiões em relação a erradicação do analfabetismo, gerando desníveis regionais. Apesar dos esforços e das políticas públicas voltadas para a universalização dos ensinos fundamental e médio, este cenário também foi refletido na análise da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental (aprovação; reprovação; abandono; e distorção idade/série).

O diagnóstico apresentado, principalmente em relação aos desníveis regionais entre as microrregionais, relacionado à educação, chamou a atenção para a importância e necessidade de se analisar, para além do desempenho dos estudantes, os fatores contextuais extraescolares passíveis de intervenção que possam trazer melhorias tanto para o sistema educacional como para a sociedade em geral, no caso o fator socioeconômico e o fator sociocultural. Assim, o Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) desenvolvido no trabalho poderá contribuir para outros estudos que buscam avaliar o efeito educação escolar e fatores extraescolares, permitindo uma maior compreensão dos desarranjos escolares e das desigualdades regionais.

Dessa forma, a partir do desenvolvimento do referido índice foi possível cartografar as desigualdades socioeducacionais entre as microrregiões do Tocantins. Observou-se que as regiões com baixo indicador de escolarização são as mesmas regiões em que os indicadores socioeconômicos e socioculturais são baixos também. Isso se comprova ao relacionar os

indicadores socioeconômicos das microrregiões do Jalapão e do Bico do Papagaio com suas taxas educacionais de transição. Ambas possuem o maior contingente de pessoas analfabetas e que vivem sem rendimentos, esses fatores, por si só aumentam as chances de fracasso escolar entre os estudantes.

Assim, numa perspectiva mais ampla, essa pesquisa permitiu também avaliar em que medida o Estado, com as suas opções de políticas públicas e territoriais, está reproduzindo as desigualdades ou atuando no sentido de sua superação. Ademais, com o desenvolvimento do Índice de Desigualdade Socioeducacional foi possível avaliar as condições de desigualdade, marginalidade e fragilidade presentes na rede estadual de ensino do Tocantins, uma vez que esse indicador parte da compreensão de que as relações sociais de produção capitalista são desiguais e projetam tais desigualdades, próprias das condições de acesso ao mercado, na estruturação das escolas, de acordo com os bens materiais e simbólicos que dispõem os beneficiários desse serviço, reproduzindo assim as mesmas desigualdades na formação do educando.

A desigualdade, apesar das suas mais variadas formas de manifestação, parece estar presente entre as microrregiões tocantinenses como um denominador comum dos vários padrões de desenvolvimento, criando novas divisões sociais. Tanto pobres como ricos podem ser encontrados em todos os lugares, ainda que seus arquétipos de pobreza e riqueza se distingam eminentemente. Para Barbosa (2012, p. 22) a desigualdade revela “a estrutura mais ampla das sociedades, instalando-se “debaixo da pele” dos indivíduos situados nos vários níveis de escala social e reproduzindo padrões de comportamento que dificultam a mobilidade social”. Essa dificuldade que determinados indivíduos ou grupos sociais têm de transitar de uma classe social para outra é chamada por Bourdieu de “habitus de classe”, já discutido no subtópico 3.1. Na prática, as posições de classe de uma sociedade específica, segundo Bourdieu (2005), derivam da causalidade estrutural de uma rede de fatores que muitas vezes restringe os processos de mobilidade social ascendente, além disso, fazem com que o volume e a estrutura do capital (seja ele cultural, social ou econômico) se divida de maneira desigual.

Partindo dessa premissa, em termos de implicações de políticas públicas, tal situação exige um conjunto políticas locais e regionais que tenham como eixo estruturante o enfrentamento da desigualdade. Em outras palavras, criar políticas que promovam a geração de empregos, ampliação do acesso a serviços sociais de qualidade, regulação dos fluxos de capitais e, sobretudo, a inclusão do combate à desigualdade social por todas as políticas

públicas, de modo a reduzir drasticamente as desigualdades de oportunidades e de renda, sejam elas por gênero, cor, níveis de escolaridade, entre outras.

Assim, o estudo sugere que enquanto não surgir mecanismos mais eficazes que possam reduzir drasticamente o peso da origem social dos jovens não é de se almejar tão cedo uma redução das desigualdades regionais. Os resultados mostraram que tal como se encontra hoje, o sistema educacional tocantinense, diante da realidade social, tem capacidade mínima para reduzir a vinculação entre origem e destino em uma sociedade altamente estratificada. Lembrando que, em curto prazo, o sistema escolar não é capaz de mudar atributos contraídos das pessoas e suas famílias.

Por fim, as questões aqui discutidas continuam inacabadas, pois os fatores materiais que geram as desigualdades socioeducacionais insistem em existir no tempo e no espaço. Assim, essas desigualdades são produzidas e reproduzidas no presente, guardadas nas devidas proporções, do mesmo modo que no passado. Pesquisas como essas colaboram para esclarecer o processo de produção de desigualdades e demonstram que as diferenças de desempenho podem ser a reprodução de um histórico de desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu A. Apontamentos metodológicos sobre desenvolvimento regional. **Biblio 3W**: Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona, Espanha, v. XIV, n. 849, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-849.htm>> Acesso em: dez. 2013.

ARRAIS, Tadeu A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**: revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 25-36, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620805004>> Acesso em: jan. 2014.

BARBOSA, Alexandre de F (Org.). **O Brasil real**: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudi. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

BOLWERK, Diógenes A. **A (re)produção do espaço/Tocantins no contexto regional**. 2014. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional - TO: UFT, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Senado Federal. **Decreto Nº 74.607, de 25 de setembro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília: Secretaria de Informação Legislativa, 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: jan. 2014.

BRASIL, Governo Federal. **Lei Nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9611.htm)>. Acessado em: jan. 2014.

BRASIL, Governo Federal. **Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm)>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº: 8/2010, de 5 de maio de 2010**. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15074&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15074&option=com_content)>. Acessado em: jun. de 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Mapa das Tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2010)**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>> Acesso em: jan. 2014.

CARLEIAL, Liana M. da F. A questão regional no Brasil Contemporâneo. In. LEVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec LTDA, 1993.

CARVALHO, Vanessa; FERREIRA, Sandra. **O pensamento económico da escola fisiocrata ao keynesianismo**. Instituto Politécnico de Coimbra, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/65385197/O-Pensamento-Economico#scribd>> Acessado em: jan. de 2015.

CASTRO, Iná E. de. Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In. LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CASTRO, Maria Helena G. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.279-318.

COSTA, Wanderlei Messias de. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3º ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, R. C.; BESSA, Kelly. As interações espaciais e a formação de uma rede de múltiplos circuitos no Tocantins: horizontalidades e verticalidades em Araguaína e Gurupi. In: I Simpósio Nacional Cidades, Fronteiras e Território Tradicionais e IV Simpósio do Nurba, 2011, Porto Nacional. **Anais**. Porto Nacional-TO: POTE, 2011. v. 01. p. 151-158.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. IN. Castro, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C; CORRÊA, Roberto L (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GONÇALVES, Marco T.; SANTOS, Solange Regina dos. Aplicação da análise de correspondência à avaliação institucional da FECILCAM. **Anais... IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT**, Campo Mourão – PR, 2009. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_iv\\_epct/apresentacao.html](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/apresentacao.html)>. Acessado em: dez. 2013

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: dez de 2014.

\_\_\_\_\_. **Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: nov. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS**. IBGE: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_tcu.shtm)>  
Acessado em: dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dez. de 2014.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo Escolar. Brasília-DF: INEP, 2014. Disponível em: <  
<http://www.inep.gov.br/web/guest/home>>. Acesso em: jun. 2014.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. IDEB. Brasília-DF: INEP, 2013. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipeadata. Brasília-DF: IPEA, 2012.  
Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica em crise**. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1975

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins: a Geopolítica de (Re)Ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011.

MÉSZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. **Revista Theomai Theomai Journal**, Buenos Aires, n. 15, p. 107-130, set. 2007. Disponível em: < [http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros\\_15.pdf](http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros_15.pdf)> Acesso em: jan. 2014.

MOITA NETO, J.M. **Análise multivariada: uma visão didática metodológica**. Crítica, s/l, s/v, s/n, p.1-13, maio, 2004.

MONTEIRO, Maurílio de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas complicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, vol. 19, nº 53, 2005, p. 187-207.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico?:** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

NASCIMENTO, Claudemiro G. do. Políticas de educação: caminhos e (des)caminhos. In: FRANCISCO DE OLIVEIRA, A.; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). **Cidades sustentáveis:** políticas públicas para o desenvolvimento. Goiânia: UCG, 2006, p. 51-80.

NEY, Marlon G.; ZACCHI, Raquel C. **Índices de desigualdade na qualidade da educação básica no Brasil, grandes regiões e unidades da federação.** Disponível em: <<http://seminarios.capes.gov.br/observatorio-da-educacao/resumos/108-educacao-basica.html>>. Acessado em: jan. 2014.

NEY, Marlon G.; SOUZA, Paulo M. de; PONCIANO, Nivaldo J. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. **InterScience Place**, v. 3, n. 13, p. 33-55, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace>>. Acesso em: jan. 2014.

NOGUEIRA, Cláudio. M. M.; NOGUEIRA, Maria. A. A sociológica da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, abril, 2002.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. M. **Bourdieu & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar.** 2 ed. Campinas-SP: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, José Izecias de. **Comportamento da desigualdade social frente ao desempenho das políticas educacionais na “década da educação”.** 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu.** Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 408p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: dez. de 2013.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; KAZTMAN, Ruben. Introdução. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital; Montevideu – Uruguai: IPPES, 2008, p. 15-32.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Roberto de S. **Os condicionamentos das Políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local:** uma análise crítica no contexto de Tocantins. 2013. 354 f. Relatório Científico (Estágio de Pós-Doutoramento) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Campus de Goiânia – GO, 2013.

SANTOS, Roberto de S. O projeto de modernização e as imposições do mercado globalizado. In: ROBERTO DE SOUZA SANTOS /GERALDO SILVA FILHO. (Org.). **Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica.** PALMAS -TO: NAGÕ CRIAÇÕES, 2012. p. 147-169.

SANTOS, Roberto de S. A reestruturação territorial do Tocantins e seus desdobramentos socioespaciais: um convite para a reflexão. In. PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de S. (Org.) **Ensaio de Geografia e educação no/do Tocantins.** Goiânia: Kelps, 2008. p. 33-60.

TOCANTINS. Governo do Estado – Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (SEPLAN-TO). **Mapas e Atlas.** Palmas: SEPLAN-TO, 2012a. Disponível em: <[http://www.seplan.to.gov.br/seplan/Publicacoes/MAPAS\\_2012/](http://www.seplan.to.gov.br/seplan/Publicacoes/MAPAS_2012/)>. Acesso em: dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (SEPLAN-TO). **PIB 2012 do Estado do Tocantins**. Palmas: SEPLAN-TO, 2012b. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/pib/municipal/PIB%20Municipal%202012.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (SEPLAN-TO). **Release do Produto Interno Bruto do Tocantins 2012**. Palmas: SEPLAN-TO, 2012c. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/pib/2012/RELEASE%20DO%20PRODUTO%20INTERNO%20BRUTO%20DO%20TOCANTINS%202012.pdf>>. Acessado em: dez. 2014

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, 2001.

VALEC. Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. **Ações e programas** – Ferrovias VALEC. Brasília: VALEC, 2014. Disponível em: <[http://www.valec.gov.br/acoes\\_programas/](http://www.valec.gov.br/acoes_programas/)> Acessado em: dez. 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

# APÊNDICES

**Tabela 1: Valor do atributo do Indicador Socioeconômico**

VARIÁVEIS	CLASSE DE REFERÊNCIA	VALOR DO ATRIBUTO
Quartos para dormir	1	1
	2	2
	3	3
	4 ou mais	4
	não	0
Banheiro dentro de casa	1	1
	2	2
	3	3
	mais de 3	4
	não	0
Tem carro	1	2
	2	3
	3 ou mais	4
	não	0
Quantas pessoas moram com você	1	2
	2	3
	3	4
	4 ou 5	4
	6 ou 7	1
	mais de 7	0
Tem freezer separado da geladeira	sim	4
	não	0
	não sei	0
Tem máquina de lavar roupa	sim	4
	não	0
Você trabalha fora de casa	sim	0
	não	4
Tem empregada doméstica	Diarista 2 vezes por semana	2
	1 todos os dias úteis	3
	2 ou mais, todos os dias úteis	4
	não	0

Fonte: Elaborado pelo autor

**Tabela 2: Valor do atributo do Indicador Sociocultural.**

VARIÁVEIS	CLASSE DE REFERÊNCIA	VALOR DO ATRIBUTO
Na sua casa tem computador	com internet	4
	sem internet	2
	não	0
Na sua casa tem TV em cores	1	1
	2	2
	3 ou mais	4
	não	0
Em dia de aula, quanto tempo você gasta assistindo a TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos	1 hora ou menos	4
	2 horas	3
	3 horas	2
	4 horas ou mais	0
Na sua casa tem DVD	sim	4
	não	0
Você lê jornais	sempre ou quase sempre	4
	de vez em quando	2
	nunca ou quase nunca	0
Você lê revistas	sempre ou quase sempre	4
	de vez em quando	2
	nunca ou quase nunca	0
Você frequenta bibliotecas	sempre ou quase sempre	4
	de vez em quando	2
	nunca ou quase nunca	0
Você lê livros	sempre ou quase sempre	4
	de vez em quando	2
	nunca ou quase nunca	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Tabela 3: Variáveis consideradas na análise e tratamento dos dados do Indicador de Infraestrutura e Recursos.**

VARIÁVEIS	CLASSE DE REFERÊNCIA
<b>Dependências</b>	Biblioteca
	Cozinha
	Laboratório de informática
	Laboratório de ciências
	Quadra de esportes
	Sala para leitura
	Sanitário dentro do prédio da escola
<b>Serviços</b>	Água via rede pública
	Energia via rede pública
	Esgoto via rede pública
	Coleta de lixo periódica
<b>Equipamentos</b>	DVD
	Impressora
	Antena parabólica
	Máquina copiadora
	Retroprojektor
	Televisão
<b>Tecnologia</b>	Internet
	Banda larga
<b>Acessibilidade</b>	Dependências acessíveis
	Sanitários acessíveis
<b>Organização Pedagógica</b>	Média de alunos por turma

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Tabela 4: Variáveis consideradas na análise e tratamento dos dados do Indicador de Escolarização.**

Variáveis	
Distorção idade-série	
Abandono (ensino fundamental)	
Reprovação (ensino fundamental)	
Docentes com curso superior	E.F.*
	E.M.**

Fonte: Elaborado pelo autor. \* Ensino fundamental; \*\* Ensino médio.

Tabela 5: Composição do Indicador Socioeconômico do Idsed.

Variáveis	Referência	VALORES EM %																							
		Araguaína			Bico do Papagaio			Dianópolis			Gurupi			Jalapão			Miracema do TO			Porto Nacional			Rio Formoso		
		5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média
Quartos para dormir	1	10	7	8,5	6	4	5	6	3	4,5	4	2	3	11	6	8,5	6	4	5	10	7	8,5	4	5	4,5
	2	43	36	39,5	39	35	37	28	23	25,5	32	30	31	37	29	33	37	34	35,5	40	34	37	36	32	34
	3	31	40	35,5	37	42	39,5	33	42	37,5	40	50	45	30	40	35	36	42	39	33	39	36	40	43	41,5
	4 ou mais	15	17	16	17	18	17,5	32	31	31,5	24	18	21	18	24	21	20	19	19,5	16	20	18	19	20	19,5
	não	1	0	0,5	1	1	1	1	1	1	0	0	0	4	1	2,5	1	1	1	1	0	0,5	1	0	0,5
Banheiro dentro de casa	1	67	66	66,5	60	64	62	65	70	67,5	55	63	59	60	62	61	69	67	68	67	63	65	69	71	70
	2	18	21	19,5	14	13	13,5	18	15	16,5	29	25	27	10	12	11	17	19	18	21	25	23	21	20	20,5
	3	4	4	4	3	2	2,5	4	3	3,5	8	6	7	1	2	1,5	3	3	3	4	5	4,5	4	4	4
	mais de 3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	2	3	2	1	1,5	1	2	1,5	1	2	1,5	1	1	1
	não	10	8	9	22	20	21	12	11	11,5	4	4	4	27	23	25	10	9	9,5	7	5	6	5	4	4,5
Tem carro	1	27	28	27,5	21	20	20,5	30	30	30	42	40	41	18	22	20	1	29	15	35	36	35,5	36	32	34
	2	4	5	4,5	3	3	3	6	5	5,5	14	7	10,5	2	2	2	5	5	5	7	8	7,5	7	6	6,5
	3 ou mais	2	1	1,5	1	1	1	2	1	1,5	4	1	2,5	1	1	1	2	1	1,5	2	2	2	2	1	1,5
	não	67	66	66,5	75	76	75,5	62	64	63	40	52	46	79	75	77	66	65	65,5	56	54	55	55	61	58
Quantas pessoas moram com você	1	3	4	3,5	3	3	3	2	4	3	3	5	4	2	4	3	3	5	4	2	4	3	2	4	3
	2	10	12	11	7	12	9,5	11	12	11,5	13	14	13,5	7	12	9,5	10	14	12	9	12	10,5	11	13	12
	3	22	26	24	19	23	21	22	23	22,5	25	32	28,5	13	17	15	25	27	26	20	25	22,5	28	31	29,5
	4 ou 5	44	39	41,5	43	38	40,5	39	36	37,5	43	37	40	41	41	41	43	40	41,5	45	41	43	40	38	39
	6 ou 7	13	13	13	18	15	16,5	16	16	16	11	8	9,5	21	18	19,5	12	10	11	16	13	14,5	13	10	11,5
	mais de 7	8	6	7	10	9	9,5	10	8	9	5	4	4,5	16	8	12	7	4	5,5	8	5	6,5	6	4	5

Tem freezer separado da geladeira	sim	22	22	22	20	20	20	21	17	19	28	24	26	22	19	20,5	23	22	22,5	22	20	21	26	24	25
	não	73	75	74	76	78	77	72	79	75,5	65	74	69,5	73	79	76	72	75	73,5	73	76	74,5	70	73	71,5
	não sei	5	3	4	4	2	3	7	4	5,5	7	2	4,5	5	2	3,5	5	3	4	5	4	4,5	4	3	3,5
Tem máquina de lavar roupa	sim	56	52	54	51	50	50,5	45	42	43,5	67	54	60,5	28	43	35,5	53	52	52,5	66	58	62	52	53	52,5
	não	44	48	46	49	50	49,5	55	58	56,5	33	46	39,5	72	57	64,5	47	48	47,5	34	42	38	48	47	47,5
Você trabalha fora de casa	sim	16	22	19	15	18	16,5	15	29	22	10	26	18	18	30	24	18	29	23,5	14	20	17	12	26	19
	não	84	78	81	85	82	83,5	85	71	78	90	74	82	82	70	76	82	71	76,5	86	80	83	88	74	81
Tem empregada doméstica	diarista 2 vezes por semana	6	4	5	5	3	4	4	3	3,5	8	7	7,5	5	3	4	5	5	5	6	5	5,5	5	4	4,5
	1 todos os dias úteis	7	7	7	9	8	8,5	7	7	7	11	7	9	6	7	6,5	8	7	7,5	8	8	8	7	7	7
	2 ou mais, todos os dias úteis	2	1	1,5	1	1	1	2	1	1,5	4	1	2,5	2	1	1,5	2	1	1,5	1	1	1	1	1	1
	não	85	88	86,5	85	88	86,5	87	89	88	77	85	81	87	89	88	85	87	86	85	86	85,5	87	88	87,5

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013. Acessado em jun. de 2014. Elaborado pelo autor.

Tabela 6: Composição do Indicador Sociocultural do Idsed.

Variáveis	Referência	VALORES EM %																							
		Araguaína			Bico do Papagaio			Dianópolis			Gurupi			Jalapão			Miracema do TO			Porto Nacional			Rio Formoso		
		5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média	5º ano	9º ano	Média
Na sua casa tem computador	com internet	30	32	31	24	24	24	24	22	23	49	40	44,5	14	17	15,5	22	26	24	33	40	36,5	26	26	26
	sem internet	9	10	9,5	8	8	8	8	10	9	13	10	11,5	7	9	8	9	10	9,5	11	15	13	10	11	10,5
	não	61	58	59,5	68	68	68	68	68	68	38	50	44	79	74	76,5	69	64	66,5	56	45	50,5	64	63	63,5
Na sua casa tem TV em cores	1	59	56	57,5	62	66	64	59	65	62	45	55	50	66	68	67	64	63	63,5	59	55	57	58	60	59
	2	26	32	29	24	25	24,5	23	21	22	32	32	32	11	19	15	22	27	24,5	27	32	29,5	28	30	29
	3 ou mais	9	10	9,5	6	6	6	7	6	6,5	18	10	14	5	4	4,5	6	6	6	9	10	9,5	7	7	7
	não	6	2	4	8	3	5,5	11	8	9,5	5	3	4	18	9	13,5	8	4	6	5	3	4	7	3	5
Em dia de aula, quanto tempo você gasta assistindo a TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos	1 hora ou menos	42	37	39,5	47	44	45,5	47	45	46	38	31	34,5	40	45	42,5	47	40	43,5	46	34	40	41	36	38,5
	2 horas	19	22	20,5	20	22	21	19	21	20	20	22	21	20	25	22,5	19	22	20,5	18	22	20	20	21	20,5
	3 horas	11	15	13	11	14	12,5	10	14	12	12	18	15	13	13	13	10	15	12,5	8	18	13	12	18	15
	4 horas ou mais	28	26	27	22	20	21	24	20	22	30	29	29,5	27	17	22	24	23	23,5	28	26	27	27	25	26
Na sua casa tem DVD	sim	84	87	85,5	84	86	85	75	74	74,5	87	85	86	66	70	68	81	83	82	84	85	84,5	88	85	86,5
	não	16	13	14,5	16	14	15	25	26	25,5	13	15	14	34	30	32	19	17	18	16	15	15,5	12	15	13,5
Você lê jornais	sempre ou quase sempre	13	9	11	14	11	12,5	16	10	13	12	10	11	18	13	15,5	15	12	13,5	16	13	14,5	15	14	14,5
	de vez em quando	39	51	45	48	57	52,5	49	63	56	46	58	52	40	55	47,5	44	60	52	48	59	53,5	52	56	54
	nunca ou quase nunca	48	40	44	38	32	35	35	27	31	42	32	37	42	32	37	41	28	34,5	36	28	32	33	30	31,5

Continua...

Você lê revistas	sempre ou quase sempre	31	39	35	33	32	32,5	32	33	32,5	30	37	33,5	30	33	31,5	32	33	32,5	33	39	36	29	41	35
	de vez em quando	45	46	45,5	47	51	49	45	52	48,5	47	48	47,5	45	53	49	43	50	46,5	48	49	48,5	51	44	47,5
	nunca ou quase nunca	24	15	19,5	40	17	28,5	23	15	19	23	15	19	25	14	19,5	25	19	22	19	12	15,5	20	15	17,5
Você frequenta bibliotecas	sempre ou quase sempre	40	30	35	33	32	32,5	46	38	42	38	26	32	30	37	33,5	49	38	43,5	42	29	35,5	43	34	38,5
	de vez em quando	46	53	49,5	53	55	54	40	53	46,5	44	54	49	52	52	52	43	50	46,5	45	51	48	48	53	50,5
	nunca ou quase nunca	14	17	15,5	14	13	13,5	14	9	11,5	18	20	19	18	11	14,5	8	12	10	13	20	16,5	9	13	11
Você lê livros	sempre ou quase sempre	52	42	47	58	42	50	64	50	57	52	39	45,5	58	46	52	57	44	50,5	54	40	47	54	39	46,5
	de vez em quando	40	51	45,5	37	51	44	30	45	37,5	39	52	45,5	36	49	42,5	37	49	43	39	51	45	40	54	47
	nunca ou quase nunca	8	7	7,5	5	7	6	6	5	5,5	9	9	9	6	5	5,5	6	7	6,5	7	9	8	6	7	6,5

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013. Acessado em jun. de 2014. Elaborado pelo autor.

**Tabela 7: Composição do Indicador de Infraestrutura e Recursos do Idsed.**

Grupo	Variáveis	VALORES EM %							
		Araguaína	Bico do Papagaio	Dianópolis	Gurupi	Jalapão	Miracema do Tocantins	Porto Nacional	Rio Formoso
Dependências	Biblioteca	89	71	81	84	52	87	62	58
	Cozinha	100	100	100	100	96	100	96	98
	Laboratório de informática	89	79	88	94	52	84	67	62
	Laboratório de ciências	9	13	16	8	0	10	8	10
	Quadra de esportes	62	70	74	69	41	72	55	52
	Sala para leitura	6	15	18	4	4	3	11	6
	Sanitário dentro do prédio da escola	95	88	100	100	63	100	80	79
Serviços	Água via rede pública	91	83	89	94	46	97	61	67
	Energia via rede pública	100	100	100	100	57	100	98	96
	Esgoto via rede pública	10	17	4	14	2	13	23	4
	Coleta de lixo periódica	94	73	96	98	48	98	66	69
Equipamentos	DVD	88	79	91	86	65	84	68	85
	Impressora	90	85	91	94	59	95	73	85
	Antena parabólica	62	75	88	63	63	85	48	62
	Máquina copiadora	57	64	79	73	43	82	36	65
	Retroprojektor	79	58	82	78	50	66	53	62
	Televisão	90	87	93	34	74	97	73	90
Tecnologia	Internet	96	80	96	96	52	97	68	71
	Banda larga	95	70	89	94	48	95	64	65
Acessibilidade	Dependências acessíveis	44	45	51	35	17	46	33	23
	Sanitários acessíveis	46	48	54	55	28	61	54	27
Organização Pedagógica	Média de alunos por turma	25,7	27,6	25,8	25,8	24,6	24,9	20,2	23,7

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013. Acessado em jun. de 2014. Elaborado pelo autor.

**Tabela 8: Composição do Indicador de Escolarização do Idsed.**

VALORES EM %		Araguaína	Bico do Papagaio	Dianópolis	Gurupi	Jalapão	Miracema do TO	Porto Nacional	Rio Formoso
Variáveis									
Distorção idade-série		28,2	30,0	30,5	26,1	31,9	27,3	25,4	27,6
Abandono		2,3	2,0	2,6	2,2	2,7	3,0	2,7	2,5
Reprovação		9,2	12,8	12,7	12,0	14,0	9,7	8,1	8,8
Docentes com curso superior	E.F.*	97,8	97,0	97,1	97,4	91,6	99,1	91,1	88,3
	E.M.**	98,7	97,9	98,0	98,0	95,4	99,1	97,6	94,2

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI. 2013. Elaborado pelo autor. \* Ensino fundamental; \*\* Ensino médio.